

BLUMENAU

em Cadernos

tomo 51 número 2 março/abril 2010

Leia nesta edição:

- **Corupá:** Fundação e desenvolvimento da Comunidade Hansa Humboldth
- **Crime e escravidão no berço da fiação catarinense:** Brusque (1861)
- **Catolicismo e italianidade:** a metáfora de uma identidade confessional
- **Colégio Normal Sagrada Família:** o colégio das freiras
- **A saúde em Blumenau:** Dr. Nilton Nasser
- **A indisfarçável favelização em Blumenau**
- **Correspondências de imigrantes** Emil Odebrecht
- **Autores Catarinenses** O passado não morre

Apoio

Genésio Deschamps



SIMETAL | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Materiais Elétricos de Blumenau.

Todos os direitos desta edição reservados à Fundação Cultural de Blumenau.
O conteúdo de cada artigo é de responsabilidade de seu respectivo autor.

Editora Cultura em Movimento
Rua XV de Novembro, 161 - Centro - Caixa Postal 425 - Blumenau - SC - CEP 89010-001
Contato 47 3326 7511 - editora@fcblu.com.br - www.fcblu.com.br

Prefeito Municipal | João Paulo Kleinübing
Vice-prefeito | Rufinus Seibert
Presidente da Fundação Cultural de Blumenau | Marlene Schindwein
Diretor Administrativo-Financeiro | Neusa Maria Soares Müller
Diretor de Cultura | Vinícius da Cunha Wolff
Diretora do Patrimônio Histórico-Museológico | Sueli M. V. Petry

Blumenau em Cadernos
Editor | Órgão de fomento | Divulgação | Distribuição | Arquivo Histórico José Ferreira da Silva
Alameda Duque de Caxias, 64 - Blumenau - SC - CEP 89015-010
Contato 47 3326 6990 - arquivohistorico@fcblu.com.br
Diretora | Sueli M. V. Petry
Conselho Editorial
Presidente | Annemarie Fouquet Schünke
Carla Fernanda da Silva
Cristina Ferreira
Gervásio Tessaleno Luz
Ivo Marcos Theis
Marcos Schroeder
Urda Alice Klueger

Projeto gráfico | Giba Santos
Capa | Elaborada por Giba Santos | Fotografias Jandyr Nascimento
Normalização do projeto gráfico | Gláucia Maindra da Silva
Revisão | Valdir A. Petry Secretária | Mirela Adriana Nolasco

Prêmio Almirante Lucas Alexandre Boiteux, na área de História - edição 1998, concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;
Prêmio Destaque - 2002, concebido pela Academia Catarinense de Letras.
Homenagem Especial - 2007, pelos 50 anos de publicação.

Em 1973, a família Ferreira da Silva doou os direitos da revista à, então, Fundação Casa Dr. Blumenau.
Declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1895, de 15 de dezembro de 1972.
Recuperado pelo diretório Ulrich's Internacional Periodics

Catálogo | Gláucia Maindra da Silva CRB-14/924

Blumenau em Cadernos. – T. 1, n. 1 (nov. 1957)- . – Blumenau : [s.n.],
1957- . . .
v. ; 23 cm.

Mensal (nov./dez. editados juntos), 1957-ago. 2000; bimestral, set. 2000-
Fundada por José Ferreira da Silva.
Reestruturada em comemoração aos 40 anos da revista, 1997.
Editor varia: José Ferreira da Silva, 1957-1973; Fundação Casa Dr. Blumenau, 1974-1996, mudando o nome
para Fundação Cultural de Blumenau, 1996-1998; Editora Cultura em Movimento, 1998-
Suplementos dependentes acompanham alguns fascículos.
Edições especiais dependentes: centenário de morte do Dr. Blumenau, 1997; comemoração dos
45 anos da revista, 2002; comemoração dos 50 anos, 2007.
Seqüência numérica nos tomos: mensal de 1 a 12, 1957-2000 (com algumas falhas); bimestral
com intervalo duplo de 1 a 12, 2000-2007; bimestral de 1 a 6, 2008-. Tentativa de numeração
alternativa dos fascículos como edição: abr. 1987, ed. 364; nov./dez. 1987, ed. 371; dez. 1988, ed. 372.
Índice anual todo mês de dezembro; índice cumulativo (1957-1995), organizado por Neide
Almeida Fiori e Sueli Maria Vanzuita Petry. 1996. ISBN 85-328-0062-9
ISSN 0006-5218 = Blumenau em Cadernos
1. Santa Catarina – História – Periódico. II. Fundação Cultural de Blumenau.

CDD 981.64

SUMÁRIO

Documentos originais | Crônica

Corupá: Fundação e desenvolvimento da Comunidade
"Hansa Humboldt"

Corupá: Entstehung und Entwicklung der Gemeinde
"Hansa Humboldt".

Klara G. Hermann

7

Artigo

Crime e escravidão no berço da fiação catarinense:
Brusque (1861)

José Bento Rosa da Silva

18

Catolicismo e italianidade: a metáfora de uma identidade
confessional

José Roberto Severino

33

Memórias

Colégio Normal Sagrada Família: o colégio das freiras

Ellen Crista da Silva

47

Entrevista

A saúde em Blumenau - Dr. Nilton Nasser

Luiz Antonio Soares / Danilo Gomes

61

Reportagem

A indisfarçável favelização em Blumenau

Magali Moser

86

Correspondências de imigrantes - Emil Odebrecht

Tradução - Renate e Rolf Odebrecht

111

Autores Catarinenses
O passado não morre
Enéas Athanázio

121

APRESENTAÇÃO

Na edição de março/abril de 2010, “Blumenau em Cadernos” reúne artigos, traduções, correspondências, entrevista e comentários que contribuem para estimular a produção de novos estudos históricos, particularmente sobre a região do Vale do Itajaí e Santa Catarina.

Na coluna bilíngue **Documentos Originais – memórias**, publica-se um texto da obra *Unsere Väter – Nossos Pais*, editado pelo Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná. A autora, Klara Hermann, quando chegou ao Brasil na primeira década do Século XX, foi por longo tempo uma das colaboradoras no processo das relações sociais da incipiente Hansa Humboldt, atual município de Corupá. As observações em torno da vida comunitária levaram-na a escrever: *“Fundação e desenvolvimento da Comunidade Hansa Humboldt”*.

O professor de História da África e Afro-brasileira da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, José Bento Rosa da Silva, com o seu artigo “Crime e escravidão no Berço da Fiação Catarinense: Brusque – 1861”, traz para o leitor o estudo de um processo crime contra um escravo em Brusque, então pertencente à Villa do Itajaí. É um documento relevante para o estudo jurídico da época.

Continuando, na mesma seção, o doutor em História e professor da FACOM/UFBA, José Roberto Severino, através do texto *“Catolicismo e italianidade: a metáfora de uma identidade confessional”*, apresenta algumas reflexões e análises desenvolvidas acerca da produção cultural definidora de uma italianidade no Vale do Itajaí. Para abordar o tema proposto, o autor fez uso de enunciados presentes em cartas e relatos de viagem, como também artigos publicados na imprensa católica e outras agências fomentadoras de uma identidade italiana.

“Colégio Normal Sagrada Família: o colégio das freiras”. Com esta chamada a ex-aluna, Ellen Crista da Silva, escreveu para a seção **Memórias** suas lembranças de infância, abordando laços de amizade, cotidiano escolar, professores e outros acontecimentos relacionados.

Os jornalistas e radialistas Luiz Antonio Soares e Danilo Gomes mantinham, nos primeiros anos da década de oitenta, um programa de rádio intitulado *Censura Livre*. Pessoas dos mais diversos segmentos das instituições públicas e privadas foram entrevistadas para debaterem sobre as problemáticas da cidade. Na coluna **Entrevista** publica-se o depoimento do médico dermatologista e sanitarista Dr. Nilton Nasser, no ano de 1982. O entrevistado ocupava o cargo de Diretor do Centro de Saúde de Blumenau e através da sua fala é possível tecer algumas reflexões em torno da saúde em Blumenau da época, problemáticas e os encaminhamentos tomados.

Ao ser selecionada pelo Fundo de Cultura do Município para desenvolver uma pesquisa em torno da expansão da área da urbana e as áreas de pobreza em Blumenau, a jornalista Magali Moser intensificou a sua busca de dados nos mais diferentes pontos da cidade para produzir o texto publicado sob o título: “A indisfarçável favelização em Blumenau: uma reflexão sobre as áreas de concentração de pobreza no município”. No viés da pesquisa revelam-se, aos estudiosos que buscam novos olhares sobre a história regional, questões sociais que têm se agravado na cidade.

Dando continuidade, a seção **Correspondências de Imigrantes** apresenta mais uma série de cartas trocadas entre os familiares do Engenheiro Emil Odebrecht. A tradução dos manuscritos destas correspondências é um trabalho do casal Rolf e Renate Odebrecht.

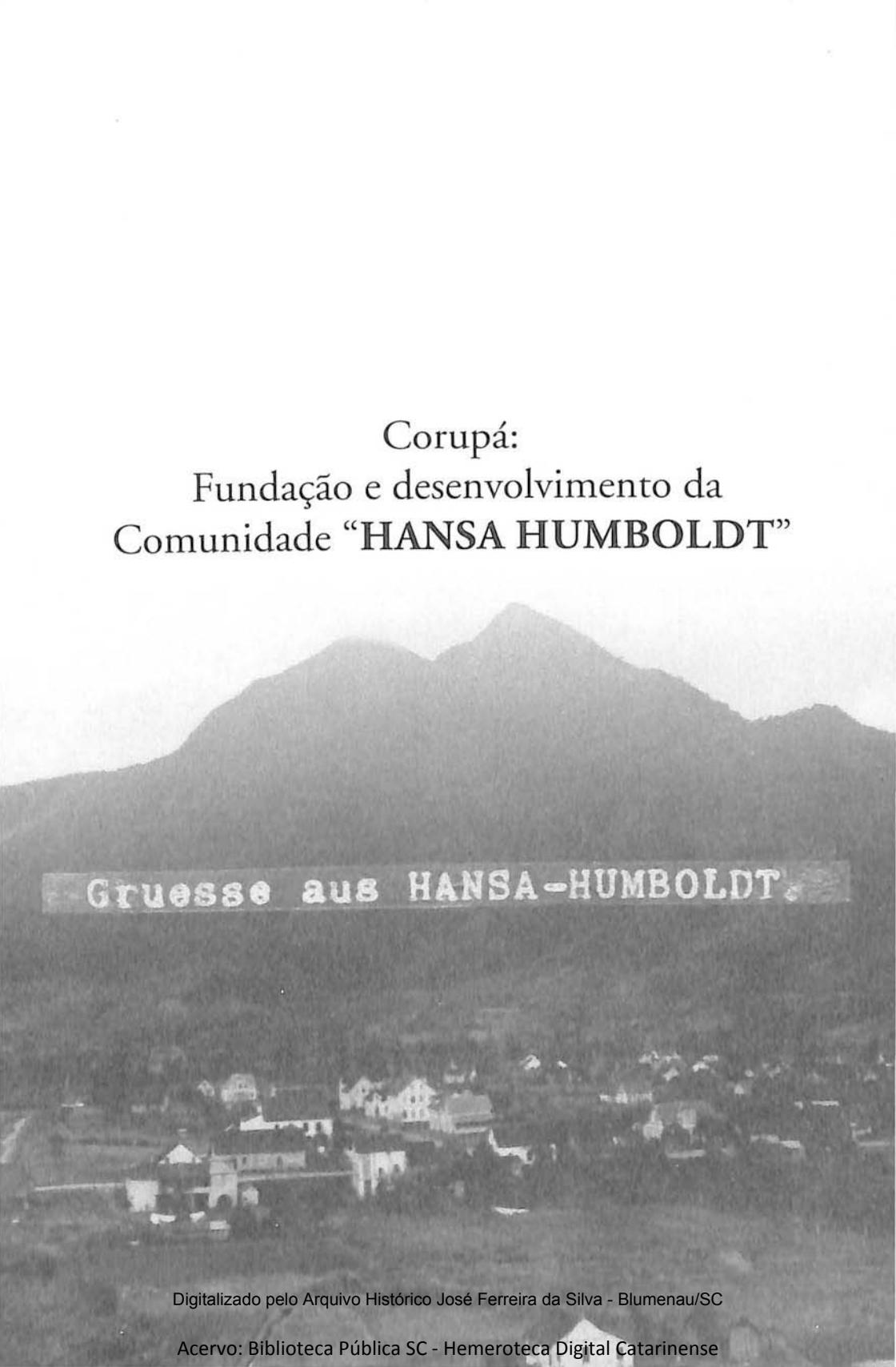
Ao escrever para a coluna **Autores Catarinenses**, o advogado e escritor Enéas Athanázio, em “O passado não Morre”, expressa seus comentários sobre literatura de autores catarinenses.

Finalizado, deixamos o espaço aberto aos memorialistas, historiadores e pesquisadores a escreverem textos para as colunas: **Artigos**, **Memórias e Crônicas do Cotidiano**, **História e Historiografia**.

Sueli M. V. Petry

Diretora da revista Blumenau em Cadernos

Corupá:
Fundação e desenvolvimento da
Comunidade “HANSA HUMBOLDT”

An aerial photograph of a town nestled at the base of a large mountain range. A prominent banner is stretched across the middle ground, displaying the text 'Gruesse aus HANSA-HUMBOLDT'. The town below features several buildings, including a church with a steeple, and is surrounded by dense vegetation. The mountains in the background are rugged and forested.

Gruesse aus HANSA-HUMBOLDT.

CORUPÁ: ENTSTEHUNG UND ENTWICKLUNG DER GEMEINDE “HANSA HUMBOLDT”

Klara Hermann*

Im Jahre 1897 eröffnete die Hanseatische Kolonisationsgesellschaft die Kolonie Hansa Humboldt, und die ersten Einwanderer aus Deutschland fingen an, das Land urbar zu machen. Rings von Bergen und Höhenzügen umgeben, durchzogen von Flüssen und Bächen, breitete sich der weite Urwald um den Stadtplatz aus. Viele Pikaden führten zu den eingekleiteten Kolonien, die von ihren Besitzern in zähem Fleiss zu blühenden Bauernwirtschaften verwandelt wurden.

Bei den schweren Anfängen, mit den vielen Gefahren und Entbehrungen, wuchs und erwachte die Sehnsucht nach Gottes Wort. Der nächste grössere Ort war São Bento, schon im Hochland gelegen; hier war eine evangelische Gemeinde mit einem Pfarrer. Von dort aus konnte geholfen werden. So schlossen sich in Hansa Humboldt die evangelischen Einwanderer zusammen und gliederten sich São Bento an. Nun kam alle vier bis sechs Wochen der jeweilige Pfarrer von dort und hielt hier im Direktionsschuppen Gottesdienst, zuerst Herr Pfarrer Büttner, danach Pfarrer A. Bornfleth.

Es war eine schwere Pflicht, den schlechten, anstrengenden Reitweg durch die Serra zu bewältigen, wozu eine Tagesreise nötig war. Herr Pfr. Bornfleth versuchte einmal, den Weg durch einen Querweg zu kürzen und geriet mit seinem Pferde in eine tiefe Schlucht. Eine gnädige Fügung schickte ihm Hilfe! In der Nacht traf er, 2 km vor dem

* Esta é uma republicação de um texto extraído da obra: *Unsere Vater – Nossos Pais..Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná. Coordenação P. Flos. Autora do texto Klara Hermann. Tradução Curt Brandes..p.183. 1961.Digitação Joshua Manske (março/2010)*

CORUPÁ:
FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE
“HANSA HUMBOLDT”

Klara G. Hermann*

No ano de 1897, a Sociedade Hanseática de Colonização iniciou a colônia Hansa Humboldt, e os primeiros emigrantes da Alemanha começaram a desbravar a terra. Contornada por toda a parte de morros e elevações mais ou menos altas, estendia-se a mata virgem em redor da futura vila. Muitas picadas conduziam para os sítios encravados que no decorrer dos tempos foram transformados pelos seus proprietários em florescentes propriedades agrícolas.

No começo árduo com os muitos perigos e dificuldades, cresceu e despertou a fome pela palavra de Deus. O lugar mais próximo era São Bento, já no planalto. Lá já havia uma Comunidade Evangélica com seu pastor. De lá veio o auxílio. Uniram-se os emigrantes de Hansa Humboldt e filiaram-se a São Bento. Agora, de 4 em 4 semanas vinha o pastor de São Bento e dava culto no rancho da diretoria. Primeiro o Sr. Pastor Büttner e depois o Pastor A. Bornfleth.

Era uma obrigação penosa vencer o caminho mau e fatigante serra abaixo. Para o trajeto precisava-se um dia. O Pastor Bornfleth tentou uma vez abreviar o caminho por um atalho e chegou com seu cavalo em uma grota profunda e sombria. Uma providência bondosa veio em seu auxílio. A noite ele chegou 2 km antes da vila, totalmente esgotado e sujo ao sítio da família G. Hermann, onde encontrou repouso e restauração. As

* Esta é uma republicação de um texto extraído da obra: *Unsere Väter – Nossos Pais..Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná. Coordenação P. Flos. Autora do texto Klara Hermann. Tradutor Curt Brandes, p.183 .* Digitação: Nicollas Voss Reis (Março/2010).

Stadtplatz, völlig erschöpft und beschmutzt bei Familie G. Hermann ein, wo er Erholung und Ruhe fand. Die damaligen Wege waren besonders bei Regenzeit lebensgefährlich. Es gehörte viel Liebe und Aufopferung zum Beruf eines Urwaldpfarres. Aber viel Freude gewährte er wieder, wenn neue Gemeinden aufwuchsen und dankbar und treu zu ihrem Pfarrer hielten.

Zur Zeit des Pfarres Bornfleth am 16. Dezember 1906 fand die Grundsteinlegung zur evangelischen Kirche auf dem Stadtplatze statt, und am 28. April 1908 wurde der erste Gottesdienst in der Kirche gehalten, trotzdem sie noch nicht ganz fertig war. Es dauerte noch einige Jahre, bis der Turm angebaut und die Kirche innen fertig eingerichtet war. Dazu halfen auch reichliche Spenden aus Deutschland. Das Land für Kirche, Pfarrhaus und Friedhof schenkte die Kolonisationsgesellschaft. Für die innere Ausschmückung der Kirche sorgten im Laufe der Jahre einzelne getreue Mitglieder, auch für Abendmahls- und Taufgerät, Leuchter und dergleichen. Am Anfang musste eine einfache Emaille-Schüssel als Taufbecken dienen. Als einmal der Pfarrer vergessen hatte, den Abendmahlskelch mitzubringen, war es sehr schwer, einen passenden Metallbecher herauszufinden. Aber es gelang, ein Zinnbecher, der sonst als Zierstück prangte, tat seine Dienste, und niemand merkte es. 1909 brachte Pfarrer Bornfleth aus Deutschland unsere Kirchenglocke mit. Sie ist das Ergebnis mehrerer Vorträge, die er während seines Urlaubs hielt. 1910 konnte auch ein kleines Harmonium gekauft werden, welches 1929 in einen Aussenbezirk kam und durch ein grösseres ersetzt wurde.

Die evangelische Gemeinde Hansa Humboldt schloss sich 1910 auch dem Gemeindeverband von Santa Catarina an. In dieser Zeit entwickelte sich das deutsche Schulwesen mehr und mehr, unter Leitung des Pfarrers. In der Stadtplatzschule waren zwei in Deutschland ausgebildete Lehrer angestellt, die auch Religionsunterricht erteilten. Für die Kolonieschulen ausserhalb fanden sich hiesige geeignete Kräfte.

estradas naqueles tempos, principalmente nas épocas chuvosas, eram quase intransitáveis. A função de um pastor das selvas exigia muitos sacrifícios, abnegação e fé em Deus. Mas também era um prazer quando novas comunidades se formavam, e gratas e fieis se sentiam unidas ao seu pastor.

No tempo do Pastor Bornfleth, no dia 16 de dezembro de 1906, foi lançada a pedra fundamental da igreja evangélica na vila, e no dia 28 de abril de 1908 foi celebrado o primeiro culto na nova igreja, apesar de ainda não estar bem pronta. Durou mais alguns anos até que foi construída a torre e completada a instalação interior. Para o acabamento total das obras contribuíram muitos donativos da Alemanha. Os terrenos para igreja, casa pastoral e cemitério foram doados pela Sociedade de Colonização. Para o embelezamento interior da igreja, contribuíram muito alguns membros fiéis da comunidade; assim como também para o aparelho da Santa Ceia Batismo. A principio uma simples bacia de esmalte servia como pia batismal. Quando uma vez um pastor havia esquecido de trazer o cálice da Santa Ceia, foi muito difícil achar um substituto conveniente. Mas achou-se finalmente um jarro de metal que antes servia como objeto ornamental, e ninguém percebeu. No ano de 1909 o Pastor Bornfleth trouxe da Alemanha o sino para a nossa igreja. Foi este o resultado de vários discursos que o pastor havia proferido durante as suas férias. Em 1909 foi comprado um pequeno harmônio, o qual em 1929 passou para uma filial, sendo substituído por um de maiores proporções.

A comunidade Evangélica de Hansa Humboldt filiou-se em 1910 à "Associação de Comunidade Evangélica de Santa Catarina", nesta época ainda na fase de organização. As escolas, sob a direção e orientação do pastor, desenvolveram-se muito. Na vila começaram a lecionar dois professores formados na Alemanha que também ministravam ensino religioso. Para as escolas fora da vila achavam-se elementos competentes entre os colonos.

Nach neunjähriger, segensreicher Tätigkeit kehrte Pfarrer Bornfleth mit seiner Gattin wieder nach Deutschland zurück. Er wurde durch Pfarrer Ortman ersetzt. Dieser fand nun schon ein leichteres Arbeitsfeld und blieb 12 Jahre als Seelsorger für São Bento und Hansa Humboldt hier. In den letzten Jahren brauchte er seine Reisen nicht mehr auf dem Pferde unternehmen, sondern konnte die Bahn benutzen, die damals von São Francisco nach dem Hochlande gebaut wurde. Nur zu den Konferenzen in Blumenau blieben die beschwerlichen Reisen, die trotzdem oft von den Pfarrfrauen mitgemacht wurden zur Entspannung vom abseits geführten Leben.

Im Jahre 1925 bestand die evangelische Gemeinde Hansa Humboldt schon aus 400 Familien und fasste den Entschluss, einen eigenen Pfarrer anzustellen. Es sollte ein unverheirateter, noch jüngerer Mann sein, damit er recht lange hier bleiben würde und nicht zu hohe Gehaltsansprüche mache.

Der Ev. Oberkirchenrat in Berlin sandte im September desselben Jahres Herrn Pfr. Lötz als ersten Ortspfarrer für Hansa Humboldt. Eine kleine Wohnung war gemietet, und alle freuten sich auf ihren Pfarrer. Bald stellte sich heraus, dass Pfarrer Lötz noch acht Tage vor seiner Abreise Hochzeit gehalten hatte, und seine junge Frau ihm möglichst bald nachkommen wollte. Jetzt galt es, eine neue Aufgabe zu lösen. Ein Pfarrhaus musste bald gebaut werden. Dazu sollte jedes Mitglied und Brautpaar 20 Milreis beisteuern. Fest wurden veranstaltet, Theater, Konzerte, um die Baukasse zu füllen. Es wurde ein sehr schönes, geräumiges Haus gebaut, welches im August 1927 von Familie Lötz bezogen wurde. Pfarrer Lötz war sehr tätig, 12 Ausenberzirke wurden eingerichtet mit Schulen und Gottesdiensten, die Stadtplatzschule stand unter seiner persönlichen Leitung und wurde mit Aufbauplassen erweitert. Der Gesang wurde gepflegt, und Frau Pfr. Lötz verschönte sehr oft mit ihrer guten Stimme als Solosängerin die kirchlichen Feiern.

Im Jahre 1922 gründete Frau Klara Hermann einen Frauenv-

Depois de 9 anos de abnegado e abençoado serviço, o Sr. Pastor Bornfleth voltou com a sua família para a Alemanha e foi substituído pelo Sr. Pastor Ortmann que achou um campo de trabalho já mais preparado e menos hostil. Ficou 12 anos como cura atendendo São Bento e Hansa Humboldt. Nos últimos anos não precisava mais fazer viagens a cavalo, mas podia aproveitar a estrada de ferro que fora construída de São Francisco para o planalto. As viagens extremamente penosas continuavam somente para as conferências pastorais em Blumenau, que foram visitadas muitas vezes pelas esposas dos pastores para encontrarem recreio e descanso de uma vida quase no seio da mata virgem, longe de todo o conforto e comodidade dos grandes centros.

No ano de 1925, a Comunidade Evangélica de Hansa Humboldt já tinha 400 famílias e tomou a resolução de manter um pastor por sua conta. Devia ser solteiro, jovem, para que ficasse muito tempo e não exigisse vencimentos muito elevados.

O Conselho Superior Evangélico de Berlim mandou no mesmo ano, como primeiro ministro de Hansa Humboldt, o Sr. Pastor Lótz. Uma pequena residência foi alugada e todos esperavam com alegria o novo pastor. Logo mais todos ficaram sabendo que o Sr. pastor havia se casado oito dias antes de sua partida e que sua jovem esposa queria segui-lo brevemente. Agora um novo problema exigia solução. Uma casa pastoral precisaria ser construída. Para isso cada membro e cada jovem par deveria contribuir com 20 mil réis. Foram realizadas festas, apresentação de teatro e concerto para a caixa da construção. Foi construída uma bela e muito espaçosa casa que em agosto de 1927 foi ocupada pela família do Pastor Lótz. Este nosso pastor foi muito ativo. Instalou doze filiais com escolas e cultos. A escola da vila estava sob sua própria direção e foi aumentada com algumas classes de ensino mais elevado. O canto e a música foram

erein, dem es möglich war, eine freie deutsche Schwester anzustellen. Bis zu dieser Zeit gab es keinen Arzt, keine Apotheke, keine Hebamme in der ganzen grossen Kolonie. Dann und wann versuchten Kurpfuscher die Notlage der Bewohner auszunützen. Hier musste geholfen werden. Leider blieb die Schwester nicht lange hier, es waren zu wenig Einnahmen. Aber bald fand sich ein älterer deutscher Arzt als Einwanderer hier ein. Diesen verpflichtete die Frauenhilfe und stellte ihm das kleine, neuerbaute Krankenhaus zur Verfügung. Einige Jahre darauf wurde wieder eine deutsche Schwester angestellt, die auch als Hebamme tätig war und segensreich wirkte. Der Frauenverein gliederte sich der Kirche an und ist bis heute als evangelische Frauenhilfe tätig in ihrer Sorge um Kirche und Kindergarten. In den schweren Jahren nach dem zweiten Weltkrieg, als so vieles zerfiel, löste sich auch das Krankenhaus auf. Die Frauenhilfe verkaufte den Besitz und gab den Erlös der Kirche. Nur der Kindergarten wurde erhalten und befindet sich hinter dem Pfarrhause.

Im Mai 1932 kehrte Pfarrer Lötz wieder nach Deutschland zurück. Sein Nachfolger wurde Pastor Soboll, der weiter auf- und ausbaute, was hier begonnen war. Leider verlegte er seine Tätigkeit nach Curitiba, sein Nachfolger wurde im Februar 1938 Pfarrer Möhle. 1939 reiste dieser mit Familie nach Deutschland, um seinen Urlaub dort zu verleben. Aber er musste in den Krieg ziehen, der nun ausgebrochen war, und geriet in russische Gefangenschaft.

Hier war auch kein freundliches Leben mehr. Alle Bücher im Pfarrhaus und noch manches andere dazu wurden beschlagnahmt, ebenso wie die grosse deutsche Schulbibliothek und viele Instrumente im Krankenhaus der evangelischen Frauenhilfe. Der Vertreter von Pfr. Möhle, Pfarrer Neumann, wanderte ins Gefängnis. Die Gemeinde war dankbar, wenn sie dann und wann von Pfarrern der Nachbargemeinden betreut wurde. Aus Rio Negro kam Herr Pfr. Melzer, aus São Bento Herr Pfr. Prinz. Die

cultivados, e muitas vezes a senhora do pastor ajudou a embelezar os cultos e festas das igrejas com a sua bela voz cantando solos em louvor ao Criador.

No ano de 1922, a senhora Klara Hermann fundou uma Sociedade Evangélica de Senhoras, na qual foi possível empregar uma irmã livre alemã. Até aquela data não havia médico, farmácia nem parteira em toda a nossa colônia. Essa situação devia ser sanada. Infelizmente, a irmã não ficou muito tempo; as rendas eram escassas. Mas pouco tempo depois veio para cá como imigrante um médico alemão de meia idade. Este foi contratado pela sociedade de senhoras que lhe pôs à disposição o pequeno hospital ultimamente construído. Veio outra irmã enfermeira que trabalhou também como parteira e cumpriu uma missão abençoada. A sociedade de senhoras filiou-se à Comunidade e funciona até hoje em benefício dela e do Jardim da Infância, como Ordem Auxiliadora de Senhoras. Nos difíceis anos da Segunda Guerra Mundial, em que tantas instituições encerraram para sempre as suas atividades, dissolveu-se também o hospital. A ordem Auxiliadora vendeu a propriedade e doou o valor obtido à Comunidade. Só o Jardim da Infância que se acha atrás da casa pastoral foi mantido.

No ano de 1932, o Pastor Lötzt voltou para a Alemanha. Seu sucessor o Pastor Soboll continuou e desenvolveu as obras iniciadas por seus antecessores, mas infelizmente transferiu a sua atividade para Curitiba. Em seu lugar veio, em fevereiro de 1938, o Pastor Möhle que viajou em 1939 para a Alemanha em gozo de férias e teve de tomar parte na guerra, ficando alguns anos como prisioneiro na União Soviética.

Aqui não havia mais vida tranquila. Todos os livros da casa pastoral e outras coisas foram confiscados como também a grande biblioteca alemã da escola e instrumentos do hospital. O substituto do Sr. Pastor Möhle, o Pastor Neumann, foi para a cadeia. A comunidade era grata quando de tempo em tempo era atendida pelos pastores das comunidades vizinhas. De

Herren Ehlert, Roedl und Kinas waren als Gemeindepfleger tätig und setzten unverdrossen ihre Kräfte ein, um das kirchliche Leben zu erhalten und die Jugend im Evangelium zu unterweisen. Es war eine schwere Zeit, die Gottesdienste waren schwach besucht, die Alten beherrschten die Landessprache nicht, Gottes Worte konnte nur von wenigen aufgenommen werden. Die Jungen passten sich bald der neuen Lage an, aber der innige Zusammenschluss fehlte.

Endlich, im April 1948 erhielt die Gemeinde wieder einen eigenen Pfarrer. Es war Pfr. Edgar Liesenberg, der schon öfter in der letzten Zeit als Vertreter hier tätig war. Viel Arbeit wartete auf ihn, aber mit Liebe gelang es ihm, die alte Ordnung wiederherzustellen und Neues zu schaffen. Während seiner langen Studienreise nach Deutschland vertraten ihn nacheinander die Herren Pfarrer Blümel, junior und senior. Nach seiner Rückkehr setzte sich Pfarrer Liesenberg für die Erneuerung der Kirche ein. Sie wurde vergrößert und innen verbessert. Wieder hiess es wie vor 50 Jahren: Feste veranstalten, Sammellisten aufstellen und ähnliches mehr. Aber es gelang, Pfarrer und Gemeinde strebten einmütig zum gleichen Ziel, manche gute, freiwillige Spende kam in die Baukasse.

Die Kirche wurde fertig, ohne Schulden machen zu müssen. Nun haben wir genügend Raum, der bei grossen Feiertagen immer sehr knapp bemessen war. Pfarrhaus und Kirche mit ihren Gartenanlagen zieren den Stadtplatz. Aber trotz allem wurde die Gemeinde wieder von ihrem Pfarrer verlassen. Pfarrer Liesenberg übernahm das Pfarramt Pommerode, und für die Hansa wollte sich niemand melden. Aber endlich, 1955, fand sich ein Seelsorger in Herrn Diakon Robert Kinas, in dessen Hände die evangelische Gemeinde Hansa Humboldt vertrauensvoll die Leitung des Pfarramtes legte.

Klara G. Hermann.

Digitização do texto em alemão: Joshua Manske

Rio Negro veio o Pastor Melzer, de São Bento o Pastor Prinz. Os srs. Ehlert, Roedl e Kinas funcionaram como substitutos de pastores que não havia, e muito se empenharam para manter a vida religiosa e ensinar à juventude o Evangelho. Foi um tempo difícil; os cultos eram poucos frequentados, os velhos não conheciam o vernáculo. A palavra de Deus podia ser ouvida só por muito poucos. Os mais jovens adaptaram-se muito ligeiro à nova situação, mas faltava-lhes o sentimento da união.

Finalmente, no ano de 1948 a Comunidade recebeu um novo pastor. Era o Sr. Pastor Liesenberg, que antes já havia funcionado como representante no tempo da guerra. Muito trabalho esperava por ele. Mas com muito amor conseguiu estabelecer a antiga ordem e criar coisas novas. Durante a sua viagem de estudos à Alemanha foi substituído pelos Srs. Pastores Blümel Sênior e Júnior. Depois de sua volta, empenhou-se pela reforma e renovação da igreja que foi aumentada e melhorada por dentro. Mais uma vez como há 50 anos, a ordem do dia era: organizar festas, fazer listas para donativos e arrumar tómbolas. E tudo foi conseguido porque o Pastor e Comunidade lutavam unidos pelo mesmo alvo. Muitos donativos dados de boa vontade contribuíram para engrossar o fundo da caixa de construção.

A igreja ficou pronta sem deixar dívidas a pagar. Agora temos bastante espaço ,que em dias de grandes festas era muito pequeno. Igreja e casa pastoral com suas praças ajardinadas e bem cuidadas adornaram a nossa vila. Mais uma vez a nossa Comunidade foi deixada pelo pastor. O Sr. Pastor Liesenberg aceitou a Comunidade de Rio do Testa (Pomerode), e para Hansa Humboldt ninguém queria apresentar-se. Finalmente no ano de 1955, achou-se o Sr. Diácono Robert Kinas, em cujas mãos a Comunidade Evangélica de Corupá confiou sua vida religiosa.



Crime e escravidão no berço da Fiação Catarinense: Brusque (1861)

CRIME E ESCRAVIDÃO NO BERÇO DA FIAÇÃO CATARINENSE: BRUSQUE* (1861)

José Bento Rosa da Silva**

No dia 07 de agosto do ano de 1861, o Carcereiro da cadeia de Itajaí, João Manoel Stuart, remetia ao escrivão, José Dias de Miranda, um bilhete certificando da fuga do réu Adolfo Reinne, razão pela qual o Juiz Municipal, José Francisco Alves Serpa, deu por encerrado o processo que havia sido impetrado contra o réu por Bento Malaquias da Silva em março do mesmo ano.

Adolfo Reinne, filho de Christiano Reinne, de trinta e quatro anos de idade, solteiro, negociante, natural de Hamburg, era acusado de ter assassinado Miguel, escravo de Bento Malaquias da Silva, conforme a petição do queixoso:

Diz Bento Malaquias da Silva, morador nesta Vila, no Rio Pequeno, no lugar denominado Limoeiro, distrito desta Vila, tendo justos motivos para queixar-se contra Adolfo Reinne, natural da Alemanha e morador na Colônia Brusque, convém fazer por este juízo, e para que a sua presente queixa lhe seja tomada, passa a instruí-la, segundo as exigências dos Artigos 78 e seguintes do Código do Processo Criminal³.

* Atual cidade de Brusque no Estado de Santa Catarina, que época era freguesia da Villa do Itajahy.

** Professor de História da África e Afro-brasileira na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³ “Artigo 78. As queixas, e denúncias devem ser assinadas, e juradas pelo queixoso, e denunciante; e se este não souber, ou não puder escrever, por uma testemunha digna de crédito. Artigo 79. A queixa, ou denúncia deve conter: Parágrafo 1º. O fato criminoso com todas as suas circunstâncias. Parágrafo 2º. O valor provável no dano sofrido. Parágrafo 3º. O nome do delinqüente, ou os sinais característicos, se for desconhecido. Parágrafo 4º. As razões de convicção, ou presunção. Parágrafo 5º. Nomeação de todos os informantes e testemunhas. Parágrafo 6º. O tempo, e o lugar, em que foi o crime perpetrado”. Da Queixa e Denúncia. In.: **Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Brazil com a Lei de 3 de Dezembro de 1841**, n° 261. RJ; Jacintho Ribeiro dos Santos – Livreiro/Editor, 1899, p.130

Tendo Adolfo Reinne na noite do dia doze para treze de fevereiro⁴, mês, no porto do sítio do queixoso, seriam dez para onze horas da noite, dado um tiro de espingarda em um seu escravo de nome Miguel, do qual resultou imediatamente a morte do dito escravo; que o acusado cometeu o crime de morte especificado no Artigo 192 do Código Criminal, vem por isso dar o mesmo queixoso a sua presente queixa afim do acusado ser punido com o máximo das penas do referido artigo, por ter concorrido as circunstâncias agravantes do Artigo 16 Parágrafos 1, 4, 6 e 12 do mesmo Código. O queixoso jurando ser verdade o quanto alega, avalia o dano causado em um conto de réis⁵ e oferece para testemunhas: Manoel Alves de Andrade, Isidoro Antônio da Silva, Maurício Antônio Gonçalves, Luiz Custódio de Jesus, Joaquim, escravo de dona Úrsula Maria da Conceição, Vicente, escravo de dona Angélica Marques Pacheco, José Zocondio e Jacinto de Mello⁶.

Dona Úrsula Maria Conceição, que não estava no rol das testemunhas, mas um seu escravo, era vizinha de Malaquias, como aponta uma correspondência de Bento à Câmara de Vereadores, solicitando comprar terras devolutas que faziam divisas com o terreno da mencionada senhora⁷.

⁴ Parece haver um equívoco quanto ao mês, as testemunhas apontam para o mês de janeiro, bem como a data do exame de corpo de delito.

⁵ Um conto de réis foi o preço que Bento pagou a Jacinto José Duarte dois anos depois, pelo escravo crioulo Vitorino. Escravo que mais tarde foi trocado com um outro de nome João, de Nação; propriedade de Antônio de Borba. In: Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins. Fundo: Cartório de Registro de Imóveis – 1º Ofício de Itajaí. Livro 003, ano 1863/1864. Código. F.C/01. Caixa 01. Livro 006, ano 1865/1866. Código F.C./01. Caixa 01.

⁶ Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins. Processos Crimes da Primeira Vara Criminal da Comarca de Itajaí. Auto nº 09. Caixa 5-A, ano 1861, folhas 02 e 02v.

⁷ “[...] Outro (ofício) do inspetor da tesouraria da Província de 12 de junho, enviando um requerimento de Bento Malaquias da Silva, que pede aforamento de 17 braças de terras de marinhas, entre o terreno do suplicante e a Sra. Úrsula Maria da Conceição, e pedindo a Câmara informar se há ou não algum inconveniente em que as referidas terras sejam aforadas ao peticionário. Inteirada, a Câmara informou não haver inconveniente e devolveu-se o referido requerimento com a informação ao referido inspetor [...]”. Ata da 3ª. Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Itajaí, 24 de outubro de 1866. In.: **Fundo:** Câmara Municipal de Itajaí. Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Itajaí. Caixa N. 01. Livro 01- B. Ano 1866/1867.

O processo tramitou na Comarca de Nossa Senhora da Conceição do Rio São Francisco (atual São Francisco do Sul), uma vez que a Comarca do Santíssimo Sacramento do Itajaí só foi instalada no ano de 1868. No entanto, o queixoso não pôde acompanhar as inquirições das testemunhas por se encontrar doente. Seu advogado, Jacintho de Souza Miranda, esteve atento à tramitação do processo.

O exame de corpo de delito foi realizado na presença de Joaquim Pereira Liberato, Delegado de Polícia, acompanhado do seu Escrivão, Dias de Miranda. O exame ficou sob a responsabilidade dos peritos José Pereira Liberato e João Maurício Chacon, ambos negociantes e moradores na Vila⁸, sob os olhares das testemunhas Desidério Gregório da Conceição e Romualdo Jerônimo Sedrez.

Após o exame, concluíram que, de fato, houve a morte do escravo de Bento Malaquias provocada por um tiro de espingarda, tendo encontrado porções de chumbo no pescoço e nas costas de Miguel. Disseram, ainda, que a morte foi imediata e avaliaram o dano causado no valor de um conto de réis.

Do exame fica evidente que o escravo sofreu uma emboscada, pois havia porção de chumbo nas costas e no pescoço, daí a razão pela qual, na petição, Bento Malaquias invocara os parágrafos 1, 4, 6 e 12 do Artigo 16 do Código Criminal, qual sejam, as circunstâncias agravantes⁹.

⁸ Não eram médicos, boticários, nem profissionais e mestres de ofício; mas segundo o Código do Processo Criminal, na falta destes, “pessoas entendidas e de bom senso, nomeadas pela autoridade que presidir o mesmo corpo de delito”. Do Auto de Corpo de Delito. In.: **Código do Processo Criminal do Brasil**. Op.Cit. p.440.

⁹ “Artigo 16. São circunstâncias agravantes: Parágrafo 1º. Ter o delinqüente cometido o crime de noite ou em lugar ermo. Parágrafo 4º. Ter sido o delinqüente impellido por um motivo reprovado ou frívolo. Parágrafo 6º. Haver no delinqüente superioridade em sexo, forças ou armas, de maneira que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa. Parágrafo 12º. Ter precedido ao crime a emboscada por ter o delinqüente esperado o ofendido em um ou diversos lugares”. Das Circunstâncias Agravantes E Atenuantes Dos Crimes. In. Código Criminal Do Império Do Brazil. RJ: Livraria Popular De A.A. Da Cruz Coutinho, 1885,pgs.63,71 e 76.

Não nos foi possível identificar a população escrava da Vila do Itajaí neste período, no entanto, a população geral era de 2.500 habitantes¹⁰. Entre as oito testemunhas, havia dois escravos: Joaquim e Vicente. Por se tratar do homicídio de um escravo, analisaremos primeiro, os depoimentos destas testemunhas, embora consideradas testemunhas informantes, dada a condição de escravos de acordo com o Código do Processo Criminal¹¹.

Joaquim, 54 anos de idade, casado, lavrador, escravo de dona Úrsula Maria da Conceição¹². Quando inquirido pelo Juiz sobre o crime, respondeu que

[...] na noite do dia doze para treze de janeiro deste ano, ele testemunha se achava no pasto do sítio denominado Limoeiro, de Bento Malaquias da Silva, dormindo dentro da casa o escravo do mesmo Francisco do mesmo Bento Malaquias, e ali ouvira um tiro, que devia ser onze ou doze horas da noite, e saindo ele testemunha a verificar no que havia sido empregado o tiro, ele encontrou no pasto perto da canoa Adolfo Reinne com uma espingarda na mão e

¹⁰ Sobre a população de Itajaí no período compreendido entre 184 e 1930, ver: FLORES, M. B. R. **História Demográfica de Itajaí: uma população em transição (1866-1930)**. Florianópolis: UFSC, agosto de 1979, p. 62 (Dissertação de Mestrado em História).

¹¹ “Artigo 89. Não podem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido, mulher, parente até o segundo grau, o escravo, e o menor de quatorze anos; mas o juiz poderá informar-se deles sobre o objeto da queixa, ou denúncia, e reduzir a termo a informação, que será assinada pelos informantes, a quem se não deferirá juramento” Das Provas. In.: **Código do Processo Criminal do Império do Brasil**. Op. Cit. p. 154.

¹² Em 03 abril do ano de 1866, a mesma Úrsula passava carta de alforria sob condição, a um seu escravo Joaquim de mais de setenta anos, acreditamos ser esta testemunha: “Declaro, eu Úrsula Maria da Conceição que sendo legítima senhora possuidora de um escravo de nome Joaquim de nação crioula e atendendo aos relevantes serviços que o mesmo me tem prestado e ter o mesmo mais de setenta anos de idade, por isso que de minha livre e espontânea vontade sem constrangimento de pessoa alguma, concedo plena liberdade ao dito meu escravo Joaquim, com a obrigação por me tratar enquanto viva for, não podendo eu nem meus herdeiros em tempo algum renegar a alforria, por ser dada de minha livre vontade, para desfrutar como se tivesse nascido de ventre livre”. In.: Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins. Processos de Compra e Venda de Escravos. Livro nº 06 Ano: 1865/1866. Caixa 01. Etiqueta 006. Folhas 29.

dissera-lhe a ele testemunha que havia atirado um tiro em um vulto que vira dentro de sua canoa, e que esse vulto depois do tiro atravessara o rio; isto disse Reinne a ele testemunha, e que ele vira mais na ocasião do tiro: um barulho dentro d'água que parecia ser uma capivara; disse mais ele testemunha, que o preto Miguel estava dormindo na mesma casa onde a testemunha se achava e que na ocasião do tiro não encontrou o preto Miguel em casa¹³.

O depoimento de Joaquim evidencia que Reinne estava na propriedade de Bento Malaquias ou nas proximidades. Estaria ele aproveitando da enfermidade do proprietário? Ou ainda, onde estaria Bento, proprietário do sítio quando ocorreu o crime? Por que o escravo Miguel tinha por hábito dormir na mesma casa em que dormia Francisco, outro escravo de Bento?

Ao que nos parece, Joaquim tinha amizade com Miguel e com Francisco a ponto de pernoitar na casa de ambos, ou seja, havia solidariedade entre os escravos na Vila do Itajaí, no caso específico, na Colônia.

Diante do depoimento do escravo de Úrsula, o alemão Reinne calou-se, conforme registrou o escrivão: “[...] e sendo dada a palavra ao réu para contestar a testemunha, pelo réu foi dito que não contestava a testemunha [...]”¹⁴.

Vicente, escravo de dona Angélica Marques Pacheco, 28 anos de idade, solteiro, natural da Província de Santa Catarina, sendo inquirido sobre o crime

respondeu que estando na noite do dia doze para treze de janeiro do corrente ano no pasto do sítio de Bento Malaquias da Silva, no lugar dormindo na proa de uma lancha, ouvira um tiro e levantando-se para examinar em que havia sido empregado aquele tiro, encontrou Adolfo Reinne em terra, perto de sua canoa, e lhe dissera que havia atirado um tiro em um ladrão ou capivara, e disse mais

¹³ Auto N. 09. Op. Cit. Folhas 12.

¹⁴ Idem.

ele testemunha, que na ocasião do tiro vira um barulho n'água e passado este, ele testemunha e outros vieram ao pasto com uma luz examinar o ocorrido e daí encontraram o rastro de uma pessoa que havia se dirigido para a canoa de Reinne”¹⁵.

É bom notar que o escravo que dormia na proa da lancha no pasto de Bento Malaquias, bem como Joaquim, não eram seus escravos, no entanto, estavam na propriedade do mesmo, sugerindo a possibilidade de ter havido um ajuntamento de escravos, o que era proibido pelo Código de Postura e pelo Código Criminal.

Maurício Antônio Gonçalves, 29 anos, lavrador, solteiro e morador do Rio Pequeno, encontrava-se na casa de Maria Francisca, nas imediações onde se deu o crime. Segundo ele, ao ouvir o estampido da espingarda, correu em direção à propriedade de Bento Malaquias. Lá encontrou o réu que disse ter atirado em “capriango”. Tendo chegado outras pessoas ao local, iluminaram o lugar, encontrando pegadas de uma pessoa que havia entrado na canoa de Reinne e

[...] nessa ocasião ouvira um barulho n'água, que supunha ele testemunha ser o escravo Miguel que não se achava em casa na ocasião do tiro. Disse mais, ele testemunha, que seguindo no outro dia para a Colônia Brusque só voltara passados dois dias e o escravo Miguel até então não havia aparecido [...]”¹⁶.

Depreende-se do depoimento de Maurício que o corpo do escravo Miguel não foi encontrado logo em seguida da sua morte e que, se não tivesse morrido do tiro, como constatou o laudo, morreria afogado, certamente.

Embora o réu tivesse dito no ato do crime que havia atirado num “capriango”, quando do depoimento de Maurício não fez nenhuma

¹⁵ Idem. Ibidem. Folhas 12v.

¹⁶ Idem. Ibidem. Folhas 11.

contestação, a exemplo do que fizera diante do depoimento das demais testemunhas. Seria uma estratégia de defesa? Ou caberia o dito popular de “quem cala consente?”.

O marinheiro Isidoro Antônio da Silva, que dormia na proa da lancha com o escravo Vicente, de Dona Angélica Marques Pacheco, ao ouvir o tiro e tendo encontrado o réu, perguntou-lhe do que se tratava, tendo o réu respondido que havia atirado em um vulto que se encontrava em sua canoa e, na ocasião, Reinne lhe dissera que “chamara ao vulto que havia na canoa por duas outras vezes e então atirara sem saber no que atirara”.

Para cada pessoa que perguntara a Reinne as razões dos tiros, ele tinha uma explicação diferente sem, contudo, negar que tenha sido ele o autor do disparo contra o vulto, ladrão, “capriango” ou seja lá a denominação que tenha dado.

Após o depoimento de Isidoro, que era marinheiro, surge uma outra possibilidade de interpretar as razões que levaram o escravo de dona Angélica estar na localidade. Talvez fosse um escravo de ganho que estivesse a serviço de Isidoro. Encontramos outros escravos marinheiros nos portos da Província de Santa Catarina, inclusive na Foz do Itajaí¹⁷: Manoel Caetano Vieira, morador da Paróquia de Nossa Senhora da Penha, tinha em seu plantel dois escravos marinheiros, Calisto, de 18 anos de idade, e Cezílio, de 15 anos, ambos filhos da escrava Rita do mesmo proprietário¹⁸.

¹⁷ “População Marítima: Em geral os habitantes do litoral desta província são votados à vida do mar e por ela tem particular predileção, contanto que o embarque se faça na marinha mercante. A população marítima que está matriculada na capitania do porto até o último dezembro de 1859, segundo os diferentes ramos da vida em que se empregam, consta do seguinte quadro [...]: Marinheiro nacionais: 570

Marinheiros estrangeiros: 202; Marinheiros escravos: 398 [...]; Já para o ano seguinte, tínhamos a seguinte população marítima: [...]; Marinheiros nacionais: 633; Marinheiros estrangeiros: 232; Marinheiros escravos: 407[...]”. In.: Relatório do Presidente da Província relativo aos anos de 1859 e 1860. In.Site:www.crl-search collections.

¹⁸ Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins. Correspondências Expedidas/Matrícula de Escravos. Caixa 01, documento 03/1872

Seja lá como for, tanto Isidoro quanto o escravo testemunharam, incriminando o imigrante alemão Reinne pela morte do escravo de Bento Malaquias, bem como o negociante Manoel Alves de Andrade, natural e morador da Vila do Itajaí, pois que se achava na casa de Alexandre Handoff, morador no Limoeiro, em propriedade de Bento Malaquias:

Na noite do dia doze para treze do corrente ano, vendo ele testemunha um barulho, acordara-se para examinar o que havia passado e encontrara Joaquim, escravo de dona Úrsula Maria Conceição e Isidoro Antônio da Silva e Maurício Antônio Gonçalves e Vicente, escravo de dona Angélica Marques Pacheco e outros que lhe disseram a ele testemunha, que Adolfo Reinne havia atirado um tiro em um vulto que se achava no rio. Disse mais ele testemunha, que ao amanhecer do dia doze para treze de janeiro, perguntara a Adolfo Reinne o que havia acontecido, este lhe dissera que encontrando um vulto dentro de sua canoa atirara um tiro, quando este vulto já se achava n'água e que nada mais viu. Disse mais ele testemunha, que fora encontrado abaixo do pasto do sítio de Bento Malaquias da Silva, morto o escravo Miguel do dito Bento, este por lhe haverem dito testemunhas¹⁹.

O réu contestou o depoimento dizendo que no caso de ter dito alguma coisa, só dissera que havia dado um tiro devido ao barulho que fazia em sua canoa. Ao que a testemunha retrucou dizendo que sustentava seu depoimento.

Pela primeira vez no decorrer do processo, o réu contestou uma testemunha e justamente aquele que, como ele, tinha como profissão negociar na Vila e Freguesia. Seria alguma pendência anterior em decorrência dos negócios?

Duas outras testemunhas disseram que também dormiam na lancha nas proximidades do pasto do sítio de Bento Malaquias, indicando que o porto era bastante movimentado e que o rio Itajaí-Mirim era mesmo

¹⁹ Auto nº 09. Op. Cit. Folhas 14 e 14v.

o principal meio de comunicação entre a Vila e a Colônia, como apontam os estudos anteriores²⁰. Aliás, a localidade era também local de construção de barcos e lanchas, como lembrou um conterrâneo de Malaquias, Antônio da Costa Flôres, como se verá adiante. Pois bem, Luiz Custódio de Jesus disse que dormia na lancha, mas que soubera do acontecido no dia seguinte através das testemunhas Maurício e o escravo Vicente. Já o imigrante chinês, José Zoncódio, 20 anos de idade, lavrador, quando interrogado sobre o crime

Respondeu que estando na noite do dia doze para treze de janeiro dormindo dentro de uma lancha no pasto do dito Bento Malaquias da Silva, no lugar denominado Limoeiro, ouvira ele testemunha um tiro, levantando-se para saber do que havia sido empregado este tiro, Adolfo Reinne dissera que havia sido um ladrão e que não sabia se tinha matado ou não. Disse mais, ele testemunha, que depois do tiro o escravo Joaquim, de dona Úrsula, viera com uma luz examinar as pegadas de uma pessoa que fora à canoa de Reinne e que conhecia a pegada que era do escravo de Bento Malaquias. E que lhe dissera mais o escravo Joaquim, ter encontrado em casa de Malaquias um boião com aniz²¹.

A última testemunha a ser ouvida foi o militar Jacintho Corrêa de Mello, 24 anos de idade, que não foi testemunha ocular, mas que testemunhou a partir da confissão do réu quando da prisão por ele efetuada:

Respondeu que indo ele testemunha prender Adolfo Reinne, por ordem do Delegado de Polícia, na ocasião de prender Reinne lhe dissera que estando no pasto de Bento Malaquias da Silva na noite do dia doze para treze de janeiro, que estava deitado debaixo de uma laranjeira e vira, digo-, ouvira um barulho dentro de sua canoa e acordando foi

²⁰ Sobre esta questão, ver: HERING, M. L. R. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí**. Blumenau: Ed. Furb, 1987. CABRAL, O. R. **Brusque**: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

²¹ Auto n° 09. Op. Cit. Folhas 18v e 19.

examinar o que era e viu um vulto em pé, dentro da mesma canoa e estando Reinne desarmado, voltou a buscar a espingarda e vindo com ela, gritou ao vulto que estava de pé na canoa que se retirasse, e não tendo se retirado, ele atirou um tiro no vulto que estava na canoa, e que caindo este vulto n'água, não soube o que era²².

O depoimento de Jacintho, a partir da confissão do réu no momento da sua prisão, se comparado com os demais está mais bem elaborado. Talvez por isso a testemunha tenha insistido em dizer o que dissera: tinha mais suporte a confissão do réu ao ser conduzido para o xadrez.

No mesmo dia 22 de março, na residência do Delegado, Joaquim Pereira Liberato, foi realizado o interrogatório do réu que disse ser natural de Hamburg, morador na Colônia Brusque há 08 meses e ser negociante de profissão. Disse que conhecia Bento Malaquias apenas de vista. Perguntado se tinha alguns motivos particulares contra Bento, a quem atribuía a queixa, respondeu que nem conhecia o autor da mesma.

Reinne foi incurso no Artigo 193 do Código Criminal com agravantes nos parágrafos 1, 4, 6 e 16 do Artigo 16 do mesmo código. Mas é interessante um olhar sobre o *Libelo Crime*, uma das peças do processo que apontam para as argumentações da condenação:

Por libelo crime acusatório, diz o autor Bento Malaquias da Silva, contra o réu preso Adolfo Reinne de nação alemã, esta na melhor forma do direito o seguinte:

I

Por que o autor Bento Malaquias da Silva é morador no lugar denominado Limoeiro do Rio Pequeno de Itajaí do termo desta Vila, estabelecido com fazenda, culturas, fábricas de serrar madeira e açúcar. O réu Adolfo Reinne, natural de Hamburg da Confederação ou Império da

²² Idem. Folhas 19v.

Alemanha, um vagabundo que negocia em uma pequena escola na Colônia Brusque.

II

Por que na noite do dia doze do mês de janeiro do corrente ano de 1861, das dez para onze horas, o réu assassinou com um tiro de espingarda ao escravo Miguel, da sua propriedade, a que tinha sido o réu buscar água (onde o réu tinha vindo buscar água), sob a hipótese do escravo ir furtar sua canoa, de cujo tiro resultou instantaneamente a morte do escravo do autor.

III

Por que o réu cometeu o crime com premeditação, havendo decorrido vinte e quatro horas do designo formado, por ter o escravo do autor na véspera furtado,- segundo dizem-, ao réu, um boião e um aguardente de aniz; sendo (tanto) isto é verdade que o réu se achava de emboscada a espera do escravo do autor.

IV

Por que o réu cometeu o crime com surpresa e superioridade em armas, estando com espingarda carregada e pronta à espera do escravo do autor.

V

Por que o réu deve ser condenado no máximo do Artigo 192 do Código Criminal, por ter se dado as circunstâncias agravantes do Artigo 16, parágrafos 1, 4, 6, 12 e 15 do mesmo código [...]²³.

Ficou evidente no *Libelo* que o autor, proprietário de engenho de serrar, estabelecido com fazendas e culturas, era um homem bom ou de bem²⁴, ao passo que o réu, segundo ele, não passava de um imigrante, não se sabendo se da Confederação Germânica ou se do Império da Alemanha... E

²³ Auto N. 09. Op. Cit. Folhas 26, 26v e 27.

²⁴ “Era aquele que reunia as condições para pertencer a um certo estrato social distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos [...]. A expressão antes de constituir uma categoria social, ela exprimia uma condição [...]”. In.: VAINFAS, R. (Direção). **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). RJ: Ed. Objetiva, 2000, p.285.

mais, o autor desqualifica o réu como “um vagabundo que negocia numa pequena escola na Colônia”, evidenciando as tensões étnicas e raciais entre imigrantes e brasileiros na Colônia Brusque, como tivemos oportunidade de verificar em outro processo crime²⁵.

Reinne, segundo suas próprias palavras no interrogatório, estava apenas há oito meses neste “Império dos Trópicos”, possivelmente, com pouco domínio da língua e dos costumes locais, somando-se às tensões já mencionadas entre imigrantes e moradores locais, sentindo-se ameaçado a cada instante pelos índios que ali habitavam. Aliás, a presença destes legítimos habitantes do Limoeiro foram sujeitos das lembranças de Antônio da Costa Flôres que chegara em Itajaí por volta do ano de 1840, quando Itajaí ainda era uma Freguesia²⁶.

As razões do crime foram, segundo o autor do *Libelo*, a hipótese de o escravo de sua propriedade ter furtado o réu na véspera do crime, logo, o crime foi premeditado, usando como desculpas o fato de ter ido buscar água à noite. Mas na verdade, segundo se depreende da tese de acusação, era

²⁵ “[...] Saindo de sua casa e seguindo pela rua denominada Carreiras, chegando em frente à casa de Ernesto Uller, encontrou um soldado que apenas o viu, disse’ hoje os filhas das putas dos alemães hão de morrer debaixo dos meus pés’. Ao que ele, testemunha, disse: ‘ para que você deixa aquele brasileiro andar com um grande cacete na mão!’ A isto o dito soldado, sem lhe dar resposta, foi-lhe espancando com o rifle [...]”. In: SILVA, J. B. R. da S. Intolerância Étnica/Racial na Villa do Itajahy (1868-1906). In.: **Relatório de Pesquisa CNPQ**. Instituto Milênio/Laboratório de Estudos sobre a Intolerância. Projeto: Memória Identidade. Fundação Genésio Miranda Lins/ Universidade do Vale do Itajaí. 2006.

²⁶ As memórias de Antônio da Costa Flôres foram publicadas no jornal **O Novidades**, de Itajaí, no ano de 1907, quando este octogenário era tido como um dos homens mais velhos da cidade. Segundo ele, no Limoeiro, “[...] muitos anos depois da minha vinda, o carpinteiro Bento Malaquias da Silva (que aqui construiu diversas embarcações e casa no lugar da em que reside hoje o sr. Germano Thieme e que foi mais tarde o nosso primeiro coletor), para fazer um engenho de serra no Limoeiro precisou enviar para o local vinte e tantas pessoas. Lá estive então uns quinze dias prestando os meus serviços de ferreiro e ouvi, nos morros em volta, alaridos de bugres [...]”. In. **O Novidades**. Itajaí, 23.07.1907.

uma maneira de atocaiar Miguel, causando a seu proprietário um prejuízo de um conto de réis. E mais, o réu assassinou covardemente o escravo, com surpresa e com superioridade de armas. Daí o pedido de pena máxima²⁷. Mas como vimos anteriormente, o preso se evadiu da cadeia na manhã do dia 06 de agosto de 1861. Em razão disto, o Juiz Municipal em exercício, José Francisco Alves Serpa, mandou encerrar o processo em 11 de agosto do corrente ano.

Analisando o relatório do Presidente da Província, Vicente Pires da Mota, relativo ao ano de 1861, descobrimos que o homicídio cometido por Reinne esteve entre os vinte sete crimes cometidos na Província, sendo 03 homicídios. Dentre os réus que cometeram os crimes, quatro eram estrangeiros. Não há referências sobre a fuga de presos, mas do impasse na convocação do Tribunal do Júri desde a instalação da Vila (Lei nº 464, de 04 de abril de 1859) “por não haver os arranjos necessários”, acrescentando

[...] que já no ano de 1860, deixou de funcionar ali o júri, pretextando o juiz nessa ocasião ser um termo a pouco tempo criado, e não haver então qualificação se tratava de fazer. A falta de reunião do júri no termo de Itajaí é de conservar preso a mais de um ano na cadeia desta cidade um que devendo ali ser julgado, espera que o respectivo juiz de direito segua a propósito convocar a sessão [...]”²⁸.

Diante das condições de um judiciário fragilizado, das más condições da cadeia da Vila, como apontam outros relatórios, como se esperar que o criminoso Reinne fosse alcançado pelas forças de segurança? Parece-nos que quem saiu no prejuízo foi mesmo Bento Malaquias da Silva

²⁷ “Artigo 192. Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no Artigo 16, ns. 2, 7, 10, 11, 12, 13, 14 e 17. Penas: Máxima – Morte. Médio – Galés perpétuas. Mínimo – 20 anos de prisão com trabalho. In. **Código Criminal do Império do Brasil**. Op. Cit.

²⁸ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, o conselheiro Vicente Pires Mota. Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 11ª Legislatura, 1862. In. www.crl-search-collections.

ao “perder” um conto de réis com a morte de seu escravo Miguel. Se bem que este não era o seu único escravo, mas para um bom negociante, uma peça²⁹ é sempre uma peça, ou melhor, menos uma peça é sempre menos uma peça...

²⁹ “Peça: denominação dada ao escravo. Peça da Índia: medida padrão que, a partir do século XVII, avaliava a capacidade potencial de trabalho dos africanos, classificando os escravos embarcados de Luanda para o Brasil. Uma peça correspondia a um africano sadio, com aproximadamente 30 anos e 1,75m de altura. Crianças de peito, acompanhando suas mães, não eram contadas”. In.: BOTELHO, Â. V.; REIS, L. M. **Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2002, p.135. Ver também. SCISÍNIO, A. E. **Dicionário da Escravidão**. RJ: Léo Christiano Editorial, 1997.



CATOLICISMO E ITALIANIDADE: a metáfora de uma identidade confessional

CATOLICISMO E ITALIANIDADE: A METÁFORA DE UMA IDENTIDADE CONFESSIONAL

José Roberto Severino*

Palavras chave: Patrimônio e identidade, intermediários culturais, imigração trentina.

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões e análises desenvolvidas acerca da produção cultural definidora de uma italianidade. Aqui são vistos em especial os enunciados presentes em cartas e relatos de viagem. Recuperados a partir dos anos 70 são publicados na imprensa católica e outras agências fomentadoras de uma identidade italiana (italianidade) entre descendentes de imigrantes italianos e trentinos residentes em Santa Catarina (Região de Brusque, Nova Trento, Rodeio e Rio dos Cedros) a partir do Centenário da imigração italiana.

Procurei com este trabalho responder às minhas inquietações sobre práticas sociais e de produção cultural em Brusque, Nova Trento, Rodeio e Rio dos Cedros, em Santa Catarina. Lugares que aprendi a entender, o que me ajudou a resignificar antigos gabaritos de interpretação que embotavam meu olhar. A vida da maior parte das pessoas na região é marcada pela memória da imigração pela agricultura, pelo trabalho assalariado na indústria ou por atividades de serviços nos pequenos núcleos urbanos que se formaram das antigas colônias como os bairros de Ponta Russa, Poço Fundo, Thomaz Coelho, Cedro Alto, Cedro Grande, Ribeirão do Mafra no atual município de Brusque (Colônia Itajaí - Príncipe Dom Pedro), Nova Trento (Distrito Colonial Alferes), Rodeio e Rio dos Cedros (Colônia Blumenau). Outro elemento marcante na região é a noção de

* José Roberto Severino – FACOM/UFBA

origem, que de alguma forma tabula as conversas ou ao menos as inicia. Estes municípios têm em comum o fato de apresentarem o que se definiria como uma cultura italiana. Pelo menos na região é o que se diz.

As diferenças entre eles são muitas. Brusque foi colônia alemã, e apresenta alguns bairros que concentram população de origem italiana. Nova Trento é o oposto, apresentando um ou outro sobrenome alemão, também concentrados em algumas comunidades. Rodeio e Rio dos Cedros pertenciam à colônia Blumenau, e concentravam italianos e tirolezes subordinados ao comércio dirigidos em sua maioria por alemães e descendentes. As semelhanças vão por conta de um processo de resignificação vivido bem depois do período da imigração. Trata-se do conjunto de eventos e práticas que passaram a compor o cotidiano de alguns grupos nestas cidades. O “descobrimento” do Estado de Santa Catarina pelos Trentinos a partir do centenário e seu papel na resignificação da italianidade na região não poderia ser esgotado neste pequeno texto, o que me leva a propor um foco mais preciso na idéia de religiosidade subjacente ao tema. Evidente e consensualmente entendida como natural dos italianos, a religiosidade, ou melhor, o catolicismo, configura-se como uma marca da própria identidade de quem é descendente. E não deixa de fazer sentido se observarmos que afora as ordens religiosas que mantinham contato permanente com a Itália, as relações com aquele país se davam muito mais pelas congregações e pela memória do que por ações concretas de ida e vinda de capitais, cultura, e gente promovidas pelo estado.

Durante os preparativos para as comemorações do centenário da imigração em 1975, foi feito um trabalho de reunir os municípios para a organização de uma programação comum, como atesta o cartaz e folder envolvendo Rodeio, Rio dos Cedros, além de Nova Trento. O responsável pela articulação teria sido o professor Moisés Mazzola. Os preparativos previam um desfile cívico com a participação de escolas municipais e

estaduais, entidades, banda e missa em latim, bem como uma homenagem aos pioneiros desbravadores².

E começaram a chegar as comitivas de Trento sempre em números maiores. Há quem diga que muitos prefeitos e funcionários italianos passaram a tirar férias no Brasil, que além de Rodeio, Rio dos Cedros, Nova Trento, incluíam Foz do Iguaçu e algum exotismo a mais do Brasil. Os motivos que levavam as comitivas da região a viajarem para a Itália marcavam outro tipo de pesquisa, também causadoras de estranhamento. Tratava-se sempre de buscar, religar, aprender. Notícias que foram perdendo com o tempo o impacto que tinham tanto lá quanto cá, ao longo dos anos que se seguiram às primeiras visitas. Havia um certo estranhamento e surpresa quando um *italiano de verdade* visitava os municípios. Grupos que falavam italiano e *quase* o mesmo dialeto. Os elementos que se apresentavam eram a princípio incontestáveis: os sobrenomes eram os mesmos do Trentino, o dialeto parecia um rudimentar dialeto Trentino, a religiosidade era como a do Trentino há 70 anos, enfim, como se um filho pródigo fosse reencontrado cem anos depois... E dito publicamente naqueles momentos de encontro,

Buona Gente: A comitiva italiana que se encontra em Santa Catarina participando dos festejos do centenário da colonização italiana foi recebida pelo governador Konder Reis. Na ocasião, o secretário Guido Lorenzi, da educação, cultura e esportes da província de Trento manifestou a intenção de oferecer bolsas de estudos a jovens catarinenses para especialização em técnicas de viticultura e fruticultura. As bolsas destinam-se a jovens ligados a agricultura, moradores nos municípios de Rio dos Cedros, Rodeio e Nova Trento. Em nome do governador da província de Trento, o Signor Lorenzi assegurou a remessa de livros, publicações, filmes slides e pinturas para o acervo de bibliotecas a serem abertas nas cidades de Nova Trento, Rodeio e Rio dos Cedros. A oferta, que inclui a doação de discos

² MARTINS, José de Souza. Subúrbio. Comparar a visita do imperador e a movimentação que isso causou. Ver também os criadores de coisas já criadas (o primeiro carro, telefone, gramofone etc).

com canções folclóricas de Trento, tenciona manter acesas as tradições e costumes italianos em Santa Catarina. Ao final do encontro, os cantores Mauro Marcantoni e Lucia Maccani, integrantes da comitiva, brindaram os presentes com a canção “América, América”, que era cantada pelos imigrantes trentinos ao deixarem a península com destino às plagas americanas. Encantaram a seleta platéia constituída pelos secretários Albino Zeri, Adolfo Zigelli, Paulo da Costa Ramos, Zany Gonzaga, assessores do palácio e o próprio governador Konder Reis. Ao despedir-se, Konder Reis ofereceu a “homenagem do povo e governo catarinense ao povo e governo de Trento”, traduzida numa placa de prata entregue ao secretário Guido Lorenzi.³

Os dias no Brasil causaram profunda impressão ao Mons. Guido Bortolameotti, que representou o Arcebispo de Trento nas comemorações do centenário, tendo participado de rituais civis e litúrgicos ao longo de duas semanas. Após retornar a Trento, escreve ao padre organizador do evento em Rio dos Cedros,

Trento, 28/01/1976.

Caríssimo padre Victor, escrevo-lhe e por seu intermédio, escrevo a toda a comunidade cristã de Rio do Cedros, ao prefeito, aos professores às irmãs e a todo o povo, que demonstrou querer-nos muito bem.(...)

A minha impressão do centenário de Rio do Cedros foi ótima. Encontrei uma comunidade profundamente cristã, tranqüila e rica de caridade. Notei especialmente uma fé, que aqui entre nós, infelizmente está diminuindo. Encontrei em Rio dos cedros aquilo que era, também, nas nossas comunidades de Trento, há 70 anos atrás.(...)

Aquela cruz que peguei no cemitério do Caravaggio, coloquei-a numa moldura e conservo-a aqui junto de mim no meu quarto. Nesta mesma manhã, que escrevo, rezei perante ela, sentindo-me feliz em união com os 100 anos de história e com todo o povo de Rio dos Cedros, que dos mortos é o herdeiro, não somente das casas ou dos campos, mas de todo o patrimônio do bem que soube construir. Auguro a todos um Ano Bom e em nome do

³ **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau .25/07/1975, p. 03.

Senhor peço para todos muitas bênçãos do céu. Com fraternal abraço, Mons. Guido Bortolameotti⁴

Na carta recebida pelo padre Victor e depois publicada em seu livro, Monsenhor Guido refere-se a Rio dos Cedros como lugar de *retiro espiritual*, que não pode mais ser visto na Trento moderna, marcada por outros valores que não os cristãos, como a busca individualista do sucesso. Neste sentido ele fala de herança, sugerindo que a boa herança dos antepassados Trentinos, mais do que coisas e objetos seria a religiosidade.

De certa maneira esta idéia de que os descendentes dos trentinos naqueles lugares comportam algo que já se perdeu no trentino é recorrente nos textos sobre o tema. A fala dos representantes religiosos, da província e de outras entidades reforça esta assertiva. Isto deve ter ficado mais explícito no dia do desfile, quando se oferecia para ver uma manifestação que envolvia agricultores e pequenos proprietários trajados de forma paupérrima, equipados com objetos que lembravam a vida de privações a que estavam submetidos. Vale lembrar que os museus e amostras sempre trazem objetos associados aos improvisos necessários aos *pioneiros* do lugar. As festividades do centenário em Rio dos Cedros tiveram a coordenação a partir do vigário, que conseguiu envolver muitos moradores na preparação. Lino Vicenzi⁵, que participou na preparação de um dos carros alegóricos afirma que o empenho do padre foi fundamental para a festa, e afirma com orgulho que o prefeito de Trento juntamente com o Governador do estado prestigiaram o desfile. A missa teve um papel importante na agenda, levando-se em conta que o ritual repete a cristianização do lugar. Civilização celebrada e organizada pelo padre com dois anos de antecedência, na preparação

⁴ VICENZI, Victor. **História e imigração italiana de Rio dos Cedros**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1985. p. 13-17.

⁵ VICENZI, Lino. 79 anos. Agricultor. Entrevista concedida a Luiz Giovanella Neto em 06/01/2003. Pomeranos Caravaggio - Rio dos Cedros. Acervos do Centro de documentação sobre imigração italiana (CEDI), UNIVALI, Itajaí, SC.

do coro. Já as alegorias contaram com preparativos de semanas antes do evento, e permitem entrever noções de modernidade no carro mais antigo levando os moradores mais velhos, representação do capital simbólico da civilização no lugar. O desfile contou a participação de muita gente, sendo que o envolvimento do vigário muito contribui para isto, a ponto de no dia do evento contarmos com tanta gente na parada quanto assistindo.

E aqui cabe pensar melhor esta aproximação catolicismo-italianidade. Se levarmos em conta os enunciados baseados na noção de dispersão da população italiana, e que se apresentam como italianidade, temos que considerar que esta é uma expressão recorrente nas representações da igreja católica e é pensada desde o século XIX⁶. A ação dos Salesianos na região em questão tinha franco interesse em italianizar os imigrantes (vide propagar o catolicismo ou as correntes católicas já próximas do estado italiano unificado). A interpretação de como o catolicismo no final do século XIX e início do XX estaria intrinsecamente ligado ao sentimento nacional Português e depois brasileiro pode ser lida em diversos autores⁷.

Esta noção de mistura racial unificada na fé serve também ao nacional: uma identidade fundamentada na mistura, entretanto una. Da mesma forma o termo aparece como caracterização da nacionalidade italiana desde as campanhas de unificação, passando a definir uma identidade nacional, bem aos moldes daquilo que Benedict Anderson⁸ aborda, dirigido aos poucos considerados imigrantes no nascente Reino da Itália.

A publicação de narrativas da imigração – como a produção epistolar de religiosos, relatórios dando conta da situação das colônias,

⁶ AZZI, Rolando. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina**. A atuação salesiana em prol dos imigrantes. 1916-1941. Vol 1. São Paulo: Ed. salesiana, 1988.

⁷ PIAZZA, Walter Fernando (org.) . **Italianos em Santa Catarina** (2 vols.) . Florianópolis: Lunardelli, 2001. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala** (23a. ed.) . Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

⁸ ANDERSON, Benedict . **Nação e consciência nacional** . São Paulo: Ática, 1989.

apontamentos sobre a vida nas colônias, por exemplo - são recorrentes nos jornais da região. Muitas vezes a falta de uma leitura crítica das opiniões ou de contextualização leva à reprodução de antigos estereótipos ou teorias racistas. A recorrência ao referencial religioso não é gratuita, visto que a ação de ordens religiosas esteve no centro dos debates desde o século XIX por uma série de fatores: escassez de recursos humanos atuando como religiosos nos primeiros anos de colonização; pelas reivindicações dos colonos acerca de maior frequência no atendimento junto às capelas e igrejas das linhas coloniais; pelo descontentamento de colonos de língua italiana atendidos por religiosos alemães, pela ausência de religioso luso-brasileiros no estado; pelo debate acerca da responsabilidade da educação fomentado nos jornais filiados ao argumento laico ou religioso. Tema debatido por Élio Serpa⁹ que aponta a ação conservadora no sentido de impor disciplina nas colônias. O comportamento austero dos religiosos alemães na aplicação do catolicismo ultramontano pode ser percebida nas medidas de restrições a manifestações populares do catolicismo (como as bandeiras do divino, as folias e danças – recomendadas como expressamente perniciosas ao bom cristão). O autor analisa o período que vai de 1889 e 1920, no momento em que se problematiza a separação dos papéis da Igreja e do estado laico preconizado na Primeira República. Apresenta as medidas de normatização das ações e disciplinamento dirigido ao clero e aos fiéis em suas práticas religiosas,

Para as festas que geralmente eram acompanhadas de músicas e cantos com gaitas e sanfonas ou com bandas musicais que tocavam também nas procissões, o Sínodo, de 1910, proibia o canto em língua vernácula, trechos de ópera ou de músicas profanas, e que bandas tocassem dentro das igrejas. Recomendava aos vigários a criação de escolas para cantores de canto gregoriano e música sacra. O sínodo, de 1919, recomendava que não houvesse nada de profano,

⁹ SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

mundano ou teatral e que os vigários se esforçassem para corrigir erros de pronúncia.

É possível afirmar que através desses eventos e da legislação decorrente, a Igreja, em Santa Catarina, buscava seu alinhamento às decisões emanadas da Santa Sé, contribuindo para o objetivo de construção de uma Igreja Universal, fortemente centralizada e hierarquizada. A partir desta nova sensibilidade, as manifestações culturais de índios, africanos e luso-brasileiras foram reelaboradas, suprimidas ou colocadas no esquecimento. A igreja construiu sua identidade, adotando conteúdos e práticas alheias à grande maioria da população, mas encontrou guarida junto às camadas médias da sociedade e elites dirigentes, que no momento estavam afinadas em torno do objetivo de europeização da sociedade, propondo a reformulação das condutas e construção de novas formas de sociabilidade. As camadas subalternas mantiveram-se, em grande parte, alheias ao processo e outras sofreram reelaborações em seus conteúdos devocionais. Aliados a problemas de ordem política, econômica e social eclodiram movimentos, como Canudos e Contestado e se não fosse o concurso da repressão policial, francamente apoiados pelo Bispo e pelos franciscanos, a expansão do catolicismo romanizado estaria seriamente comprometida. O poder da pregação não surtiu o efeito esperado, apesar da insistência das ordens e congregações religiosas estrangeiras, masculinas e femininas, em suas paróquias.¹⁰

O autor nos apresenta uma composição *sui generis* para o clero em Santa Catarina na Primeira República. Neste sentido a Igreja como a entidade universal atendia a todos os cristãos. Mas fazia isso num complexo jogo de pertencimentos que perpassava a imprensa, a escola e a ação dos religiosos no Estado. A maioria dos religiosos era alemã (franciscanos e jesuítas). Rodeio apresentava umas populações predominantemente tirolesas, austríacas até 1919, ou seja, depois da imigração. Ascurra e Rio dos Cedros eram de maioria lombarda ou veneta. Consideravam os italianos de

¹⁰ SERPA, Élio. Op. Cit. P.128-130. O autor apresenta a carta do Bispo Diocesano Joaquim Domingues de Oliveira ao governador do estado Cel Felipe Schimidt na qual elogia a ação enérgica de Wenceslau Braz na *mais sagrada das aspirações* e que para isso podem contar os governantes com a lealdade do clero de Santa Catarina.

Rodeio (trentinos emigrados antes da anexação ao Reino da Itália) parte do reino da Itália unificada. A relação com religiosos alemães nem sempre era isenta de tensões. As orientações aos religiosos era a de aplicação de rígidas regras de controle social muitas vezes em meio de práticas de delineamento das fronteiras, das diferenças:

A prática dos padres de origem alemã, principalmente nas populações em que havia mistura de luso-brasileiros com teutos, denotava uma certa postura de diferenciação, cujos desdobramentos comprometeram o livre trânsito do clero junto às diferentes etnias que compunham a população catarinense.¹¹

Por outro lado, havia uma demanda pela presença de religiosos em todas as colônias. Numa carta de um Frei Franciscano¹² ao Ministro das Relações Exteriores da Itália há uma solicitação de professores para as escolas coloniais italianas de Rodeio. No que diz respeito ao atendimento religioso o pároco informa que os colonos estão abandonados desde 1892, recebendo a visita de um padre 3 a 5 vezes por ano e apenas por alguns dias, o que indignava muito aqueles colonos que já sofriam pela ausência de escolas e de quaisquer outros meios de assistência¹³. As escolas funcionavam em sua maioria nas paróquias que neste caso administrava 20 delas fora da sede. A vida nas colônias baseada na agricultura e numa espécie de auto-suficiência de cada lote tornou rarefeitos os núcleos urbanos na região colonial de Blumenau e Itajaí. Neste sentido, as precárias condições de infra-estrutura são supridas pela ação das ordens religiosas, e segundo Frei Lucínio

¹¹ SERPA, Êlio Cantalácio. Op. Cit. P. 168.

¹² Cartas do Convento Franciscano de Rodeio. Caixa 6.14. Educação, Escolas Italianas. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau. Cartas assinadas pelo Frei Lucínio Korte, vigário de Rodeio.

¹³ Para uma discussão acerca da relação dos conflitos entre alemães e italianos conferir DALLABRIDA, Norberto. Catolicismo de imigração e conflitos ítalo-germânicos in FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri (Org.). **Visões do vale:** Perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000. P. 57-69.

(...) attese le condizione poco favorevoli si puó dire che l'istruzione e l'educazione della nostra giuventù 'e migliore che in tante città del Brasile.¹⁴

Na mesma carta o religioso pede ajuda para a aquisição de material didático e livros ao governo Italiano ou Austríaco (já que a maioria dos colonos vem do trentino) e reclama da intervenção da comissão encarregada de inspecionar as escolas subsidiadas pelo governo italiano. Como superior Provincial eleito em 1905 ele afirma que os inspetores não têm condições para dirigir ou inspecionar as escolas, provocadores de confusões e da difusão de idéias socialistas¹⁵. Contra a confusão das idéias classistas dos socialistas ou do indiferentismo religioso dos maçons, fazia-se necessário entender que a religião era a *cozinha mora*, e de que o ensino deveria permanecer com os religiosos, para que aqueles povos profundamente religiosos, dóceis, honestos e com apenas um ou dois por cento de filhos ilegítimos, não se perdesse em meio ao abandono que estaria sujeito sem a presença das ordens na educação. Segundo ele a questão da noção de pertencimento à Pátria Italiana, mais determinante para os interesses italianos e, portanto da possibilidade de ajuda, não deveria ser negada a pessoas que não negam seus costumes, tradições e valores, sentindo-se italianas. Encerra os documentos sempre afirmando sua disciplina e obediência ao Bispo.

O medo do padre ao indiferentismo religioso tem procedência se levarmos em conta os dois lugares mais importantes para os encontros: a igreja e os bares. Na capela a ação da igreja é determinante no sentido de promover o catolicismo ultramontano, algo mais difícil no caso dos bares. Entretanto a interpretação de que o bar é lugar só para homens

¹⁴ Carta do Frei Lucinio Korte. 05/12/1907. Caixa 6.14. Educação, Escolas Italianas. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau.

¹⁵ O religioso faz alusão ao *mais instruído* dos membros da comissão, Ermembergo Pellizzetti, um socialista que defendia a escola laica, segundo o Frei.

fica evidente neste relato de Aléssio Berri, um memorialista da imigração italiana para o Vale do Itajaí,

Normalmente no bar e na capela se realizavam os encontros sociais em finais de semana ou em dias de festa. Na capela esses encontros consistiam na participação da missa e da catequese, e, às vezes, de conferências para alguma associação religiosa. Era habitual, antes e após esses atos religiosos, homens e mulheres, em grupinhos, se postarem em frente ou ao lado da capela, em animadas conversas, geralmente relacionadas a questões familiares, enquanto as crianças brincavam despreocupadamente pelos arredores. Nos bares os homens se entretinham com jogos de cartas ou de “morra”, não faltando refrigerantes e cachaça. Outros preferiam jogar “boccia”, cuja cancha ficava vizinha à bodega ou casa comercial.¹⁶

Berri produz um texto que insere os italianos nos resultados da riqueza atual do Vale do Itajaí, fortemente marcada pela presença alemã. Sua visão romantizada dos encontros e desse passado tranqüilo não confere com outras observações do próprio texto do autor onde pode-se antever as tensões instaladas desde tempos, como na questão do monopólio comercial exercido pelos comerciantes de Blumenau sobre as colônias por boa parte do século XIX e início do XX¹⁷, ou ainda acerca das formas de sociabilidade das mulheres, nos apostolados de oração e nos círculos de vizinhança e parentela.

Voltando para o argumento central, esta narrativa propõe repor o problema do difícil jogo da produção e instituição de uma identidade, na perspectiva de que tais ações produzem muito mais hibridismos do que elementos fixos, diferente de como se pressupõe comportamentos esperados pautados em uma identidade. A questão da proibição de festas – como

¹⁶ BERRI, Aléssio. **Imigrantes italianos: criadores de riqueza**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993. p. 69.

¹⁷ BERRI, Aléssio. Op. Cit. Principalmente o capítulo oito, Luta dos italianos contra a opressão do comércio de Blumenau.

normatização – e de como isso pode ter sido diferentemente vivenciado pode ser analisado por uma pista sugerida na narrativa do casamento que abre este texto. Ali a autora fala de música, o que nos remete a uma aproximação de Serpa¹⁸ quando afirma que *o poder de pregação não surtiu o efeito esperado*. Por outro lado, o desaparecimento de canções populares entre os descendentes de italianos pode ser constatada nesta notícia, que informa sobre a retomada do canto coral já sob a égide do círculo¹⁹

Circolo terá coral italiano. Brusque – Quem gosta de canto coral, agora também tem a oportunidade de ouvir e cantar músicas a quatro vozes em italiano. É que o Circolo Italiano Di Brusque quer formar um grupo vocal que cante músicas italianas. A intenção é resgatar as músicas populares que eram cantadas pelos imigrantes e seus descendentes na região. Na regência do novo coral, vai estar o Victorio Ledra. Ele é considerado o iniciador do movimento de preservação da memória da colonização italiana em Santa Catarina e vem desde 1974 se dedicando à pesquisa de canção. Ledra também foi o fundador do primeiro coral dedicado à música italiana em Santa Catarina. O novo Coral é aberto à comunidade, e terá a sua primeira reunião no dia 30, às 19 horas, no Centro de Difusão Cultural.

Pensando de outro modo, a retomada do canto coral nos remete para o significado disso no seio dos grupos em questão. Além do mais, convém pensar que a dimensão híbrida da cultura local talvez nos diga mais do que a retomada de algo em um passado remoto e imemorial. Nesta direção, o hibridismo talvez nos diga mais do que a fixação em algo como uma cultura ou uma identidade, como observou Gruzinski,

Identidade e cultura: o que as duas palavras cobrem pode, portanto, a todo instante ser fetichizado, reificado, naturalizado e elevado a um nível absoluto, às vezes deliberadamente, com as conseqüências políticas e ideológicas

¹⁸ SERPA, Élio. Op. Cit. P.128-130.

¹⁹ **Jornal O Município**. 17 de maio de 1996. P. 11

que conhecemos, mas também, como é freqüente, devido à inércia do espírito, ou à desatenção diante dos clichês e estereótipos. Na verdade, se essas categorias impregnam tanto a nossa visão das coisas e parecem dar um quadro de explicação satisfatório, é porque decorrem de maneiras de pensar profundamente arraigadas²⁰.

É a italianidade que passa a ser tematizada a partir do centenário da imigração italiana nos anos 1970, mas deve-se levar em conta uma outra dimensão da Italianidade e que pode ser definida como algo cultivado nas famílias, italianidade esta marcada por hibridismos²¹, por tensões no plano local, por práticas de intolerância como nos períodos de nacionalização antes e durante a II Guerra²² ou ainda nas ressignificações que o próprio sentido de nacional vai ganhar a partir da inserção de novos agentes sociais, tema para um outro artigo.

²⁰ GRUZINSKI, Serge. Op. Cit. P. 53-54.

²¹ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997. Ainda sobre hibridismos e mestiçagens culturais ver BAHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998 e GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Tradução de Rosa Freire d'Águiar. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

²² Durante a campanha de nacionalização a intolerância no Estado de Santa Catarina para com os estrangeiros foi uma constante conforme FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História, UFSC: Florianópolis, 2003. Tese de Doutorado. Sobre a questão da linguagem e da intolerância conferir DORFMAN, Ariel. A intolerância e os dilemas da identidade in **Intolerância: Foro internacional sobre a tolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 123-127. Sobre resistência à intolerância conferir IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil – (1930-1975)**. São Paulo/Itajaí: Hucitec/Ed.Univali, 2004.

Colégio Normal SAGRADA FAMÍLIA: O colégio das freiras



Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

COLÉGIO NORMAL SAGRADA FAMÍLIA: O COLÉGIO DAS FREIRAS

Ellen Crista da Silva*

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

Hoje sentei no Cafehaus Glória e, do lugar em que estava, via-se o Colégio Sagrada Família. Deduzo que o Jardim já não exista mais – pelo menos não mais onde era uma vez – ali existe agora um estacionamento, pois posso ver os carros. E sem o Jardim-de-Infância com suas construções, árvores, parques e cercados, que eram uma vez parte dele, o colégio parece se aproximar de mim, do lugar onde agora estou sentada, ali no Cafehaus. Ficou tão próximo! E esta proximidade me reporta a uma certa magia e uma certa aura de majestade que o colégio todo transpirava ...

Ah, os tempos de colégio! Lembro que certa vez eu e uma amiga cabulamos uma aula de matemática e nos refugiamos no meio das construções dos prédios do Jardim. O espaço ocupado por estes prédios, por frondosas árvores e os parques infantis, está agora aberto, amplo, servindo de estacionamento.

Havia época em que pairava ali um ar de encanto, de mistérios! Dentro do enorme prédio, lá no canto, bem lá no fundo, descia-se por uma escadinha e se chegava a quartinhos, a salinhas estranhas. Estranhas porque faziam parte de uma época em que a arquitetura não tinha a dinâmica da atualidade e assim não previam uma funcionalidade e praticidade nos ambientes. Numa destas salinhas um tanto incrustadas no barranco aí existente, funcionava um dos grupos de bandeirantes, o B-1!

* Assinante da Revista Blumenau em Cadernos

Hoje observo as pessoas, os alunos, subindo e descendo do prédio que abrigava a Portaria. E isso tudo parecia estar muito longe, muito distante!

Meu pedido veio e faço meu lanche. Enquanto tomo um gole de café, reparo que as idades se mesclam dentro do Cafehaus: homens e mulheres degustam um café, às 17:00 de uma quarta-feira. Uma moça está solitária numa mesa reservada para muitas pessoas. Aguarda. Pensativa e meio tristonha, aguarda. Outros tagarelam num frenesi, parecem que não podem perder o momento e contar como foi que tudo aquilo aconteceu... Uma mãe e uma filha com o cabelo preso com rabo-de-cavalo às vezes trocam palavras, às vezes se calam. Logo noutra mesa, estão duas amigas. Noutra mesa veem-se quatro amigos, todos com blusas ou casacos em tons de bege – mera coincidência?

Volto meu olhar ao Colégio. E suspiro. Um suspiro carregado de recordações!

O PRIMEIRO ANO PRIMÁRIO

Tudo começou em fins de 1964, quando minha mãe me levou ao Colégio Normal Sagrada Família para fazer alguns testes. Embora minha mãe tivesse me explicado o que eu faria, nem de longe tinha noção do que tudo isto significava. Lembro que chegamos ao colégio, tocamos a campainha e uma freira, uma das irmãs, nos encaminhou a uma grande sala com mesas e cadeiras. Provavelmente, a biblioteca. A irmã me acomodou numa cadeira e explicou que eu deveria fazer desenhos semelhantes aos que ela estava me apresentando. Assim transcorreu o teste: numa folha de papel em branco, eu reproduzia o desenho que me era apresentado. Foram muitos, não sei quantos. No íntimo, achei aquilo tudo muito fácil, muito

banal. Enquanto eu fazia os desenhos, mamãe e a irmã conversavam. Ao final, a irmã mostrou-se surpreendida com minha eficiência nos desenhos e comunicou meu ingresso para o primeiro ano escolar! Com a precisão demonstrada nos desenhos eu estava apta a “pular” o pré-primário, ou seja, o último ano do Jardim de Infância. Na época era comum as crianças frequentarem dois anos de Jardim: um fundamental e outro chamado de pré-primário. Saímos do Colégio e lembro que minha mãe estava radiante com meu desempenho. Em casa meu pai também ficou muito satisfeito e me elogiou. Mas pra mim aquilo não fazia sentido; eu não conseguia apreender o que tudo aquilo significava. Como meus pais estavam muito entusiasmados, eu também me entusiasmava e contava para as amigas que iria para a escola! Que eu tinha passado no teste e “pulado” o pré-primário. E foi assim que em 1965 comecei minha vida escolar! Lembro de minha mãe me vestir em casa e falar muito comigo, explicando como seria o ano. - O ano? O que significava ‘o ano’? O que era um ‘ano’? Até ali, minha vida tinha sido em casa, ao lado de meu irmão, das amigas e amigos do Beco Murici e de meus brinquedos. Contar os dias, os anos, não me passava pela cabeça. Tudo isso me era novo, tudo era novidade...

No primeiro dia de aula, as mães acompanharam suas filhas até o colégio. Apenas meninas podiam frequentá-lo. Os meninos eram encaminhados para o Colégio Santo Antônio. Naquele primeiro dia de aula, o pátio do colégio estava repleto de mães e suas filhas! Me assustei com aquela multidão e chorei, chorei muito naquele primeiro dia de aula. E lá no alto da escadaria, de repente, apareceram algumas freiras dando as boas-vindas e solicitando a formação em filas. As alunas dos anos seguintes já conheciam a rotina e imediatamente se enfileiraram e tomaram distância erguendo o braço direito e apoiando no ombro direito da companheira da frente. Depois de serem dadas as boas-vindas, as alunas foram se encaminhando para as suas salas. Em fila indiana elas subiam as escadarias

dos dois lados da entrada. E então as meninas do primeiro ano subiram as escadas, pela primeira vez! Fomos encaminhadas para o teatro, pois ali caberiam todas as alunas e mães.

Os dias seguiram, primeiramente, em grandes novidades, aliás, tudo era novidade! Tudo era novo, tudo tinha que ser contado e compreendido em seus detalhes!

Até o uniforme era uma novidade e ficávamos horas discursando a respeito: havia o uniforme diário que consistia em saia com pregas e em tecido fino, de cor bege, acompanhado de camisa branca, de manga curta e com lapela presa com botão, no ombro, para segurar os tirantes da saia. Estes tirantes se cruzavam nas costas e levavam o monograma do colégio no tirante esquerdo, na parte da frente, na altura do peito. As camisas, como eram de algodão, eram religiosamente *engomadas*. Tinham de ser *engomadas*. Este processo deixava-as firmes, quase duras, e, conseqüentemente, quentes! Além do uniforme diário, tínhamos o uniforme de gala, em tecido mais nobre e de cor bordô, cujas pregas diferenciavam do diário e com o monograma bordado com linha branca. Para este uniforme usávamos uma camisa também branca, mas de mangas compridas! Todos os dias o uniforme devia ser impecável e limpo, sem manchas nem amassados. Eram indispensáveis, ainda, as meias brancas curtas para o uniforme diário e as meias $\frac{3}{4}$, igualmente brancas, para o uniforme de gala. Sapato preto e de salto baixo, sempre! O uso do tênis, ou congá, era apenas permitido em dias de educação física. E tive azar, pois minha mãe mandou confeccionar minhas camisas de mangas curtas, para o uniforme diário, em um tecido muito grosso e quente. Eu não gostava do uniforme, principalmente das camisas, pois era muito complicado abotoá-las naquelas casas escondidas. Havia dias em que voltava pra casa, depois das aulas, ao meio-dia, e ao abrir os botões quase os arrancava, tamanho o desconforto e o calor!

CARTILHAS E ORAÇÕES MATINAIS

Aprovando ou não o uniforme, fomos nos acostumando a esta rotina. Todos os dias entrávamos na sala, após a formação de fila, lá embaixo, no pátio, na entrada do prédio. Sentávamos nas carteiras e aguardávamos as ordens de Irmã Arlete para a oração matinal. Era costume, antes de iniciar as aulas, sermos convidadas por Irmã Arlete a ficar de pé, ao lado das carteiras e então rezar, independente da denominação religiosa de cada um. Irmã Arlete era pequena e baixinha e tinha uma ajudante de classe, mas não lembro seu nome. Lembro de ter perguntado a meu pai o porquê destas orações, pois eram muito diferentes das que eu estava acostumada na Escola Dominical e em casa. Em casa, estávamos acostumados a orar às refeições e à noite, ao deitar. Meu pai me explicou que o colégio era de formação católica e que eu não precisava me preocupar em participar deste momento, mas que o aproveitasse e fizesse minha oração, do jeito que tinha aprendido em casa. –Mas é diferente, vão ouvir!... respondi. E ele disse para que eu orasse baixinho, assim ninguém ouviria e eu estaria participando deste momento.

–E o sinal da cruz? O que é isto?

–Este você não precisa fazer... não vai ter problema se você não fizer, pois não temos este costume. Se a Irmã perguntar, diga que na sua religião não se usa o sinal da cruz... este é um modo de rezar da Igreja Católica.

Ih! Começou a complicar tudo e comecei a “descobrir o mundo” e suas muitas nuances! E assim, os dias se seguiram em sala de aula. Aos poucos fomos sendo introduzidas nas letras por Irmã Arlete, a professora do primeiro ano. Ou ela ou a ajudante desenhavam as letras com giz branco no quadro-negro. Depois de escritas, eram feitos exercícios de

repetição até que entendêssemos cada letra, cada sílaba descrita. E aí então vinham os exercícios de escrita, ou seja, copiávamos as letras, a lápis, em nossos cadernos. Isto acontecia assim que nossa leitura estava num nível razoável. Com muito cuidado as duas professoras tratavam de nos auxiliar no aprendizado das letras. Quando então estávamos maduras o suficiente no conhecimento das letras, recebemos nosso primeiro livro: a cartilha! Irmã Arlete nos apresentou os personagens do livro, aqueles que daí em diante seguiriam a nos ensinar as letras. Foram estes, os dois personagens da cartilha, que nos acompanharam pelo resto do ano no aprendizado das letras! O estudo feito pela cartilha era sempre algo novo e divertido. Quando eu chegava em casa, mostrava ao meu pai o que tinha aprendido naquele dia. E como a Professora pedia para que coloríssemos as imagens da cartilha, eu solicitava ajuda ao meu pai. E assim, passei momentos inesquecíveis ao lado dele, colorindo a cartilha com todos aqueles lápis multicoloridos! E eu sempre achava a minha cartilha a mais bem-pintada de todas! Estes momentos em companhia de meu pai, me ensinaram mais, pois acabávamos discutindo sobre formas e maneiras de desenhar. Foi assim que elaborei e aperfeiçoei meus traços, a ponto de ser chamada, por diversas vezes, pela professora, a executar desenhos para a sala. Lembro que numa das vezes me fora solicitado desenhar alguns animais, tarefa para a qual me saí satisfatoriamente bem.

E tão logo aprendi as letras, passei a ensinar meu irmão. Um pouco mais novo e frequentando o jardim-de-infância, não demorou a aprender o que eu ensinava. Quando entrou para o seu primeiro ano, dois anos mais tarde, em outra escola, a sua professora teve dificuldades, pois este era um aluno que já sabia o que ela estava para ensinar!

CHEIRO DE CERA PELOS CORREDORES

E lá se ia mais uma sexta-feira de colégio: eu levantava bem cedinho, pois a aula começava às 7:30; vestia o uniforme e calçava os sapatos pretos, enquanto meu pai preparava a refeição matinal. Às vezes, ele fritava um ovo para comer com pão e outras vezes, preparava mingau de aveia. Ou então, fazia “pão do céu” ou panquecas. Fosse o que fosse, era sempre muito bom! Arrumava também um lanche que era acomodado na lancheira e então eu me punha a caminho da escola. Morávamos perto, bem perto, na antiga Loja das Linhas, bem ao lado do depósito da Samrig, na Rua 7 de Setembro. Meu pai era gerente da Loja e minha mãe era caixa, desde o início de 1965.



Assim, eu podia perfeitamente ir a pé para o colégio, pois nem atravessar a rua era preciso. E lá ia eu, a pé, pelas calçadas largas da rua 7 até alcançar o enorme portão de ferro de entrada. Descia a pequena lomba e me dirigia para a frente das escadarias do colégio, sobre o enorme piso cimentado e onde, ao ser dado o apito, formávamos fila e tomávamos distância. Após o cerimonial de recepção diário, subíamos as enormes escadas, de degraus infundáveis, até chegarmos à entrada que dava para o teatro. Dali, subíamos mais uma escadaria enorme, de ladrilhos vermelhos até alcançarmos os corredores largos e compridos que nos levavam às salas de aula. Minha sala ficava no fim do corredor, ao lado dos banheiros. Era a primeira sala de aula do corredor! Aliás, como era sexta-feira, o cuidado em pisar no corredor era dobrado, pois era dia de faxina e de passar cera e enceradeira. Um cheiro de cera dormitava todas as sextas sobre aqueles corredores extensos! Um misto de cheiro de limpeza e de mel, da cera!

As salas de aula eram muito amplas, de dimensões generosas. No fundo das salas, havia sempre um ou dois armários onde guardávamos nossos cadernos de desenho e outros materiais. E nesses armários também tínhamos uma pequena biblioteca cujos livros eram na maioria trazidos pelos próprios alunos da sala. Eles eram cuidadosamente emprestados e serviam de leitura para o ano escolar; ao final do qual eram devolvidos ao dono. Ali já começava o exercício e aprendizado de ‘conservação’, pois aprendíamos que deveríamos ler os livros com cuidado, a fim de serem devolvidos o mais intactos possível. Assim, não se devia rabiscar, nem fazer “orelhas de burro”, nem dobrar, sujar ou rasgar suas folhas. Tarefa esta na sua maioria cumprida, embora um ou outro livro tivesse sofrido algum dano.

O QUE PODE, PODE... O QUE NÃO PODE, NÃO PODE!

As carteiras em que sentávamos eram de madeira maciça, com bancos sarrafeados, dobráveis e com lugar para duas alunas. O tampo da mesa era em ângulo, o que facilitava o ato de escrever. Uma fenda na parte superior permitia abrigar lápis e canetas para que não rolassem pela mesa. E bem no centro da mesa, havia um buraco que era lugar para o vidro de tinta de canetas-tinteiro. No primeiro ano, não se fazia uso de canetas tinteiro: isto era tarefa para o segundo ano. No primeiro ano, tudo era escrito a lápis. Também o uso de borracha não era permitido, pois era comum o descuido ao usá-la e conseqüentemente furava-se as folhas. Sem contar que muitas meninas umedeciam a borracha na ponta da língua, piorando o seu uso e rasgando evidentemente a folha do caderno! Sob a mesa havia uma prateleira, um nicho, onde guardávamos o material e o lanche.

Naquele dia entrei satisfeita pelo portão do colégio. Subi as escadarias sem reclamar muito, pois não via a hora de chegar na sala! Ao sinal de Irmã Arlete, nos pusemos em pé e fizemos a oração da manhã. Em seguida, nos sentamos e começamos as tarefas do dia. Mas eu estava muito empolgada em mostrar às meninas o que tinha trazido: um punhado de desenhos que tinha copiado dos “álbuns de riscos para bordar” que minha mãe vendia na loja! Eram riscos, desenhos, principalmente de flores e animais. Todas as meninas queriam copiar os meus riscos! Outras me pediam que copiasse para elas também! Lá pelas tantas a professora e sua ajudante, após insistentes pedidos de silêncio, resolveram fazer uma revista na minha pasta... e recolheram todos os desenhos! Na minha inocência de criança eu não conseguia entender o que tinha acontecido. Não conseguia capturar o que significava não-poder-levar-outro-material que não o de sala de aula, apenas! Lembro que pedi à minha mãe que me explicasse o que tinha acontecido, não desta forma, mas da forma que uma criança sabe fazer.

Acho que contei a ela, indignada, que a professora tinha “roubado” todos os meus desenhos da pasta! Lembro também que minha mãe não brigou comigo, mas entendeu que eu não entendia o que estava acontecendo e me explicou com muita calma que não poderia e não deveria levar outros materiais para a sala de aula. Muito inconformadas, minhas colegas e eu chegamos a uma decisão: passamos a discutir sobre estas coisas lá embaixo, no pátio, durante o recreio.

UM CALÇÃO PRETO COM ELÁSTICO NA CINTURA E NAS PERNAS

Além das letras, também tínhamos ‘aula de canto’, de trabalhos manuais e ‘educação física’. Para as aulas de canto tínhamos de descer as escadarias de ladrilho vermelho até chegar ao auditório. Ali havia um palco enorme, de pesadas e longas cortinas bordô e onde eram realizadas encenações, apresentações musicais e cerimônias diversas. Sobre um outro tablado havia o piano que, além de ser usado em dias de cerimônias e de musicais, era também usado nas aulas de canto. Para estas aulas era preparada uma caderneta com várias canções que copiávamos do quadro negro. Quando a professora passava uma canção no quadro já sabíamos que aprenderíamos um novo ritmo, uma nova melodia. Mas nem sempre isto acontecia naquela mesma semana! Às vezes, as letras eram copiadas, mas ensaiadas apenas alguns dias mais tarde. Também cantávamos o ‘parabéns’ para as aniversariantes do dia. E quando chegou o dia 15 de maio, não foi diferente: todas se levantaram e cantaram para mim... que novamente, não entendendo o que estava acontecendo, pus-me a chorar incontrolavelmente! Em casa,, naquele dia, repetiu-se a cena: minha mãe mandara confeccionar um bolo em camadas e lhe acrescentara 7 velas. Quando os convidados chegaram, as velas foram acesas e ao cantarem o ‘parabéns’ novamente pus-

me a chorar incontrolavelmente e inconsolável! Para desespero de minha mãe! Eu não tinha a mínima noção do que estava realmente acontecendo...

Outra vez, tivemos uma aula de trabalhos manuais: usaríamos pela primeira vez a tesoura! Este exercício de corte e manuseio com tesoura é usado para exercitar as mãos e os dedos, enfim, a lateralidade a ser desenvolvida para auxiliar na escrita. Então a professora e a auxiliar preparavam desenhos em cartolina e que deveriam ser recortados em seus contornos. Um destes desenhos tinha como finalidade, após ser trabalhado e suas partes unidas com fitas, ser transformado numa cesta para a páscoa. Só que não me explicaram ao certo como cortar e minha cesta ficou sem uma das alças!

E vez por outra, descia-se ao pátio e nos reuníamos no ringue. Ali Dna Zonta, como era conhecida Dona Aurizontina, nos passava exercícios de educação física. No dia de educação física, já íamos para o colégio com o calção vestido e por baixo da saia. Era um calção horroroso, sempre preto e franzido com elástico na cintura e nas coxas. Tinha comprimento determinado e este não podia ser muito curto, pois era considerado 'imoral'. Ficava muito fofo, muito balofo sob as saias, o que nos deixava deveras desconfortáveis. E neste dia, também íamos calçadas de tênis, ou seja, de 'conga'. Por muitos anos não se podia usar aqueles tênis com borracha no bico, apenas o bico de borracha da marca 'conga' era permitido. O calçado para estes dias tinha de ser de lona com sola de borracha – descrição simples do tênis daquela época. A meia tinha de continuar sendo a branca e curta. Nos outros dias, não era permitido usar sapatos de educação física, sob pena de ter de voltar pra casa ou simplesmente não poder assistir às aulas. Dona Zonta era vigorosa e não nos deixava relaxar nos exercícios. Dava aula para todas as turmas do Primário e do Ginásio, tanto de manhã quanto de tarde. E sempre se vangloriava do seu corpo: "se querem ter um corpo sadio como o meu, façam todos os exercícios"... mas lá no fundo, não tínhamos muita convicção em ter um corpo parecido com o dela!

1965 CHEGA AO FIM

Lembro de algumas colegas deste primeiro ano: Maristela, Cláudia e Bernadete eram companheiras de quase todos os dias. Nos reuníamos no pátio, durante o recreio, onde ficávamos dando voltas pelo campo enquanto conversávamos. Bernadete era uma menina de cor, com cabelos encaracolados e muito divertida! Para mim ela era 'grande', mais alta que as demais! Maristela e Cláudia eram um pouco menores. Lembro de mais algumas colegas: Iara Regina Gomes, Nancy Scharf, Rosane, Celita Knoll, Clarice Schramm, Maria Isabel Schneider, Lucia Helena Müller, Janete Jane Duwe, Siegrid Krug, Kátia Kurtz, Terezinha Pereira, Rejane Maria Cirra, Sheila Scheidemantel, Maria Cristina Lorgus, Jocelene Maria Cardoso, Vera Lúcia Waldrich, Eliana Anton, Vera Lúcia Gabardo, Miriam Regina de Souza, Miriam Terezinha Caminha etc...

Passamos o ano de 1965 nos conhecendo e nos entrosando. Passamos o ano descobrindo o mundo das letras, da disciplina e da responsabilidade ao fazermos as tarefas de casa. Passamos o ano descobrindo que há várias cores de pele, mas nem por isso devemos excluir nossas colegas de nosso convívio. E passamos o ano descobrindo que há outras religiões e que todas merecem ser respeitadas.

1965 chegava ao final e com ele as novidades a respeito do Natal: tomei conhecimento do que é o advento através de pequenas folhas de papel mimeografado que foram entregues a cada aluna daquele primeiro ano. Nestas folhas, que somavam quatro, pois quatro são os domingos de advento, havia um desenho e um pequeno texto explicativo a respeito de cada um. Num colégio católico, não poderia ser diferente!

Na vizinhança as casas se enfeitavam para as festas de Natal e o colégio preparava-se para a exposição de final de ano! E assim, no dia

marcado, naquele enorme corredor de madeira escura, entre as salas de aula, foram arrumadas as mesas da biblioteca para expor os trabalhos dos alunos. Novamente, me pegaram de surpresa e eu não conseguia ‘capturar’ o significado daquela exposição... – por que expor os trabalhos que fiz durante o ano? E me pareceu um dia de festa, de confraternização, um dia sem-aula! O mais incrível é que naquele dia não tinha aula! Isto era incrível!



Apresentação teatral no Colégio Sagrada Família.

E como evento final para este primeiro ano letivo, a professora carinhosamente entregou a cada aluna um caderno de desenho, daqueles com espiral e folhas separadas com papel de seda. Este caderno continha, de cada aluna, os primeiros exercícios de escrita e de desenhos. Continha também os cartões elaborados para homenagear os pais no dia dos pais e das mães, além de outras lembranças. Recebemos este caderno como lembrança de nosso primeiro ano escolar numa pequena cerimônia em sala, no último dia de conagraçamento entre as duas professoras e nós, alunas. E assim encerrou-se o meu primeiro ano primário no Colégio Normal Sagrada Família, o colégio das freiras!



A saúde em Blumenau - Dr. Nilton Nasser

A SAÚDE EM BLUMENAU - DR. NILTON NASSER

Entrevista realizada no Programa “Censura Livre” em 11/12/1981 com o Diretor do Centro de Saúde de Blumenau, Dr. Nilton Nasser. São entrevistadores os jornalistas e radialistas: Luiz Antonio Soares e Danilo Gomes¹

L.A.S. – Formado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, com curso de especialização em Dermatologia na Universidade de São Paulo e, titulado por concurso pela Sociedade Brasileira de Dermatologia. O nosso entrevistado de hoje é o Dr. Nilton Nasser, médico dermatologista e sanitarista que, desde janeiro de 1974 é o diretor do Centro de Saúde de Blumenau. Dr. Nilton Nasser tem curso de pós-graduação em saúde pública na Universidade de São Paulo e é formado também pela Universidade Federal do Paraná em História Natural. Danilo Gomes.

D.G. – DR. Nilton Nasser, quais são os tipos de serviço que o Centro de Saúde de Blumenau presta à comunidade?

N.N. – Bom, o objetivo principal do Centro de Saúde de Blumenau é evitar as doenças transmissíveis e, dentro desta prioridade de evitar as doenças transmissíveis, nós temos, principalmente, o setor de vacinação porque com uma pequena dose de remédio, de vacina, você previne sete ou oito doenças que até há pouco tempo eram martírios para a saúde da população. Além disso, nós trabalhamos ainda no campo da prevenção da tuberculose,

¹ A transcrição desta entrevista foi realizada pelo Centro de Memória e Pesquisa – CE-MOP da Universidade Regional de Blumenau pelas monitoras do Curso de História Tássia Bachmann Pabst e Daisy Sehnem.

da hanseníase, das doenças venéreas e, principalmente, ainda das zoodermatose, ou seja, a sarna e o piolho. Além disso, nós temos ainda um serviço de vigilância epidemiológica, que consiste em estar sempre atento aos surtos de doenças transmissíveis na cidade. O Centro de Saúde presta ainda serviços no campo do laboratório de saúde pública, além de dar sustentáculo e ter laboratório de prevenção do câncer ginecológico, do colo do útero, principalmente. Nós temos ainda um serviço de nutrição em saúde pública para crianças e gestantes, que são consideradas prioridade pela Organização Mundial da Saúde. Temos também um programa de prevenção de cárie dentária e um programa de higiene da habitação, além da fiscalização dos alimentos. O que tem atuado muito junto à comunidade é o serviço de educação sanitária e, também o serviço de controle dos manipuladores de alimento através das carteiras de saúde. Temos ainda um ambulatório de saúde mental, cujo objetivo é tratar ambulatoriamente os doentes mentais e não confinados a hospitais, além da prevenção a essas doenças.

L.A.S. – Nilton Nasser, para atender essa gama de serviços que o senhor acaba de relacionar, qual é o efetivo do Centro de Saúde em termos de número de médicos e número de funcionários?

N.N. – Nós temos atualmente, com a vinda de mais dois colegas que foram colocados à disposição, e um já estava a serviço do governo do estado na Fundação Hospitalar, temos doze médicos, temos um enfermeiro de alto padrão, cinco dentistas, sendo que dois deles trabalham em escolas, e os outros três dentro do nosso prédio. Temos quatro bioquímicos, assistente social, duas auxiliares de enfermagem, três atendentes de saúde pública, duas auxiliares de laboratório, uma técnica de enfermagem, um

técnico de laboratório, três agentes auxiliares de saúde pública, um oficial de administração, dois agentes administrativos, auxiliar, um agente de serviço geral, motorista e temos quatro serventes.

L.A.S. – Quarenta e três pessoas?

N.N. – Mais ou menos.

L.A.S. – Você sabia disso, Danilo?

N.N. – Eu acho que nós estamos desenvolvendo um programa médio para bom. Não é ótimo na opinião do sanitarista, do crítico mesmo, a gente querendo fazer uma crítica segura. Eu acho ainda que se a gente tivesse um pouquinho mais de pessoal auxiliar, nós teríamos condição de levar os serviços do Centro de Saúde mais para os bairros e tentar também descentralizar um pouco mais o Centro de Saúde. Agora, é claro que em relação a outras unidades sanitárias do Estado, principalmente as unidades de Florianópolis, nós temos um contingente de pessoas muito menor. A nossa unidade sanitária é considerada tipo “A”. Em relação a Florianópolis, nós não temos, eu acho, nem um terço dos funcionários que existem lá naquela unidade.

D.G. – Eu faço uma restrição às atividades do Centro de Saúde, pelo menos é uma imagem que se tem em Blumenau, o senhor vai me confirmar ou não, parece que o atendimento é só de manhã, ou é a tarde também?

N.N. – Não. O atendimento do Centro de Saúde funciona nos dois períodos. Ele já funcionava em horário corrido, mas como no horário do almoço ficam poucos funcionários dentro do Centro de Saúde e, por questão de segurança, nós começamos a funcionar das 7 às 11:30h, a gente fecha até a uma hora, e abre

das 13 até às 16 horas no serviço externo para o público. Quando cheguei aqui o pessoal trabalhava só 6 horas e, por circunstancia também o Centro de Saúde só funcionava de manhã. Aí a gente conseguiu, com a vinda de novos funcionários, fazer com que o serviço prestado à comunidade fosse de manhã e à tarde, fazendo com que isso diminuísse bastante as filas e, fazendo com que o pessoal tivesse um pouquinho mais de tranquilidade ao procurar o Centro de Saúde naquilo que é para nós prioridade máxima, a vacinação.

D.G. – Sim, mas de tarde o atendimento diminui um pouco, diminui o número de funcionários à disposição, ou qualquer coisa assim ou não?

N.N. – Não, não. Os funcionários têm oito horas, então eles trabalham de manhã e à tarde. Agora, o que acontece é que à tarde nós atendemos mais o ambulatório de saúde mental, atendemos mais adultos, e a vacinação continua normalmente. Para o atestado de saúde, o pessoal tem por hábito em Blumenau vir de manhã cedo, então eles têm por hábito também de manhã cedo colher os exames para a carteira de saúde, então provoca realmente um maior movimento. Nós temos cerca de duas mil pessoas que passam pelo Centro de Saúde diariamente.

L.A.S.– Aliás, por falar em horário, a prefeitura local através de uma decisão tomada ontem entre o Prefeito Municipal e os secretários, decidiu antecipar o término daquele período experimental de compactação do horário que fazia com que a nossa municipalidade, em quase todos os seus setores, funcionasse apenas no período matinal. Essa antecipação que foi oficializada ontem resulta no seguinte: a partir do dia 04 de janeiro, a Prefeitura volta a cumprir o seu expediente normal,

o que faz com que reconheçamos desta feita a sensibilidade das autoridades do município que atenderam a uma crítica da imprensa, porque realmente esse horário não vinha satisfazendo aos interesses da comunidade que, em se tratando de Blumenau, é uma cidade muito grande, uma cidade com muitos problemas, uma cidade industrial e por consequência com um gama de serviço volumosa de atendimento ao público, e não vinha realmente satisfazendo. Neste horário compactado do período matinal. Por esse aspecto estão de parabéns as autoridades que tomaram a decisão, reconhecendo que a experiência não deu certo.

L.A.S. – Eu queria só fazer uma pergunta ainda a respeito para o Dr. Nilton Nasser. Nós temos uma denúncia. O senhor falou aí em atestado de saúde, e todo empregado novo, toda pessoa, aliás, não só o novo, todas as pessoas que vão reivindicar um emprego têm por força de lei que apresentar ao seu futuro empregador um atestado de saúde, confere?

N.N. – Sim.

L.A.S. – Bom, há uma denúncia de que esse atestado de saúde já está pronto e até assinado pelo médico do Centro de Saúde. Então há pessoas que aparecem com o atestado que diz mais ou menos o seguinte: “declaramos ou declaro que o portador goza de boa saúde”, mas o cidadão não foi nem examinado. Confere isso, Dr. Nasser?

N.N. – Realmente, o tipo de atestado que é dado no Centro de Saúde é um atestado para saber se a pessoa tem tuberculose ou lepra, ou hanseníase, entendeu? Esse tipo de atestado de saúde é feito através de uma entrevista com a pessoa, primeiro na parte de tuberculose. Então é feita uma entrevista pelo pessoal auxiliar, treinado para isso. É uma técnica de enfermagem e ela pergunta

se a pessoa tem tosse, se essa pessoa lida diariamente com pessoas com tuberculose. Ela sabe muito bem, é treinada pelo médico, e todos os casos suspeitos são passados para o médico, agora [interrompido]

L.A.S. – Mas, Dr. Nasser, uma pessoa que esta querendo um emprego não vai dizer que esta com tosse, né? Ela vai querer o atestado de saúde para conseguir um emprego.

N.N. – Existem dentro daquela entrevista certas perguntas que fazem com que o operário que procura o atestado de saúde se comprometa, inclusive ele assina ali dizendo os sintomas. A mesma coisa, se vai para médico. O médico pergunta se ele tem sintomas e ele diz que não tem nada. O médico pode bater uma chapa, uma radiografia. Então ele vai ser irradiado por raios-X, fica sujeito a ter problemas sérios pela radiação e, não é o método ideal de determinar a tuberculose. Então esse método que nós estamos adotando no Centro de Saúde é adotado no Estado todo, porque é o método mais prático de fazer esse tipo de exame físico. A pessoa chega, faz a entrevista, isto foi orientado pelo serviço de tuberculose de Florianópolis baseado na Organização Mundial da Saúde. Agora, o que não é feito e que não é função nossa é fazer o exame cardiológico, fazer exame com pressão ou exame para a firma. O atestado de saúde que nós damos é um atestado dizendo que a pessoa não tem doença transmissível [interrompido]

D.G. – É um atestado precário então?

N.N. – É, chega a ser um atestado, não digo precário, mas chega é um atestado de que ele não tem tuberculose.

L.A.S. – O atestado que eu li diz mais ou menos assim: “Atesto que o

portador deste goza de boa saúde na presente data,” e assinatura do médico [interrompido]

N.N. – Pois-é, é muito importante neste aspecto do atestado médico, atestado de saúde que por incrível que pareça, isso vocês talvez não saibam, isso não é competência do Estado nem do Centro de Saúde. Qualquer firma, qualquer médico pode dar o atestado de saúde dizendo que a pessoa está apta para ingressar na firma, contanto que conste que ela naquele momento tem boa saúde. Nos grandes centros como São Paulo, por exemplo, e Rio de Janeiro, esses exames de saúde são feitos por firmas e por médicos particulares. No Centro de Saúde a única coisa que nós temos condição de dizer é se a pessoa depois daquela entrevista que é feita, conversada com ela, com gente treinada praquilo está apta ou não. Já conseguimos detectar nesse exame precário, como você diz, vários casos de tuberculose e vários casos de hanseníase, porque existe um treinamento do pessoal que lida com saúde pública.

D.G. – Dr. Nilton Nasser, muito se tem falado nos últimos anos sobre essa tal de abreugrafia do Centro de Saúde como está escrito no jornal, ora está funcionando, ora não está funcionando, ora precisa, ora não precisa. Quebrou o aparelho, tem que buscar peça não sabe onde. O que é que há, qual é a situação da abreugrafia do Centro de Saúde? Nós sabemos que esse processo de abreugrafia está em extinção. Qual é a situação?

N.N. – Bom, existe uma história. Quando nós chegamos aqui em Blumenau em janeiro de 1974, realmente existia tudo isso aí que você falou. Estava sempre quebrado ou faltava filme, porque na época a Organização Mundial da Saúde pedia que todos as pessoas passassem pelo Centro de Saúde e fizessem uma

chapa abreográfica para ingresso na firma. Mas acontece que a abreografia era através da CLT. Ela dizia que a pessoa tem que tirar uma abreografia no caso de ingresso nas indústrias, para fins de satisfazer essa lei de CLT. Bom, então o que é que nós fizemos assim que chegamos em Blumenau? Montamos um esquema para que realmente não faltasse o filme, para que o aparelho não quebrasse, para que aquilo funcionasse normalmente e, realmente durante o ano de 1975, 76 recebemos elogios da comunidade, o aparelho de abreografia exerceu sua função que para nós, na época, era utilizado para detecção de tuberculose. Eu quero salientar que o aparelho de abreografia está perfeito, tem operadores de raio X, está perfeito, tem filme, tem tudo. O que nós não fazemos mais de 76 para cá é a abreografia porque a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde nos orientaram no sentido de que, a tuberculose é uma doença que acontece em menos de um caso por 100 mil habitantes pela tosse. E se você fizesse abreografia numa pessoa que estivesse iniciando a doença, não constataria nada porque a pessoa ainda não tem lesão no pulmão. Então a abreografia era considerada um sistema de diagnóstico difícil porque só pegaria a doença em fase adiantada. Nosso objetivo é tratar precocemente esse tipo de doença. Então, foi montado um laboratório de saúde pública mais especializado, foram contratados mais bioquímicos, mais técnicos para que se fizesse o exame de escarro em todos os sintomáticos respiratórios; Existe um cálculo para saber quantos são esses casos sintomáticos respiratórios da cidade e, nós sempre estamos acima desse cálculo com os exames de escarro. E, temos detectado mais casos de tuberculose no início e precocemente do que no caso da abreografia. O que aconteceu foi o seguinte: A lei da CLT pede para que todo mundo, todos os operários

e todas as pessoas de firma façam a abreugrafia anualmente, mas isso aí não pensando no caso da tuberculose, pensando no caso de um problema cardiorrespiratório, pensando no caso de doenças profissionais. Nós não temos nada a ver com isso, é saúde pública. Mas o nosso caso é tuberculose, no momento em que a abreugrafia não serviu mais para fazer o diagnóstico de tuberculose, nós passamos a usar o exame de escarro. Agora a lei que exige a abreugrafia é bem clara, é obrigação do empregador dar esse exame anualmente para o seu funcionário.

L.A.S. – Dr. Nilton Nasser, é grande o índice de tuberculose em Blumenau?

N.N. – Nós temos cerca de 40, 60 casos por ano, novos, descobertos lá no nosso examezinho de saúde. Isso no município, e esse ano [Interrompido]

L.A.S. – E isso para uma população de 160 mil habitantes?

N.N. – É considerado um dos melhores índices do país. É um índice ótimo porque nós temos quase 50 mil pessoas vacinadas com BCG intradérmica, que é aquela campanha que a gente faz anualmente, no início das aulas nas escolas. Hoje temos gente que foi vacinado e já está no final da faculdade e foi vacinado na quarta série do primário.

D.G. – Temos aqui o habito de não aceitar pergunta anônima, mas como se trata de uma pergunta com fundamento e o cidadão diz ser um operário: Não seria melhor o Centro de Saúde ir às empresas para facilitar os atestados?

N.N. – Bom, para começar eu quero dizer de novo o seguinte: Vocês viram no início do programa, toda a nossa atividade, para mim uma luta terrível foi botar o Centro de Saúde funcionar naquilo

que é prioridade. Nossa prioridade é evitar doenças com vacina, controlar a tuberculose, controlar a hanseníase, controlar a sarna, piolho, controlar todas essas doenças, fazer uma educação sanitária, evitar a desidratação, ensinar o controle de doenças venéreas. Esse é o objetivo principal do centro de Saúde. Esse atestado de saúde que as empresas pedem, nós herdamos isso, o Estado assumiu um troço que não deveria ter assumido, isso aí quem teria que assumir seriam os médicos das indústrias, das firmas e tudo o mais. Agora, para quem nós exigimos uma carteira de saúde, nós exigimos por força, porque é objetivo nosso evitar que se transmitam doenças para a população, são os manipuladores de alimento, o pessoal que lida com comida nos bares, restaurantes, indústrias, hotéis, comércio com alimentação. Então para estas pessoas nós vamos lá, levamos médico lá, levamos a nossa técnica para colher o sangue lá, para justamente evitar a perda de horas para esse pessoal que esta produzindo, porque nós exigimos isso... [interrompido]

L.A.S. – A propósito há tempos o Centro de Saúde andou mexendo com as padarias, havia algum problema?

N.N. – Bem, foi o seguinte. Tivemos que fazer uma pesquisa. Estamos a cada vinte a trinta dias passando de surpresa numa padaria e colhemos um pãozinho para ver o negócio do brometo de potássio. Existe aquela briga maior com as padarias. Temos padarias que estavam bem instaladas de acordo com a saúde pública, com ladrilhos, com impermeabilizante no chão, pessoal com carteira de saúde, usando o gorrinho, o avental tudo diretinho, que são as padarias mais centrais. Elas fizeram uma reunião e denunciaram ao Centro de Saúde que havia padarias clandestinas na cidade. Então o que nós fizemos?

fomos lá juntamente com a imprensa, que eu acho que é o órgão que mais dá força nessa hora para não se distorcer os fatos, enfim, autuamos em flagrante, fechamos várias padarias que não tinham condição nenhuma. O padeiro trabalhava sem camisa, a massa de pão misturada no tanque de lavar roupa. Então a reclamação principal na época é que nós estávamos querendo beneficiar o pessoal que cobra pão mais caro. Não é isso, o outro cobra mais barato porque não paga imposto, ele não está regular, não tem [interrompido]

L.A.S. – E depois o pão é tabelado, não é?

N.N. – Agora é tabelado, mas eles vendiam realmente o pão abaixo do preço. Então houve uma polêmica sobre isso, mas o objetivo nosso foi conseguido, fazer com que aquelas padarias que estavam irregulares melhorassem a condição de higiene e limpeza.

L.A.S. – O senhor falou em brometo de potássio. Ele consegue dar uma aparência melhor ao pão, mas em compensação parece que causa prejuízo à saúde. Qual é a característica do brometo de potássio aplicado na massa do pão?

N.N. – Bom, a característica do brometo de potássio aplicado na massa do pão, pelo que a gente sabe, é um pouco mais estufado, quebra fácil. Agora, conforme o tipo do padeiro também consegue fazer aquele pão sem brometo de potássio, então, às vezes, chegam reclamações: “Ah, Dr. Nasser”, o pessoal vai lá com o pão na mão, “Isso aqui tem brometo”. Eu pego, realmente, puxo, coloco no saquinho e tal, vou lá na padaria e pego mais umas amostras e mandamos junto ao laboratório em Florianópolis. Temos lá montada uma infra-estrutura muito boa. Para vocês terem uma idéia o departamento de saúde pública deve ter cerca

de quarenta bioquímicos trabalhando no central. Até hoje não foi constatado nenhum caso de brometo nas padarias aqui de Blumenau. Eles tem condição de detectar isso aí.

D.G. – Dr. Nilton Nasser, a comunidade tem atendido aos apelos do Centro quanto às campanhas de imunização?

N.N. – Olha, fico muito satisfeito porque, como eu disse no início, o nosso número de funcionários que atendem ao público é menor do que várias outras unidades. Em compensação nós temos o maior índice de vacinação do Estado, por quê? Porque desde que chegamos aqui, parecia até um tabu, não sei se o Luiz concorda comigo, o médico não vinha a uma rádio, não ia à televisão. Agora, eu sempre atendi a isso, porque tinha o objetivo de transmitir à população, porque tinha que se vacinar, que aquilo matava, o negócio do sarampo, e com isso, sete anos fazendo isso semanalmente, ou a cada quinze dias, nós conseguimos. Quando você fala em campanha de vacina, você não precisa nem fazer muita força que a filhinha já está formada, o pessoal já vai aos postos de vacina. O pessoal já está conscientizado.

D.G. – Dr. Nilton Nasser, tem se falado muito nos focos de inseto em determinados locais da cidade, principalmente em virtude do esgoto a céu aberto. Qual tem sido a ação do Centro de Saúde no sentido de minimizar esse problema e, antes vamos saber se ele existe de fato?

N.N. – Bom, nós graças a um convênio com a Secretaria do Estado e com a FURB, conseguimos estagiários esse ano para aumentar o número de pessoas que nós treinamos. Os estagiários mais a nossa equipe estivemos fazendo um levantamento dessa relação esgoto/saúde, porque nós achamos que isso é fundamental. A Organização Mundial da Saúde determinou 1980-1990 como

uma década da água e do esgoto. Então ela quer fazer estimular os governos, através do Banco Mundial, a fazerem o esgoto, principalmente nos países em desenvolvimento, porque 80% das doenças hoje no mundo são veiculadas através de água contaminada e através de esgoto a céu aberto. Nós fizemos os nossos serviços à comunidade em duas localidades. Ano que vem queremos ver se fazemos isso em seis ou sete localidades. O objetivo principal é proporcionar uma assistência médica-sanitária aos moradores de determinadas localidades. Eu estive no Morro São Roque, na Rua Frei Estanislau Schaette, e lá nós visitamos 100 % das casas, fizemos exame de laboratório em 100% das crianças. Fizemos exame de escarro nas pessoas que tinham tosse, vacinamos todas as crianças daquela localidade, distribuímos medicamentos de graça e fizemos as palestras de educação sanitária. Um dos resultados da pesquisa aplicada, que a gente aprendeu a fazer lá em São Paulo para saber as condições sanitárias da cidade. Foi que as casas, 96% das casas, por exemplo, no Morro São Roque têm água e já é uma grande coisa. [Fim do lado “A”]

LADO “B”

- N.N. – O resto era tudo a céu aberto, jogavam tudo em terreno baldio.
- L.A.S. – A quem cabe fiscalizar isso?
- N.N. – A parte do esgoto na rua é a Secretaria de Obras da Prefeitura que tem que ter um plano, toda vez que se constrói uma casa num local onde não tem esgoto, essa planta teria que ser aprovada pelo Centro de Saúde, entende? Porque ali nós determinaríamos onde é que ficará a fossa e onde é que estará o sumidor, até que se faça uma rede de esgoto. Mas isso aí, infelizmente, nos últimos tempos não está ocorrendo em Blumenau porque a Secretaria

de Obras não manda mais essas casas para serem aprovadas pela parte do Centro de Saúde, porque nós dificultamos, eles dizem. Dificultamos no sentido de que vamos exigir o local da fossa, o local do sumidouro, o que evitaria que esse esgoto fosse jogado a céu aberto. Mas, o mais importante é que, por causa desse esgoto a céu aberto, constatou-se a presença de ratos em 90% das casas, baratas em 80%, e moscas em 100% das casas, são consequência do destino desses dejetos a céu aberto. E foram constatados nos exames de fezes, que 98% das crianças tem parasitose. É o tal negócio, com o esgoto a céu aberto, a mosquinha vai lá, senta no esgoto e senta na comidinha do pessoal, e o que acontece? A pessoa recebe ali, através da comida contaminada, na hora do almoço, o verme e vai criar a criança sem condição de saúde, além do grande perigo que Blumenau corre que é o da febre tifóide. Blumenau é uma zona endêmica de febre tifóide. Febre tifóide é a água contaminada pelo esgoto, porque tem o esgoto a céu aberto, vem o bichinho ali, uma barata passa no esgoto, corre na caixa d'água e vai indo...

L.A.S. – Agora eu vou contar a vocês um episódio de ontem à noite no bairro da Vila Nova. O senhor é membro do diretório do PDS?

N.N. – Não, nós somos suplente.

L.A.S. – Suplente. O PDS realizou ontem no bairro da Vila Nova, mais especificamente, na Sociedade Lyra, uma reunião para a implantação do sub-diretório da Escola Agrícola, e se não me engano, o sub-diretório da Escola Agrícola e da Vila Nova. E a certa altura dos discursos, uma série de discursos, um dos membros do diretório do PDS, aproveitando-se dessa pesquisa do centro de Saúde, talvez não muito apropriadamente usou algumas expressões que acabaram revoltando o pessoal. Ele

disse que a Vila Nova era um bairro cheio de bichos, cheio de mosquitos, as crianças estavam morrendo de doentes e tal, e quase deu quebra-quebra. Um dos oradores durante a reunião disse: “Pois é, você vê a falta de esgoto nessa cidade, esse bairro aqui é um bairro cheio de bicho, cheio de mosquito e tal”. E o pessoal se revoltou porque não é o bairro, são algumas áreas do bairro que têm problemas que [interrompido]

N.N. – É, realmente. É justamente, nas áreas mais pobres e nas áreas mais carentes, onde deveria haver uma maior atenção.

L.A.S. – Dr. Nilton Nasser, como vem sendo feita a vacinação?

N.N. – A pessoa vai lá para ser vacinada, ela será atendida por um médico e tudo o mais. Então no Centro de Saúde o atendimento é excelente. Se chega uma pessoa lá para fazer uma carteira de saúde, ou para fazer um atestado médico, ela tem que pagar uma taxa no banco, tem que correr, fazer os exames, então ela acha que é mal atendida porque tem uma certa burocracia, certas coisas. Chega lá uma pessoa, por exemplo, que já teve todos os benefícios do Centro de Saúde e vai tirar um atestado de licença, por exemplo, então a junta não dá. Então o atendimento é péssimo para essa pessoa. Ou chega uma pessoa que quer fazer um exame por conta dela, assim: “Eu quero fazer um exame de sangue aqui porque eu acho que estou doente”, ou “eu quero fazer um exame de urina porque eu acho que estou doente”. Se não tem pedido do médico, não é atendida lá e, nós negamos esse atendimento. Então nestes casos o atendimento do Centro de Saúde é péssimo. Agora, eu acho que poderíamos melhorar realmente. Eu acredito que com a efetivação de mais funcionários e auxiliar que é aquele funcionário que orienta a pessoa quando est ali dentro, leva para lá, leva para cá, aí dá um

aspecto de um atendimento maior. É o que nós temos conseguido junto com os estagiários da FURB que estão indo lá.

L.A.S. – O que deve incomodar muito também é o problema de alvará, porque o alvará de licença para determinados estabelecimentos que lidam com alimentação. Com esse tipo de atendimento que exige uma higienização do ambiente, impermeabilização nem sempre eles cumprem aqueles requisitos básicos, e, parece que o Centro de Saúde, às vezes, tranca um pouco a concessão do Alvará, né?

N.N. – É, para esse pessoal que a gente tranca é

L.A.S. – É uma bela porcaria.

N.N. – Uma bela porcaria o Centro de Saúde, e para o pessoal que nós procuramos e multamos porque está fora das condições de higiene. Também o Centro de Saúde é uma porcaria nestes casos.

L.A.S. – Uma pergunta, Dr. Nasser, do ouvinte Roberto. Ele quer saber quando é que o Centro de Saúde terá uma ambulância?

N.N. – Bom, nós nunca precisamos transportar com urgência uma vacina de um lugar para outro e, nem muito menos, um caso de tuberculose [risos]. Agora, o Centro de Saúde não é um atendimento hospitalar, o Centro de Saúde é um atendimento de doenças preventivas.

D.G. – Dr. Nasser, essa pergunta aqui do nosso ouvinte Ênio que eu vou fazer agora para o senhor. Ele confirma aquela pergunta que eu lhe fiz sobre problema de horário vespertino de atendimento no posto de saúde. Por que a gente não pode tirar atestado de saúde de tarde, pergunta ele?

N.N. – Bom, à tarde existe lá o serviço de atestado de saúde, vai até às quatro horas da tarde.

D.G. – Por que ele pergunta isso?

N.N. – É que a carteira de saúde ele só pode dar entrada de manhã, mas isso o pessoal que trabalha com bar, restaurante e tal e tudo o mais. Ele tem que ir de manhã para o exame de sangue, para levar o exame de fezes, para ele levar os exames complementares que são exigidos. Então ele tem que ir de manhã. Agora, para receber essa carteira ele pode ir à tarde, mas no início tem que ir de manhã. Agora o atestado de saúde ficou tão facilitado. Antigamente, a pessoa levava uma semana para tirar o atestado.

L.A.S. – Danilo, nós vamos aproveitar a presença do dermatologista Dr. Nilton Nasser para fazer algumas consultas grátis, né? O verão está vindo aí, e vamos ver o que ele poderia dizer à nossa população a respeito de prevenção contra doenças de pele que se manifestam muito mais no verão, é isso Dr. Nasser?

N.N. – Realmente existem doenças de pele do inverno e existem doenças de pele no verão, mas a maioria das pessoas, principalmente nós que moramos num clima quente, temos problemas de pele no verão. E o grande problema para o pessoal aqui, principalmente pessoal da classe média e o pessoal operário que trabalha o ano todo e que, quando pede uma folguinha no fim do ano quer ir à praia, é o problema da exposição demasiada ao sol que tem provocado queimaduras intensas, principalmente porque o pessoal escuta, inclusive em alguns programas, receitas caseiras, principalmente essa receita caseira em que entra coca-cola misturada com folha de figo. Isso provoca queimaduras intensas. E já começou a acontecer isso, e o pessoal vai à nossa clínica e nos pronto-socorros. O pessoal que vai passar o fim de semana em excursão na praia, pele clara, passa aquele bronzado caseiro que provoca uma queimadura de segundo grau intensa. Então, a principal recomendação é não usar bronzadores caseiros na

praia. O pessoal que tem pele mais clara, que é de descendência germânica, deve começar a fazer uma exposição gradativa ou usar um filtro solar. Filtro solar é um produto que permite a passagem dos raios que vão provocar o bronzeamento mais demorado e evita a queimadura solar. Outra coisa que acontece, principalmente no verão, que o pessoal tem que tomar muito cuidado, é não levar cachorro à praia porque o cachorro, faz o cocô dele na praia e depois a pessoa vai ...

L.A.S. – Vamos falar abertamente, porque aqui o programa é livre né, Censura Livre.

N.N. – Então, [risos] o cachorro encobre aquilo na areia e, em seguida vem a pessoa que vai deitar ali e, com isso ele tem o verme, que é o famoso bicho geográfico que penetra na pele dele e que vai provocar transtornos incríveis, inclusive infecção. Ah, o bicho geográfico, antigamente se passava muito gelo, pomadas e tudo o mais. Hoje existe um medicamento que a pessoa toma durante dois, três dias e que mata o bicho geográfico. O importante é a gente conscientizar que o próprio proprietário está correndo risco levando o cachorro à praia. Outra coisa muito comum são as micoses, porque a pessoa no verão sai mais e a pele dela fica mais suscetível às micoses de pele.

L.A.S. – Dr. Nasser, e a rapaziada que não pode ir à praia e vai tomar o seu banho aqui no Rio Itajaí, no Rio da Velha, no Ribeirão Gebien, no Ribeirão do Gato, no Ribeirão Itoupava, qual é a recomendação?

N.N. – A recomendação primeira é que não tomem banho nos ribeirões que estão contaminados [risos]. A maioria das águas desses ribeirões está contaminada com produtos químicos e produtos biológicos também, as próprias [interrompido]

L.A.S. – Como é que vai evitar?

N.N. – Na falta do esgoto o pessoal está lançando também os dejetos nos rios. Então o que eles têm que... [interrompido]

D.G. – Esse esgoto dá uma novela, hein?

N.N. – É, eles têm que saber, esse pessoal que vêm ali na prainha, eu acho que isso aí devia botar uma cerca bem grande para ninguém entrar naquela água. Além do risco de morte que a pessoa corre ali [interrompido]

D.G. – Sim, e o Centro de Saúde não poderia colocar ali uma advertência, ou uma plaquinha pelo menos, Dr. Nasser?

N.N. – Bom, não é competência nossa, mas outras entidades já tomaram essa liberdade e os próprios órgãos foram lá e tiraram.

L.A.S. – Por falar em competência, como é o relacionamento Prefeitura Municipal de Blumenau e Centro de Saúde de Blumenau?

N.N. – Bom, no que concerne ao que é prioridade nossa, nós temos um bom relacionamento. A prefeitura, na parte de vacinação, tem orientado, através da Secretaria dela, nas creches e tal, tem procurado a gente naquilo que é prioridade nossa. Agora, o que nós não estamos nos bicando muito é justamente na parte de aprovação de plantas, por aquilo que eu já disse para vocês que [interrompido]

D.G. – Prefeitura está aprovando plantas sem o visto do Centro?

N.N. – Sem o visto do Centro de Saúde e, depois se nós vamos lá e fechamos, então é o Governo que está tirando o pão da boca do operário. São dados alvarás de licença para bares, com chão batido, sem o visto nosso; são dadas autorizações para casas em loteamentos sem a devida localização da fossa. E para onde é que vai o destino do dejetos? Isto começa a criar problemas para nós.

L.A.S. – Isso tem acontecido recentemente?

N.N. – Isso tem acontecido, inclusive, há uns dois, três anos atrás foi aberto um processo pelo Governo do Estado contra a Prefeitura. E mesmo o caso, por exemplo, em que estamos brigando muito, brigando não, a gente conversa, mas temos que mandar intimação que é coisa que não precisaria. É o caso da feira-livre. Existe na feira-livre na Rua Sete, pessoa autorizada a vender carne. A carne é mais barata, o público chega, olha, é uma carne bonita, mas é vendida ali misturada junto com as verduras e ninguém sabe de onde vem aquela carne. Existe também, na própria feira-livre, um açougue que vende carne de locais sem fiscalização para saber da procedência. Se vocês forem fazer uma visita [interrompido]

L.A.S. – Pode vender carne na feira-livre?

N.N. – É proibido por lei, mas pode vender carne se ele tiver condições sanitárias, como tem um deles lá em condições: tem ladrilho, a geladeira, a carne que fica condicionada. Há outros que vão ali com a carne dentro de uma bacia de plástico, perto de verduras e tudo o mais. Nós já pedimos várias vezes para prefeitura evitar isso aí, mas eles não tomam providência porque eles querem que nós intimemos o colono, para que o colono não venda aquela carne lá porque ninguém sabe se o porco estava doente ou não. Porque a carne vem bonitinha, mas ninguém sabe se o porco tinha uma brucelose, uma tênia, entende como é que é? Então é o seguinte [interrompido]

L.A.S. – Se o senhor pedir para prefeitura colocar uma plaquinha ali na prainha dizendo que é proibido banhar-se porque a água é poluída essa coisa toda, a prefeitura atende na hora?

- N.N. – Atende, atende. O corpo de bombeiros, por exemplo, colocou ali várias vezes e foi retirada essa placa época. Havia muito afogamento
- L.A.S. – Então esse é um desafio para nossas autoridades do município, eu não sei qual é o setor que deveria colocar uma plaquinha ali na prainha [interrompido]
- N.N. – Certo, mas eu não terminei ainda o meu negócio da feira. O negócio da feira é o seguinte. O objetivo é que a gente vá lá e tome aquela carne do pessoal e multe aquele pessoal e se o pessoal. E eles se revoltam contra o governo porque está tirando uma carne mais barata do povo. Mas para isso existe um açougue ali do lado, na feira que vende pelo mesmo preço e em condições de saúde pública, não é? Então eu espero que as autoridades municipais tomem alguma providência sobre isso [interrompido]
- L.A.S. – Qual é o rol de providências do Centro de Saúde com relação a prevenção contra doenças venéreas no município de Blumenau?
- N.N. – Bom, nós já fizemos nesse ano uma palestra para quase três mil pessoas. O chefe lá do serviço de doenças venéreas sou eu isto porque a parte de doenças venéreas está ligada à parte de dermatologia, sífilis e gonorréia. Nós fizemos palestra em todos os cursos da universidade, da FURB, no SENAC, no SESI, aqui no SENAI, e distribuímos cerca de 10 mil folhetos sobre doenças venéreas, informando o que é que é, como é que evita e tudo mais.
- D.G. – E na zona do meretrício?
- N.N. – Na zona do meretrício lá no começo do ano quando intimamos o pessoal para fazer os exames, constatou-se que 99% das

mulheres têm doenças venéreas. É, 99% das mulheres têm sífilis ou gonorréia. Então o que nós fazemos é o seguinte: solicitamos que essas mulheres façam os exames mensais. Fazem um mês e depois não voltam no outro mês, e lá vai. Então o nosso objetivo maior é informar a população, através de jornal e, de vez em quando nessas palestras. Todas as vezes que se fala no assunto nós avisamos que o risco é grande, é muito grande. É um grau elevadíssimo porque tanto a sífilis como a gonorréia, quando a mulher pega, não tem sintoma. Ela pega por dentro, já o homem não, ele pega a doença e tem imediatamente. No caso da sífilis, em 20 dias dá uma ferida, e em 3 dias, no caso da gonorréia, um corrimento uretral. Então fica mais fácil a identificação. A mulher em 98% dos casos transmite, mas não sabe que tem. Então, ela teria que fazer o controle de uma gonorréia na Zona de Meretrício através do exame ginecológico com cultura de três em três dias, ela teria que fazer exame ginecológico para o controle da gonorréia, aí ela faria aquele exame de três em três dias com médico. E, eu já fiz o cálculo nós vamos precisar de quarenta médicos só para o pessoal daqui de Blumenau, fora os laboratórios e, não estaremos controlando nenhum tipo de doença venérea. Não existe controle. Não tem controle, não há condições de controle. Precisaríamos de quarenta médicos para examinar de três em três dias. E então a única coisa que a gente tem que dizer é que é perigosíssimo ir lá, entende como é que é, ... [interrompido]

L.A.S. – E há prostituta à beça aí, hein!

D.G. – E quantas são?

N.N. – Nós calculamos cerca de 500 em Blumenau. Hoje em dia, com a liberação da pílula, e com a quebra de vários tabus e com

a promiscuidade, está difícil. A promiscuidade não é sujeira, promiscuidade é o caso daquela pessoa que tem relação sexual com mais de um parceiro. Então hoje têm relação com um namorado, semana que vem tem com outro namorado e tal. Então o objetivo principal não é mais essa zona, de prostituta. O objetivo principal é todo o grupo. Nós vamos estar controlando 500 mulheres, e o resto? E os homens quem é que controla? E as outras mulheres quem é que controla? E as pessoas liberais quem é que controla? Então, a única maneira, isso depois de uma reunião com a Organização Mundial da Saúde da qual eu fiz parte lá em São Paulo, foi bolar um panfleto onde a única solução para isso seria a orientação, a educação sanitária. Publicamos há uns tempos atrás, o Luiz se lembra disso, aquele artigo no jornal sobre sífilis. Todo ano nós estamos aí.

L.A.S. – Dr. Nilton Nasser, duas perguntinhas finais porque já estamos no fim, o senhor é contra ou a favor do aborto?

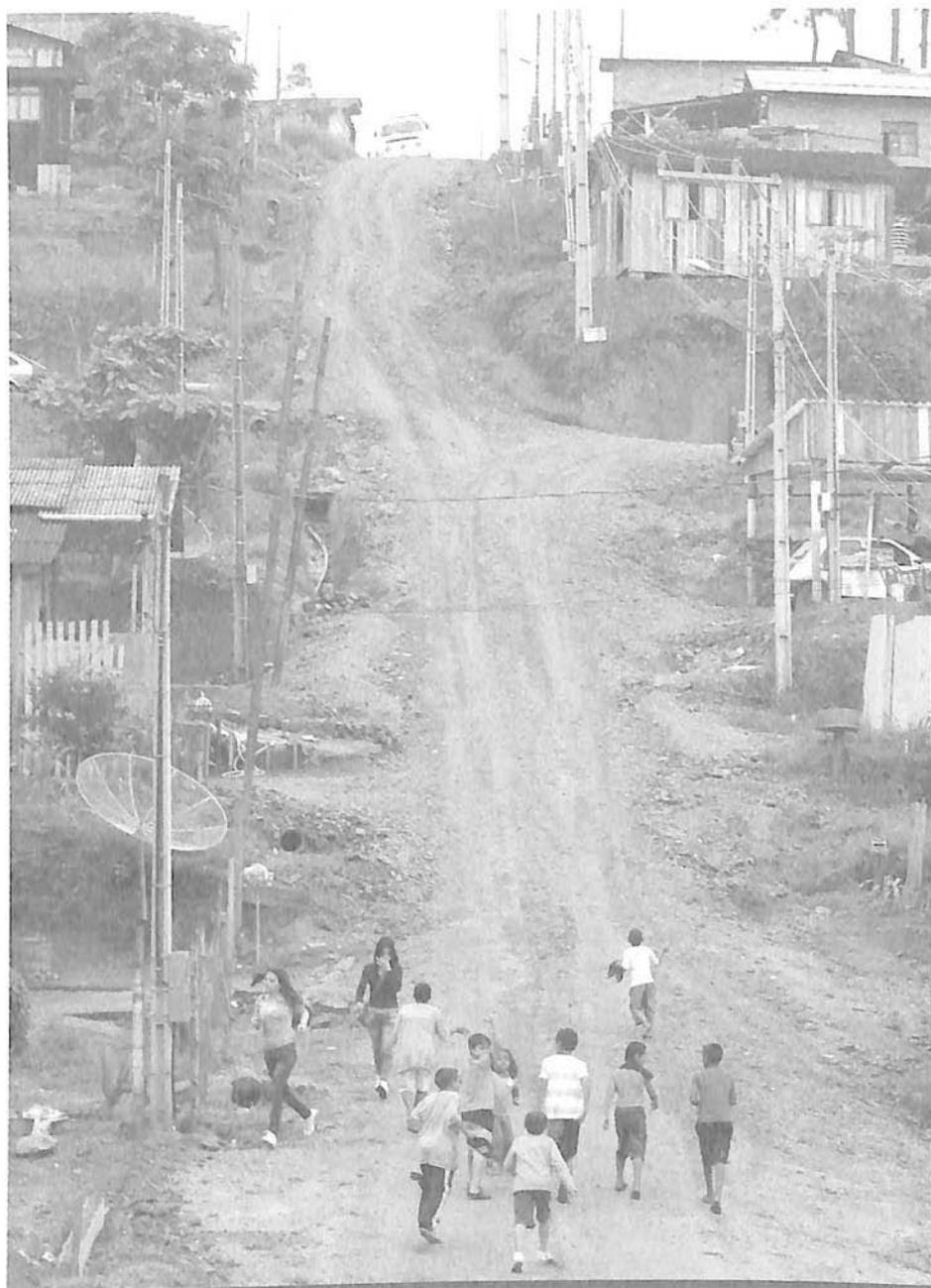
N.N. – Eu sou contra.

D.G. – Dr. Nilton, seu nome esteve até na pauta como candidato a prefeito de Blumenau. Há alguma chance de o senhor concorrer à vereança pelo PDS?

N.N. – Acho que não. Eu não sou candidato a vereador pelo seguinte fato: eu estou numa condição onde recebo apoio de quase toda comunidade para fazer saúde pública. O meu negocio é fazer saúde pública e, se por um acaso, a gente aparece é por causa da educação sanitária, porque a gente tem que divulgar realmente o que é isso, o que é aquilo e tem que vacinar, e o nome da gente fica em evidência. E eu tenho medo de perder a confiança que tenho da comunidade, do homem de imprensa, dos próprios companheiros de partido e dos próprios adversários. O pessoal

tem confiança na gente, no trabalho da gente lá e tem nos ajudado em tudo que se pede, porque o que faz uma unidade sanitária são os recursos da comunidade. Então, eu prefiro trabalhar para a comunidade.

L.A.S. – Então, vamos encerrando a apresentação de hoje do Programa Censura Livre, convidando a todos para um novo programa na segunda-feira, a partir de 08h15min.



A indisfarçável FAVELIZAÇÃO EM BLUMENAU

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

A INDISFARÇÁVEL FAVELIZAÇÃO EM BLUMENAU

Uma reflexão sobre as áreas de concentração de pobreza no município

“Quando considerada, a pobreza é vista como um estorvo desagradável a ser evitada e não como um problema a ser resolvido”

(Cristovam Buarque)

Magali Moser*

O estímulo principal para a produção deste trabalho partiu de uma motivação pessoal diante da imagem da cidade rica, da Blumenau pólo industrial regional. Em fevereiro de 2007 fiz uma reportagem sobre as áreas de pobreza de Blumenau e percebi que poderia ir além. Na época, eu me deparei com a ausência de dados e referências bibliográficas sobre o assunto. Não existe em Blumenau um estudo sobre pobreza na cidade, um levantamento que dê a dimensão do problema – reflexo de certo modo da tentativa histórica de omitir esta realidade. Encontrei alguns trabalhos de conclusão de curso na Furb, sobre áreas específicas, como o Horto Florestal, ou Morro Dona Edith. Mas meu desafio era conhecer o tamanho da pobreza em Blumenau e entendê-la. Apesar de todas as limitações impostas principalmente pelo prazo de seis meses para a produção desta pesquisa, o mapeamento e a provocação do debate sobre as áreas de concentração de pobreza em Blumenau foram significativos avanços obtidos com o trabalho. Uma das metas alcançadas também foi reunir representantes do poder público, academia e moradores para refletir sobre o tema, durante a apresentação dos resultados do projeto dia 30 de março no auditório da biblioteca da Furb.

Foto abertura: A Vila Jensen, na Itoupava Central, é considerada pela prefeitura como uma das áreas de concentração de pobreza mais críticas do município. Foto: Jandyr Nascimento.

* Jornalista pós-graduada em Estudos Literários na Universidade Regional de Blumenau (FURB). O projeto de pesquisa foi subsidiado pelo Fundo Municipal de Cultura de Blumenau, aprovado em 2009.

Conhecida pela capacidade de geração de empregos e por um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, considerando-se o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Estado, Blumenau opõe a riqueza gerada pela força da indústria têxtil e do mercado do software à pobreza de miseráveis, em busca de emprego. A cidade suscetível à pobreza e à indigência tem quase 20 mil rostos - entre os 300 mil moradores. Atrás dos morros, símbolos que consagraram o município nacionalmente, como o polo industrial e tecnológico, o chope e a Vila Germânica se desfazem. Distante da paisagem neoenxaimel do Centro e do olhar dos turistas, configura-se uma realidade marcada pela desigualdade e exclusão. As precárias condições de moradia e infraestrutura somam pelo menos 47 áreas que formam um abismo social entre a periferia e a cidade estampada nos anúncios publicitários.

Araci Manoel Ponciano é prova de que historicamente Blumenau esconde seus pobres. Moradora da primeira favela na cidade, a Farroupilha, próxima à Ponte de Ferro, ela sofreu a vida inteira com a falta de uma política habitacional eficaz para as populações de baixa renda. Acompanhou a formação da Farroupilha, iniciada no final da década de 1920, com a ocupação do Morro da Boa Vista pelos operários da Estrada de Ferro Santa Catarina. O baixo salário dos trabalhadores e o desejo de habitarem o mais próximo de seus locais de trabalho levaram essas pessoas a ocuparem aquela área central, coberta por mata virgem e bananais - daí o nome de Morro da Banana, como também se tornou conhecido o lugar. O aumento da favela, no Centro, preocupava o poder público e gerava desconforto pela má impressão que causava a quem chegasse à cidade. Às vésperas do centenário de Blumenau, em 1949, a prefeitura removeu os cerca de 600 moradores da primeira favela do Centro para o Beco Araranguá (hoje Rua Araranguá), no Distrito do Garcia, e Beco das Cabras, (atualmente Rua Pedro Krauss Sênior), no Vorstadt - para onde foi deslocada dona Araci.



O contraste entre as cidades oficial e paralela. Foto: Giovani Nasatto.

- Fomos despejados como animais. Saímos com uma mão na frente e a outra atrás - relembra.

Para o historiador Marcos César Muniz, cujo trabalho de conclusão de curso foi sobre a Favela Farroupilha, em 2007 na Furb, cria-se assim, um apartheid social em Blumenau. Os não bemquistos, os pobres, chamados migrantes ou “os de fora” são isolados ou afastados do convívio direto com o restante da sociedade:

- A exclusão sócioespacial se dá como algo natural. Os pobres devem viver distantes do Centro da cidade, do centro das discussões.



A trajetória de Araci Manoel Ponciano simboliza como Blumenau esconde os seus pobres. Foto: Giovani Nasatto.

A iniciativa de “varrer” os pobres do Centro era uma prática adotada no país inteiro na época. A busca pelo projeto “modernizante” com enfoque higienista, importado da Europa, servia de modelo na tentativa de “eliminação” dos pobres dos centros urbanos. Em Blumenau, a particularidade fica por conta dos morros e por essas áreas terem sido escondidas por tanto tempo. A área da antiga favela foi reflorestada. Na época, o governo entendia que a ocupação, às margens do Rio Itajaí e em frente à prefeitura, “poluía” a imagem da cidade. Ao invés de propor uma solução, o poder público apenas deslocou o problema para atrás dos morros, removeu-o para longe da vista de todos, desconsiderando a voz e a vida dos moradores da área ocupada.

- O favelamento no Centro da cidade estava aumentando e por isso deveria ser escondido. É (...) esconder a pobreza atrás dos morros e colocar o pobre como o responsável pelos problemas existentes - avalia a historiadora Evemara Faustino em artigo publicado em 2002, na Revista Blumenau em Cadernos.

Após 60 anos da medida, as duas áreas para onde os moradores foram removidos ainda concentram parte da população excluída do município, uma prova de que o deslocamento não resolveu a situação. Aos 73 anos, a aposentada Araci ainda sonha em viver com dignidade. Na Moradia Provisória Rua Capitão Santos, no Distrito do Garcia, desde novembro de 2008, quando perdeu a casa onde construiu a vida, na Rua Pedro Krauss Sênior, ela divide um cubículo de duas peças com a neta de 15 anos. Reluta passar em frente ao lugar onde morava para evitar lembranças.

A trajetória de dona Araci demonstra como Blumenau enfrenta um problema típico das metrópoles: o crescimento desordenado, com o inchaço da periferia a uma velocidade espantosa. De acordo com o último censo do IBGE, em 2000, pobres (aqueles cuja renda é até meio salário mínimo) e indigentes (com rendimento individual até um quarto de salário mínimo) somavam 15.368 pessoas dos 261.808 moradores da cidade. Se estes percentuais se mantiveram constantes, um cálculo a partir da população atual, de 302 mil habitantes, indica que hoje temos 17.763 pobres, o que equivale a 5,87% da população.

- Se compararmos esse índice a grandes cidades, tenderemos a achar que está tudo bem. Mas isso é um erro. Temos de admitir a pobreza para conseguir resolver nossos problemas internos. A concentração de renda em Blumenau é muito grande - avalia o professor e economista do Instituto de Pesquisas Sociais da Furb, Nazareno Schmoeller.

A dimensão da pobreza em Blumenau se intensifica quando comparada à acumulação exponencial da riqueza. O abismo entre a camada mais rica e o restante da população surpreende. Ao todo, 40% da renda está com os 10% mais ricos da cidade, segundo os últimos dados do censo do IBGE, em 2000. Para identificar as áreas de concentração de pobreza da pesquisa, considerou-se não só a questão da renda, por entender que este não é um dado suficiente para medir a pobreza. Entende-se pobreza aqui numa dimensão mais ampla, como a dificuldade de acesso a bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência, falta de acesso às necessidades

constituídas socialmente, como moradia adequada, saneamento básico, água, serviço de atendimento médico, escola etc. A partir desta noção de pobreza, criou-se o mapa. Alguns loteamentos incluídos nas áreas de pobreza foram criados pela própria administração municipal para remover famílias residentes de áreas de risco ou de enchentes, como o Loteamento Libertadores e parte do Horto Florestal, por exemplo.

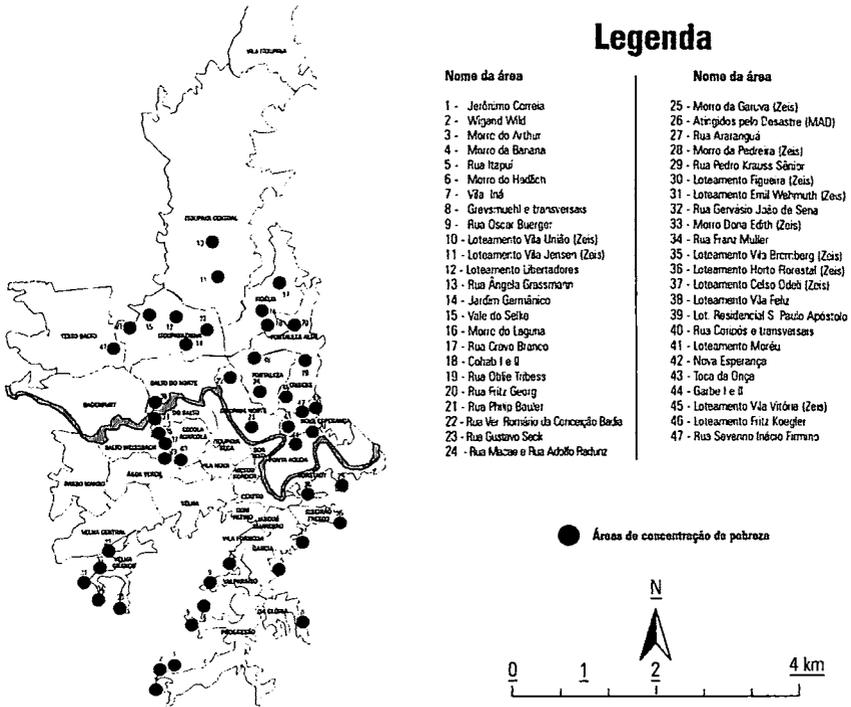
O abandono das áreas de concentração de pobreza é tão grande a ponto de a prefeitura não sequer dispor de um levantamento sobre elas. Os dados existentes são imprecisos. O secretário de Assistência Social, Mário Hildebrandt, admite a fragmentação dos dados e entende que o problema só será resolvido com a implantação de um cadastro único do cidadão, a ser usado por todos os órgãos da prefeitura. O secretário de Habitação e Regularização Fundiária, Álvaro Pinheiro, reconhece que a dimensão da pobreza em Blumenau é “bem maior”, nas palavras dele, que a traçada no mapa para a pesquisa, mas adianta a ausência de dados mais aprofundados. A prefeitura promete finalizar até dezembro o Plano Municipal de Habitação, com um diagnóstico de todas as áreas do município. Com ele, as secretarias acreditam que terão mais condições de conhecer a pobreza na cidade.

As áreas de pobreza estão pulverizadas por todo o território de Blumenau. As condições físico territoriais, no entanto, contribuem para que a grande maioria dos casos fique encoberta, atrás dos morros e em terrenos distantes. Visitantes ou moradores desatentos podem acreditar que elas não existem, que não há pobres na cidade.

- As transformações ocorridas nos anos em que se refletiram com mais ênfase os processos de globalização a nível local (a partir da década de 1990) registraram o empobrecimento considerável de grande parte da população. As chamadas “ocupações ilegais” passaram concretamente a fazer parte da paisagem da cidade neste período - observa a professora do curso de Serviço Social da Furb, doutora em Geografia, Jacqueline Samagaia.

O mapa produzido para esta pesquisa tem o objetivo de garantir

a territorialização da pobreza no espaço local. Foi construído com base em dados de trabalho de campo, em conjunto com a professora Jacqueline Samagaia e com contribuições da assistente social Rejane Wilbert. O mapeamento dessas áreas pretende contribuir para a discussão do tema e possibilitar a garantia de formas de enfrentamento do problema, embora se reconheça que as famílias empobrecidas não se limitam apenas a essas áreas.



Moradores das 47 áreas de concentração de pobreza em Blumenau aguardam por melhorias. Eles ainda enfrentam problemas de infraestrutura básica. Não têm endereço já que não dispõem do documento de propriedade das suas casas. São atendidos de forma precária pelo transporte coletivo urbano. Sem rede telefônica, não há sinal de celular. Em dias de chuva, as ruas sem pavimentação dos morros se tornam intransitáveis. Nos pontos mais altos, a água vem das nascentes, porque não há abastecimento pela rede - embora a água de 14 bicas tenha sido considerada em março imprópria para o consumo,

pela Vigilância Sanitária. Sem fossa ou rede de tratamento, o esgoto corre a céu aberto e se transforma numa ameaça para a saúde dos moradores, vítimas ainda das péssimas condições de transporte e de acessos à infraestrutura de saúde, educação e equipamentos de lazer. Investimentos chegam às áreas de pobreza, mas quase sempre a conta gotas e em caráter emergencial.

- De todos os problemas, a droga é o pior. Os adolescentes estão nessa por que não têm o que fazer, estão sem ocupação. O que nós precisamos mesmo é de cultura - reivindica a presidente da Associação de Moradores do Loteamento Libertadores, na Itoupavazinha, Emali da Silva.

Uma das situações mais precárias vivenciadas nas áreas de concentração de pobreza de Blumenau está na localidade conhecida como Nova Esperança. Por estar localizada no limite entre Blumenau e Gaspar, os moradores sofrem com a falta de assistência. De acordo com o presidente da Associação de Moradores do local, Gilson de Souza, sempre que a comunidade reivindica melhorias, a prefeitura de Blumenau alega que a área pertence a Gaspar. Segundo ele, no mapa, a localidade está dentro de Blumenau.



As precárias condições de moradia ganham evidência na localidade conhecida como Nova Esperança, entre Gaspar e Blumenau. Foto: Jandyr Nascimento.

- Isso aqui virou terra de ninguém porque é uma região pobre. Se fosse o contrário, estaria sendo disputada pelas duas cidades - dispara Souza.

- Nós votamos em Blumenau, pagamos nossos impostos em Blumenau, nossos filhos estudam em escolas de Blumenau. Por que quando temos de reivindicar melhorias precisamos recorrer a Gaspar? - questiona a moradora Rosicler Mendes de Souza Hemer, 38 anos, com o título de eleitor de Blumenau em mãos.

Os assentamentos irregulares e clandestinos em Blumenau se proliferaram a partir da década de 1970, com o crescimento da industrialização na região e o aumento do processo migratório. A especulação imobiliária elevou o preço da terra e obrigou a população menos favorecida a ocupar áreas desvalorizadas, sem infraestrutura ou de preservação ambiental. Com a falta de uma política habitacional, a ocupação desordenada resultou numa cidade informal, com cerca de 1.500 ruas clandestinas, as chamadas ruas de placa amarela (provisórias).

Criadas com a intenção de garantir cidadania para moradores de áreas de difícil acesso, as ruas de placa amarela foram concebidas a partir de lei complementar de 2000 e se tornaram alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade de autoria do Ministério Público de Blumenau. O resultado foi a cassação dos efeitos por decisão do Tribunal de Justiça do Estado em 2005. A decisão foi embasada sob “pena de agravamento dos problemas sociais, trazendo não só a desorganização populacional, com a proliferação de favelas, como também a própria degradação do meio ambiente”. Com a decisão, a prefeitura ficou proibida de fazer a manutenção das ruas irregulares, reforçando ainda mais a exclusão social a que estão submetidos os moradores desses locais. A prefeitura diz que, com a decisão, as placas amarelas deixaram de existir, mas ainda é possível encontrá-las em boa parte das vias clandestinas.

A auxiliar de serviços gerais Neide dos Santos mora em uma das ruas provisórias, a Estevão Marcos Soares, transversal da Rua Grevsmuehl, no bairro Glória. Aos 35 anos, Neide não sabe ler e escrever. Natural de Roncador, no interior do Paraná considera Blumenau “um bom lugar para viver”. Somando a renda dela e do marido, servente de pedreiro, o

orçamento da família, composta por três filhos, é de R\$ 1 mil por mês. Eles compraram a casa no valor de R\$ 7 mil e não se importam com as dificuldades de infraestrutura como o esgoto a céu aberto.

- Antes a gente pagava aluguel, agora tá bem melhor - considera Neide.

Um agravante para as moradias populares é o mercado imobiliário responsável por regular a ocupação do espaço urbano. O anúncio de venda de imóveis nos classificados dos jornais locais demonstra esta disparidade. Um imóvel com três quartos em áreas nobres e próximas ao Centro, como Alameda Rio Branco ou Bairro Vila Nova, por exemplo, custa em média R\$ 700 mil. A ausência de uma política habitacional que garanta a inclusão dos pobres acelera a ocupação dos espaços menos valorizados. Eles se veem obrigados a ocupar terras à margem da legislação, originando loteamentos clandestinos, ocupações irregulares e favelas.

- O governo não assume a habitação como responsabilidade. Não há a compreensão de que a habitação é um direito. Enquanto não houver uma intervenção do Estado, valerá a lei da oferta e da procura: o pior naco da cidade ficará com quem menos pode - analisa a arquiteta, professora da Furb e doutora em Desenvolvimento Urbano e Regional, Cláudia Siebert.

O problema das ocupações irregulares ganhou repercussão nacional no final de novembro de 2008 com o caso que foi chamado pela mídia como a maior tragédia climática do Brasil. Os deslizamentos causaram a morte de 24 pessoas só em Blumenau e a destruição de centenas de casas. Segundo a professora Jacqueline Samagaia, cuja tese de doutorado foi sobre as reconfigurações da pobreza em Blumenau, o maior número de famílias atingidas pelo desastre foi, visivelmente, a de trabalhadores empobrecidos que moravam em áreas de morros, nas periferias (como o Morro da Garuva, Morro do Arthur, Pedro Krauss) e já vinham, há anos, solicitando respostas da administração pública de forma organizada para a situação vivida por eles.

Embora políticos tenham atribuído a causa da catástrofe à quantidade das chuvas, especialistas e entidades como a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí (Aeamvi) culpam a ocupação desordenada como motivo principal para a tragédia. Fenômenos climáticos como as enchentes e as enxurradas são fenômenos naturais, mas, as tragédias, socialmente construídas, reforça a professora Cláudia Siebert. Levantamento da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária aponta que em Blumenau o déficit habitacional hoje é de 10 mil moradias, três mil a mais que antes da tragédia de novembro de 2008. Este déficit representa o número de famílias que reside sem infraestrutura.

- Temos sim favela em Blumenau. Os moradores da cidade não gostam muito do termo, associam às favelas do Rio de Janeiro, São Paulo. Mas aqui também há submoradias e condições precárias de habitação, há situação de miséria instalada- admite o secretário de Habitação e Regularização Fundiária, Álvaro Pinheiro.

- Para cada ação há uma reação, mas para cada omissão do poder público também há uma resposta social. Blumenau não tem uma política habitacional então pobre vai morar nos morros porque não tem alternativa - conclui o presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí (Aeamvi), Juliano Gonçalves.

Gonçalves é um dos adeptos da ideia de estimular a habitação popular nas áreas centrais da cidade. Junto com ele, outros profissionais sugeriram que a prefeitura usasse imóveis desocupados no Centro, como prédios abandonados, para abrigar aqueles que perderam as casas na enchente de 2008. Desta forma, o poder público pouparia investimentos de infraestrutura. Os especialistas alertam para a subutilização de terrenos e prédios na região central, cujos proprietários preferem deixá-los vazios na expectativa da valorização, com o aumento do preço. O Estatuto das Cidades aprovado em 2001 chama a atenção para a função social da propriedade. Especialistas apontam que uma das formas de garantir essa necessidade seria a instituição do Imposto Predial e Territorial Urbano

(IPTU) progressivo para quem tem imóveis subutilizados. Acredita-se que esta seria uma opção para estimular a utilização destes imóveis.

Criada em agosto de 2007, a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária é considerada pela administração municipal como uma das principais ações do governo João Paulo Kleinübing para diminuir o problema habitacional no município. A regularização fundiária era antes tratada numa diretoria, vinculada ao gabinete do vice-prefeito Edson Brunfeld. Neuza Pasta Felizetti foi a primeira a assumir a pasta e ficou por dois anos no comando. A historiadora costuma dizer que enquanto não se planejar os extremos da cidade, não se resolverá os problemas do “miolo” do Centro. Para Felizetti, a maneira como o pobre é tratado em Blumenau é vergonhosa:

- A falta de presença das políticas públicas é ponto fundamental para as forças ocultas estarem lá (nas comunidades periféricas). O problema é que o pobre só é lembrado para dar voto e limpar nossas casas e carros. Não se pensa em uma política social que garanta a autonomia dessas pessoas.

A lentidão das ações governamentais também é criticada por quem é vítima do problema. Numa das áreas irregulares mais antigas, o Morro do Arthur, no Distrito do Garcia, a ocupação ocorre há mais de 25 anos. Desde 2007, os moradores aguardam o processo de regularização fundiária para terem direito à escritura das casas. Por enquanto, eles receberam apenas água encanada e energia elétrica.

- A prefeitura considera aqui uma área invadida, mas todos nós pagamos pelo terreno e pela casa. Temos contrato - assegura o presidente da Associação de Moradores do Morro do Arthur, no Progresso, Ari Batista Farias - ao apresentar o contrato de compra e venda apenas com a assinatura em cartório, o que mostra que foi ludibriado, assim como outros moradores.

O pedreiro José Liomar Farias comprou a casa por R\$ 12 mil. Como documento da propriedade do imóvel, o morador do Morro do Arthur, tem apenas o contrato. Aos 42 anos, ele tem um salário registrado em carteira de R\$ 700 para sustentar a mulher e os três filhos. Todos os dias, o pedreiro vai de um extremo da cidade, no Progresso, a outro, na

Itoupava Norte, para trabalhar. Sem carro, a família depende do transporte coletivo. A mulher é costureira e, assim como ele, precisa de ônibus para ir ao trabalho, e para não perdê-lo, tem de acordar às 3h.

- O que mata a gente é o ônibus lotado. Judia muito da gente. Mas o custo de vida em Blumenau é muito caro e não tem como morar mais perto do Centro. Nosso lazer no final de semana é ficar em casa. O lazer quem define é o bolso do cara - reconhece o pedreiro natural de Santo Antônio do Sudoeste (PR), que mora a 25 quilômetros do Centro da cidade.

A capacidade de luta e resistência de quem mora nessas áreas impressiona. O engajamento e a organização das associações de moradores na luta por direitos mínimos, como acesso à água, energia elétrica, serviços de saúde ou escola, por exemplo, demonstram a força da mobilização popular.



Crianças brincam ao lado do esgoto que corre a céu aberto na Vila União, na Itoupava Central. Foto: Giovanni Nasatto.

- Se o prefeito não cumprir o que nos prometeu, de entregar os documentos das terras, vamos lotar um ônibus para ir até o gabinete dele. É só na cobrança, na luta e na pressão, que os pobres conseguem algo - protesta a moradora do loteamento Vila União, Otília Alves.

Em abril do ano passado, foi fundada em Blumenau uma base da Central Única das Favelas (Cufa), instituição criada por lideranças como o rapper MV Bill. Com três mil bases espalhadas pelo Brasil, a Cufa pretende promover a autoestima dos moradores dessas áreas. À frente da instituição na cidade desde o surgimento, Elton Carlos Gomes lembra das resistências para estabelecer a base no município. O padeiro de 25 anos natural de São Paulo (SP) explica que o termo favela se refere à “nada mais do que espaços físicos cujos moradores vivem em desvantagem social e econômica”, segundo definição da própria Cufa em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU) e Unesco.

- Os próprios moradores das favelas não aceitam o termo e a condição de favelados. Blumenau não enxerga os seus problemas sociais. Vejo isso como um barril de pólvora, prestes a explodir. Blumenau não reconhece os movimentos sociais. Criaram uma capa de cidade germânica, conseguiram maquiagem de tal forma, não só para os moradores, mas para quem não mora aqui - acredita Gomes.

A origem do nome favela remonta à Guerra de Canudos. Arbusto típico do sertão nordestino, o faveleiro, mais popularmente favela, identificava também os morros onde os seguidores de Antônio Conselheiro construíram suas casas já que a planta encobria a região. Soldados que combateram na guerra ocuparam o Morro da Providência, que, como descreveu Euclides da Cunha em *Os Sertões*, passou a ser o Morro da Favela. O nome favela passou então a ser usado para todos os locais onde aquele tipo de habitação foi adotado. (Valladares, 2005)

A assistente social doutora em Geografia, Jacqueline Samagaia trabalha com as comunidades periféricas de Blumenau, caracterizadas como áreas de pobreza há 10 anos. Segundo ela, nunca houve no Brasil uma política habitacional consistente que desse suporte para enfrentar a necessidade de moradia que se transformou num dos maiores problemas das cidades. Na avaliação da professora, a causa principal desta necessidade é a desigualdade

da distribuição de riqueza no país. Em Blumenau ela é perversa já que a cidade se apresenta como rica, com um dos maiores PIBs do Estado, e por outro lado concentra áreas de pobreza cada vez mais intensos.

- A pobreza em Blumenau é como a pobreza em qualquer outra cidade, talvez inquietante por tratar-se de uma cidade rica - analisa.

Para a professora, trabalhar com movimento social em Blumenau é um desafio em função de um discurso que se produz sobre ele. Historicamente a região de Blumenau é considerada de poucos conflitos sociais e esta característica costuma ser vista como um ponto positivo. Samagaia, no entanto, chama a atenção para o quanto isso pode ser prejudicial, quando os moradores da periferia muitas vezes absorvem o discurso elaborado pelas elites, o que lhes dificulta reconhecerem direitos e efetivá-los.

Por isso, um dos marcos de enfrentamento na história habitacional em Blumenau foi a criação do Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD). O movimento não é considerado legítimo pela prefeitura.

- Não concordamos com esse procedimento. Isso gera um caos social dentro do município. Se todas as áreas públicas forem ocupadas de forma desorganizada teremos um grande conflito social instalado no município - opina o secretário de Habitação e Regularização Fundiária.

Apesar da tentativa de criminalização do movimento, o MAD é apontado por lideranças comunitárias e entidades como a União Blumenauense das Associações de Moradores (Uniblan) e o Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau como marca de resistência porque possibilitou o questionamento dos moradores sobre a sua situação na cidade além de permitir-lhes perceberem-se como cidadãos. Formado por moradores que tiveram as casas afetadas pela catástrofe de novembro de 2008, o movimento se consolidou com lideranças surgidas nos abrigos municipais. Em fevereiro de 2009, eles acamparam por quatro dias na Praça da Figueira, ao lado da prefeitura na tentativa de forçar o prefeito João Paulo Kleinübing a se reunir com o grupo. Reunidos em barracas e colchões, os manifestantes criticaram a estrutura das moradias provisórias

e a falta de participação nos encaminhamentos relacionados às famílias atingidas. Cobraram ainda a construção imediata das casas para as famílias e um prazo de entrega dos imóveis.

Uma semana depois do acampamento, o MAD ocupou o terreno que servia como sede da Associação de Moradores do Bairro Ribeirão Fresco, na Rua Pastor Oswaldo Hesse, como forma de pressionar o governo municipal para a construção das casas. O MAD obteve na justiça o direito de permanecer no espaço até que o prefeito entregue casas para os moradores. Em abril de 2009, o desembargador substituto Domingos Paludo favoreceu as famílias, através de um termo de agravo em resposta à ordem de despejo da prefeitura.

- O movimento não pode acabar, é preciso continuar. Se não houvesse a ocupação, ficaríamos todos no depósito de seres humanos. Fomos tratados sem a mínima dignidade - relembra uma das lideranças do MAD, Nicássio Antônio Mariano.

Mariano ficou em abrigo durante dois meses com a família. Não gosta de lembrar do que vivenciou no local. A lentidão na construção das casas para os desabrigados da tragédia de novembro é uma das principais críticas do MAD. Em março de 2010, 1043 pessoas (280 famílias) permaneciam em sete moradias provisórias, à espera de uma casa.

- A Vila Germânica foi construída em 90 dias, incluindo projeto e execução. Custou R\$ 16 milhões. É prova de que quando há vontade política, é possível. O que mais me assusta nos abrigos provisórios não é a prefeitura ter feito isso, mas o silêncio da cidade - critica o presidente da Aeamvi, Juliano Gonçalves.

A prefeitura adquiriu dez terrenos onde serão construídos 2.356 apartamentos em parceria com o governo federal através do Programa Minha Casa Minha Vida. Para serem beneficiadas, as famílias devem atender ao requisito de vulnerabilidade social e comprovar renda de zero a três salários mínimos. Elas terão dez anos para pagar os imóveis com

10% da renda por mês. Cada apartamento custará R\$ 45 mil. A previsão de entrega dos primeiros apartamentos é junho deste ano, na Rua Botuverá, no Bairro Itoupavazinha, e na Rua Mathias Bornhofen, no Passo Manso. Segundo o secretário Pinheiro, a burocracia na aprovação dos projetos e na contratação do empreendimento via Caixa Econômica Federal atrasou o processo de entrega dos imóveis. A prefeitura optou pela verticalização dos imóveis, pois o custo do lote em caso de casas seria muito alto.

Em dezembro de 2007, a prefeitura criou as Zonas de Especial Interesse Social (Zeis) que permitem a regularização de loteamentos clandestinos. O processo inclui fornecimento de escrituras públicas, melhorias no local e congelamento das áreas irregulares. Inicialmente, foram criadas seis áreas, todas públicas, com a intenção de facilitar o processo. Hoje são ao todo 17 áreas tradicionalmente marginalizadas declaradas Zeis* (veja no mapa), com a função de possibilitar, através dos novos mecanismos jurídicos legais, tirar essas áreas da irregularidade, dotando-as de infraestrutura adequada para os moradores. A Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária tem as Zeis como prioridade porque vê na entrega das escrituras públicas uma questão de cidadania para os moradores. Mas a União Blumenauense das Associações de Moradores (Uniblan) acredita que as Zeis ainda não saíram efetivamente do papel.

- A criação da Secretaria de Regularização Fundiária e das Zeis são apenas propaganda política. O que elas realmente fizeram? Para que as Zeis aconteçam é preciso garantir infraestrutura completa para os moradores dessas áreas - critica a coordenadora geral da Uniblan, Ivone Gnewuch.

- Em 2007 foi aprovado o projeto de regularização fundiária. Mas é um processo muito lento. A gente esperava estar com a documentação pública das casas em mãos no máximo até final de 2008 - desabafa o presidente da Associação de Moradores da Rua Emil Wehmuth, Ermíndio Buenos.

A preocupação com a ocupação urbana marca a trajetória da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí (Aeamvi), desde a fundação, há 56 anos. Na avaliação do presidente da entidade e

engenheiro civil, Juliano Gonçalves, a fiscalização da prefeitura sempre foi insuficiente e precária. Ao todo, são 18 fiscais no município responsáveis por evitar a ocupação irregular e clandestina em todo o território blumenauense.

- Nossa fiscalização é muito falha. Eu acabo fazendo a fiscalização como posso, avisando a prefeitura em caso de chegada de novos moradores - conta o presidente da Associação de Moradores do Loteamento Jerônimo Corrêa e Wigand Wild, Silvio José Corrêa.

- A maioria das construções penduradas em barranco foram feitas final de semana, quando a fiscalização é inexistente - afirma o presidente da Associação de Moradores da Rua Grevsmuehl e transversais, Daniel Benedet Pereira.

- A necessidade de abrigo em segurança é uma necessidade animal. Quem não tem uma habitação segura, protegida de intempéries e com a devida condição de salubridade não tem atendida sequer a condição animal - defende Gonçalves.

Dados da Secretaria de Assistência Social apontam que 3.1 mil famílias (com renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo per capita) são atendidas no município através do Bolsa-Família. Entre as famílias atendidas pelo programa do governo federal está a do cozeiro Reinaldo Lopes, 46, e da costureira desempregada Deisiane Chaves, de 29 anos e mãe de sete crianças. O primeiro nasceu quando ela tinha 15 anos. Dos R\$ 750 da renda do marido, R\$ 250 é destinada ao pagamento do aluguel. Eles moram há seis anos no Morro Dona Edith, no Bairro Velha Grande. Perderam a casa na tragédia de novembro de 2008. O dinheiro recebido pelo Bolsa-Família (R\$ 135 mensais), Deisiane reserva para as crianças:

- Eu compro roupa para as crianças e material escolar. Penso em cuidar dos meus filhos, ter uma vida melhor, arrumar um serviço. A gente tem que erguer a cabeça e seguir em frente - ensina, otimista.



Moradora do Morro Dona Edith, Deisiane Chaves é uma das beneficiadas pelo programa Bolsa-Família em Blumenau. Foto: Jandyr Nascimento.

Para levar atendimento a famílias como a de Deisiane, a prefeitura projeta a construção de novos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). Duas unidades atendem parte das demandas nos bairros Garcia e Velha Grande. Segundo o secretário da pasta, Mário Hildebrandt, outras quatro unidades devem ser implantadas até 2011 na Fortaleza, Itoupavazinha, Ponta Aguda e o outro será itinerante.

- Somos uma cidade que atrai muito a migração. A solução não passa única e exclusivamente por Blumenau. O problema é que as pessoas que chegam não estão preparadas para o nível de qualificação exigido pela cidade - justifica o secretário, Mário Hildebrandt.

Sirlei de Oliveira veio de Santa Cruz do Sul (RS), onde conheceu o marido, que trabalha na construção civil. Eles moram num barraco de 10 metros quadrados, na Vila Jensen, na Itoupava Central - área considerada pelo secretário de Habitação e Regularização Fundiária como a mais crítica do município. Não tem banheiro. Uma divisória separa a cozinha do quarto, onde dormem o casal e os três filhos. Apesar de o espaço

ser apertado e improvisado, Sirlei, 32 anos, comemora. Ela e o marido moraram debaixo de lona quando chegaram à cidade. Sirlei se queixa por não ter com quem deixar as crianças para poder trabalhar. Daniel, de um ano, Deivid, cinco, Willian, dez anos, passam o dia brincando com a cadela Pretinha, que teve cinco filhotes, nas ruas de barro da Vila Jensen e são um retrato da realidade de muitas outras crianças em outras áreas do município.

Do outro lado da cidade, Maria Cida Ide, 47 anos, mora com outras dez pessoas. Ela veio de Ingá (PB) acompanhar o marido Dionísio, que trabalha na Coteminas. Eles atravessaram o Brasil durante quatro dias de ônibus para chegar à cidade, onde estava Severino, o primeiro filho dela a conhecer Blumenau. O salário de Dionísio é R\$ 700. Mas os nordestinos que chegaram no início de 2010 no município estão muito satisfeitos com a casa que constroem no final da Rua Itapuí, no Distrito do Garcia.

- Nem penso em voltar mais para a Paraíba. Aqui é muito bom, só é ruim subir a pé esse morro. Meu marido já está acostumado. Em Blumenau é uma bênção, aqui é muito bom de emprego - acredita dona Maria, que ainda não obteve trabalho.



A paraibana Maria Cida Ide enfrentou, com a família, quatro dias de ônibus para chegar até Blumenau, onde vive desde o início de 2010. Foto: Jandyr Nascimento

A visão de cidade de oportunidades é frequentemente associada à migração, apontada como uma das causas pobreza em Blumenau. Mas há críticas em relação a esta ideia. O aumento da pobreza não se deve ao fato de a cidade ter empobrecido, alerta a professora Jacqueline Samagaia na tese de doutorado. A concentração de renda é que se acentuou, revela.

- É uma inocência culpar a migração pela pobreza de Blumenau. As condições de pobreza são originadas dentro do próprio município, com a falta de oportunidade de trabalho, exclusão, educação inadequada - argumenta o professor e economista da Furb Nazareno Schmoeller.

- A migração é uma tendência mundial. Cada pessoa que vem busca contribuir com a riqueza. Não deveria ser um fardo, um ônus, e sim um potencializador do desenvolvimento do município. Mas os migrantes sem preparo são vistos como um fardo para o poder público - avalia a professora Cláudia Siebert.

A fuga do aluguel levou a catadora de papelão Simone Cristina Jacinto, 34, e o pintor Flávio André, 34, a viverem com os três filhos desde final do ano passado numa área de risco na Rua provisória Ana dos Anjos Badia, transversal da Rua Araranguá, no Garcia. Eles deram o carro e ainda vão pagar R\$ 6 mil pela área, em prestações de R\$ 300 por mês, por uma casa de madeira e eternit onde a energia elétrica só chega por rabicho.

- Quando dá uma trovoadas forte, a casa balança. Mas agora eu tô rica, tô no meu cantinho, no lugar que posso chamar de meu - alegre-se Simone.



Para fugir do aluguel, Simone Cristina Jacinto e Flávio André moram com os três filhos em uma área de risco numa das transversais da Rua Araranguá. Foto: Jandyr Nascimento.

A ex-moradora da Favela Farroupilha conhece bem o que Simone diz. Dona Araci ainda sente muita falta da casa na Rua Pedro Krauss Sênior. Como ela costuma dizer: “não era aquilo tudo, mas era a minha casinha”. As dificuldades na moradia provisória a fazem sonhar com o dia em que deixará o abrigo. O sonho com a vida na casa própria é recorrente, entre os pensamentos, projetos e temores.

- Dizem que vão construir uma casa para nós, mas eu não acredito. Já veio muito dinheiro pra Blumenau. Era pra gente ter pelo menos um rancho para ter paz e sossego. Aqui no abrigo eu me sinto como um passarinho na gaiola - desabafa, enquanto enxuga as lágrimas do rosto.

A possibilidade de promover a conscientização sobre as comunidades empobrecidas e a discussão desta pesquisa representam um momento importante para a cidade repensar seus rumos e os moradores entenderem a participação que têm nesse processo. Aproveito para agradecer as pessoas que contribuíram para a realização do projeto, especialmente a todos os entrevistados que dedicaram parte do seu tempo para me atender. Os desafios

e resistências enfrentadas para a conclusão do trabalho foram vários. Mas o objetivo da pesquisa é contribuir com Blumenau. O mapa de concentração da pobreza não tem a intenção de estigmatizar os moradores dessas áreas, mas mostrar os problemas a que eles estão submetidos e a partir daí, buscar melhorias. Apenas quando se admite o problema, parte-se para a busca de soluções. O objetivo desta pesquisa não é encerrar o estudo do tema, mas contribuir para que outras leituras sejam feitas a partir das constatações apontadas aqui.

REFERÊNCIAS:

ANGIONI, Marilda e SAMAGAIA, Jacqueline. A Situação dos Atingidos pelo Desastre e a Assistência (Des) Organizada. In: FRANK, Beate e SEVEGNANI, Lucia. Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política. Blumenau: Agencia de Água do Vale do Itajaí, 2009 (12-21).

FAUSTINO, Evemara. Rua Araranguá: memória e origem. Revista Blumenau em Cadernos, novembro/dezembro. 2002.

MUNIZ, Marcos César. Favela Farroupilha: A Face Oculta do Desenvolvimento Blumenauense - o discurso e a prática da década de 1940. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade Regional de Blumenau/FURB. 2007.

SAMAGAIA, Jacqueline. Globalização e Cidades: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. 2010.

SIEBERT, Cláudia F. Blumenau Fim de Século: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial. Novos Olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Organizadores: THEIS, I.; TOMIO, F.; MATTEDI. Blumenau: Edifurb, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela. Do mito de origem a favela. com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Internet:

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Instituto de Pesquisas Sociais. SIGAD - Sistema de Informações Gerenciais e de Apoio à Decisão. Indicadores Sociais. Disponível em: >. Acesso em 19 de março de 2010.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Instituto de Pesquisas Sociais. SIGAD - Sistema de Informações Gerenciais e de Apoio à Decisão. Diagnóstico Sócio-Econômico - Blumenau - SC, 2006. Disponível em: >. Acesso em 19 de março de 2010

Entrevistas* concedidas à autora

Álvaro Pinheiro, secretário de Habitação e Regularização Fundiária, em fevereiro e março de 2010

Araci Manoel Ponciano, moradora, em fevereiro e março de 2010

Ari Batista Farias, presidente da Associação de Moradores do Morro do Arthur, em fevereiro de 2010

Cláudia Siebert, professora da Furb, em fevereiro de 2010

Daniel Benedet Pereira, presidente da Associação de Moradores da Rua Grevsmuehl e transversais, em fevereiro de 2010

Emali da Silva, presidente da Associação de Moradores do Loteamento Libertadores, em março de 2010

Elton Carlos Gomes, coordenador da Cufa em Blumenau, em março de 2010

Ermíndio Buenos, presidente da Associação de Moradores da Rua Emil Wehmuth, em fevereiro de 2010

Flávio André, morador, em fevereiro de 2010

Gilson de Souza, presidente da Associação de Moradores da Nova Esperança, em fevereiro de 2010

Ivone Gnewuch, coordenadora da Uniblan, em março de 2010

Jacqueline Samagaia, professora da Furb, em janeiro, fevereiro e março de 2010

José Liomar Farias, morador, em fevereiro de 2010

Juliano Gonçalves, presidente da Aeamvi, em março de 2010

Marcos César Muniz, historiador, em março de 2010

Maria Cida Ide, moradora, em fevereiro de 2010

Mário Hildebrandt, secretário de Assistência Social, em dezembro de 2009

Nazareno Schmoeller, professor da Furb, em janeiro de 2010

Neide dos Santos, moradora, em fevereiro de 2010

Neuza Pasta Felizetti, ex-secretária de Regularização Fundiária, em março de 2010

Nicássio Antônio Mariano, líder do MAD, em fevereiro de 2010

Otília Alves, presidente da Associação de Moradores da Vila União, em março de 2010

Rosicler Mendes de Souza Hemer, moradora, em fevereiro de 2010

Simone Cristina Jacinto, moradora, em fevereiro de 2010

Silvio José Corrêa, presidente da Associação de Moradores do Loteamento

Jerônimo Correa e Wigand Wild, em fevereiro de 2010

Sirlei de Oliveira, moradora, em dezembro de 2009

(Para a produção da pesquisa, foram entrevistadas mais de 50 pessoas. Nem todas foram citadas no texto porque as falas se repetem e em função dos limites de espaço e tempo)

Além do texto, a pesquisa resultou em dois vídeos que podem ser encontrados no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e no youtube.com através do nome O Processo de Favelização em Blumenau.



Correspondências de Imigrantes EMIL ODEBRECHT

Carta nº 21

Blumenau, 14 de julho de 1883.

Minha querida Anna¹.

Recebi tua carta com as fitas e com uma mochila de crochê e te agradeço muito; mas a carta estava toda aberta, puída dos dois lados, tanto que no correio já a haviam posto em outro envelope. Quando as cartas contém fotografias, se não estiverem envoltas em papel, geralmente os cantos dos envelopes chegam puídos e se não, alguma mão curiosa dá uma mãozinha. Para mandar fitas ou ... (*ilegível*) ...é melhor enrolar num cartão e mandar num envelope desses interiormente reforçados com gaze.

O que eu teria para contar daqui, lerás em minha carta para Marie. Faz-me o favor de mandá-la para ela. O que hei de escrever, pois me falta assunto, já que pouco saio de casa e assim não vejo tanta coisa interessante para poder escrever sobre, como a esposa de Rudolph que enche páginas com a descrição de seus divertimentos, parece que até agora ela levou uma vida bem divertida, feliz de quem o pode.

Aqui um dia é igual ao outro, numa eterna rotina, mas nós cá estamos acostumadas. Mathilde também quer escrever-te hoje, ela disse: tia Anna vai rir da minha carta. Mas, eu acho, é melhor uma carta mal

¹ Comentários dos tradutores Rolf e Renate Odebrecht:

Bertha - nata Bichels, esposa do imigrante Emil, nasceu em Hamburgo, Alemanha. Teve 15 filhos (dois faleceram ainda pequenos). Seu marido ficava longe de casa, embrenhado na mata virgem, cerca de 10 a 11 meses por ano (uma vez ficou 13 meses fora), em função de sua profissão de engenheiro geógrafo e cartógrafo; ela costumava escrever ao marido e ou aos parentes da Alemanha geralmente no mesmo dia da semana, às 6^{as} feiras. Muitas vezes ela ficou vários meses sem notícias dele e vice-versa, pois ele às vezes estava tão embrenhado na selva que a correspondência não o alcançava.

Anna - cunhada de Bertha, irmã de Emil, na época ainda morava com a mãe, viúva, em Anklam, Alemanha. Bertha chamava a cunhada carinhosamente de irmã e a sogra de mãe.

Marie - (Marie Luise), irmã de Emil.

Rudolph e Adelheid - irmão e cunhada.

escrita que nenhuma, não é? Hoje é dia de correio, contei seguramente com uma carta de Emil, mas não veio carta alguma. As últimas notícias são de 11 de Maio, as distâncias ficam todo o dia maiores, é possível que eu fique meses sem notícias, é preciso cultivar a paciência, a gente já está acostumada. Como se é tola na juventude, minha mãe muitas vezes dizia: “não é com esta tua cabeça que irás adiante no mundo”, “então eu fico de fora” respondia eu, mas com o tempo a gente se acostuma com o fato de que não adianta correr com a cabeça contra a parede ...

Bem, por ora chega, percebo que estou ficando cansativa, por hoje tudo de bom para ti, dá lembranças e beijos meus à Mãezinha,

tua irmã Bertha.

Carta nº 22

Iguassú, 17 de outubro de 1883.

Minha querida Bertha!²

Acabo de chegar bem aqui com todos os meus homens, após ter terminado os trabalhos no Paraná, e como ainda hoje mandarei um mensageiro à Guarapuava, quero aproveitar a oportunidade para te dar um sinal de vida!

² **Emil** - o imigrante engenheiro geógrafo e cartógrafo. Nessa data da carta ele já tinha reivindicado por muitas vezes sua transferência para mais perto de Blumenau. Sempre de novo é mandado para bem longe em missões importantes e muito desgastantes. Ele sabe do seu valor e do seu merecimento e acredita que vai conseguir seu intento pela dedicação e pelo esforço. Seus princípios morais o impedem de usar a política para alcançar objetivos de interesse pessoal. Até o fim de seus três decênios de trabalho para o Governo escreve aos parentes, sempre de novo, que espera conseguir trabalho mais perto de Blumenau, que com certeza vai conseguir, mas suas esperanças sempre de novo são frustradas.

Bertha - esposa de Emil. **Edmund** - primogênito do casal.

O Edmund está ótimo e mudou a olhos vistos para seu próprio bem, também teve a grata sorte de ter matado um tigre grande, fato do qual ele não se orgulha pouco! O seu aprendizado em Curitiba terá início em janeiro, mas antes disso ele irá comigo para Blumenau.

Acabo neste momento de encerrar um trabalho bastante exaustivo e perigoso! Também tenho a certeza de que meu trabalho serviu para esclarecer a dúvida sobre a questão de fronteiras, tão importante para o Brasil quanto para a República Argentina, uma missão que já muitos tentaram cumprir antes de mim mas não tiveram sucesso! Será que finalmente, uma vez, este sucesso me trará alguma vantagem?

Então adeus por hoje, minha querida Bertha e saúda a todos os meus, muito carinhosamente
teu Emil.

Carta nº 23

Guarapuava, 10 de novembro de 1883.

Minha querida Bertha!³

Já te participei em poucas e rápidas linhas que voltei feliz do Rio Paraná, e que encontrei o Edmund bem e saudável. Agora me encontro há quase 14 dias em Guarapuava, e espero pelo Sr. Barão de Capanema, cuja chegada é aguardada nos próximos dias para a inauguração da Estação dos Telégrafos. Ainda não sei se receberei as férias, chego a duvidar, pois nas Províncias do Norte há trabalhos urgentes previstos, para os quais

³ Carta escrita pelo Eng^o Odebrecht na época em que trabalhava nos levantamentos de serras e rios na região da fronteira com a Argentina. Foram 7 anos de trabalho no fundo da selva. O país vizinho reivindicava vasta parte do território do oeste do Paraná e Santa Catarina – a “Questão de Palmas”. O Brasil ganhou a questão. Esta missiva faz parte das dezenas publicadas no livro “Cartas de Família – Ensaio Biográfico de Emil Odebrecht”, 2006, de Rolf e Renate S. Odebrecht.

possivelmente serei chamado. Desde a minha chegada aqui é a segunda vez que recebo correspondência; recebi jornais de Blumenau até 24 de outubro, porém nenhuma linha tua! Também da penúltima vez que o correio veio, nenhuma sílaba! Tomara que não seja nenhuma doença que impeça a ti ou aos filhos de escrever, de modo que também estas linhas encontrem todos bem e com saúde! Como estão as crianças? Há algum tempo tu me prometestes fotografias, e eu estava feliz por eventualmente recebê-las já com a última correspondência! Talvez tu tenhas esquecido totalmente este assunto, não recebi sinal de vida nenhum!

Meia-noite

Acabo de voltar do encontro com S. Excia. o Sr. Barão de Capanema, que chegou aqui esta noite e mandou-me chamar. Este homem me agradou muito, falamos somente alemão, senti que não faltará trabalho para mim! De imediato recebi a honrosa incumbência de efetuar observações astronômicas em diversos locais, em todas as partes do Brasil, um trabalho que me exigirá muitos anos de dedicação exclusiva. Felizmente nossos cronômetros não estão em ordem, e assim talvez eu tenha tempo de ir a Blumenau pelo Natal. O Barão faz tudo o que percebe ser do meu anseio ou gosto. Antes o tivesse conhecido mais cedo, muitas preocupações nos teriam sido poupadas!

11 de novembro

Hoje conversei mais demoradamente com S. Excia. e ele mesmo me ofereceu férias em Blumenau, sem que eu as tivesse solicitado. Somente terei de determinar mais algumas coordenadas em Palmas e Chopim, e então viajarei diretamente ao (Vale do) Itajaí, provavelmente por Curitiba. Depois disso, no próximo ano terei diversas excursões diplomáticas a empreender, as quais por enquanto devem ser mantidas

em segredo, trata-se de trabalhos muito difíceis... através deles me tornarei conhecido e sei que poderei ajudar muito os nossos meninos; por exemplo, deverá ser fácil conseguir algo para o Edmund na Oficina dos Telégrafos no Rio, mais tarde quando ele tiver aprendido bem o seu ofício. O Barão parece estar muito satisfeito com os meus trabalhos e certamente deve ter recebido informações muito boas sobre o meu passado, só não sei através de quem. O Kuhlmann e alguns trabalhadores já iniciaram a viagem de volta há alguns dias; mandei algumas linhas através deles, dando-te pelo menos um sinal de vida; o tempo para escrever é exíguo, as freqüentes notícias breves bastam para ti.

O meu maior desejo é encontrar todos vocês juntos, bem e com saúde. Estou muito feliz por rever as crianças e todos vocês! Provavelmente terei dificuldade de reconhecer a pequena; no ano passado, por exemplo, eu poderia ter encontrado o Woldemar na rua sem reconhecer nele traço algum do pequeno moleque cuja imagem guardava em minha memória, e quanto ao menor, não consigo nem imaginá-lo, já que tu não me mandaste nenhuma fotografia. O Oswald e o Rudolf devem continuar freqüentando a escola por enquanto, pois tu sabes que uma boa formação escolar é o fundamento da existência futura.

Tudo de bom, pois, por hoje, dá lembranças e beijos a todos os meus em meu nome, e também lembranças e beijos para ti do teu

Emil.

Muitas lembranças aos teus pais e irmãos, à tia e ao tio! ⁴

⁴ **Bertha** - esposa de Emil. **Edmund, Oswald, Rudolf e Woldemar**: alguns dos filhos. **Kuhlmann**: um dos trabalhadores que acompanharam o Eng^o Odebrecht nos levantamentos geográficos. A viagem de volta dos trabalhadores blumenauenses, a pé, era por Guarapuava-Palmas-Curitiba-Blumenau. Emil terminara o levantamento do Rio Iguaçu desde o Salto Osório até a foz no Rio Paraná, inclusive as Cataratas. **Barão de Capanema**: Guilherme von Schüch, diretor da Repartição Geral dos Telégrafos do Brasil, ao qual Emil estava subordinado.

Carta nº 24

Blumenau, 14 de novembro de 1883

Querida tia Anna!⁵

Recebi a tua carta tão carinhosa e fiquei muito feliz pelo lindo peitilho e pela gola. Ontem à noite queríamos ir ao baile de despedida da minha amiga, a qual irá para Buenos Aires com a sua irmã casada, que está aqui de visita, porém à noitinha houve um temporal terrível com granizo e ventos fortes - que arrasou com as minhas mais lindas flores. Em questão de meia hora o rio subiu 5 a 6 palmos, tivemos até medo de que acontecesse o mesmo de há 3 anos atrás. Deve ter sido uma pequena trovoadá. Daquela vez a água chegou até à soleira da nossa porta e o centro da cidade ficou encoberto. Talvez tu possas imaginar: nós moramos num local alto, no morro, podemos ver tudo daqui.

Também temos muito gado, um pasto grande com 2 morros e um vale, pelo qual corre um riacho forte. Quando eu tenho tempo, nós vamos ao mato ou subimos os morros. Todos gostam de vir até aqui, porque podem correr por tudo. Se tu pudesses ver como tudo é lindo aqui onde moramos, nós temos 2 casas, um grande curral e ainda diversas construções pequenas. Tu querias saber a cor dos meus olhos, pois eles são mais cinza do que azuis, do meu cabelo te mando uma amostra, ele é mais escuro que o da mamãe e mais claro que o do papai. Dizem que sou muito parecida com o papai, até pessoas completamente estranhas me reconhecem como uma

⁵ Comentários dos tradutores Rolf e Renate Odebrecht:

Anna - irmã solteira de Emil. Morava com a mãe em Anklam. Ela era o “elo de ligação” - palavras de Emil - entre os familiares do lado de lá e os do lado de cá do Oceano.

Mathilde - filha mais velha de Emil e Bertha, muito amada, braço direito da mãe nos cuidados com a casa e a família. Ela escreve que tem a pele amorenada; a transmissão oral nos conta que a mãe de Emil, nascida L'Oeillot de Mars, tinha a pele amorenada e o cabelo preto; este tipo de pele, também o cabelo, sempre de novo aparecem em alguns de seus descendentes.

Odebrecht. De corpo sou o que chama de bem encorpada, a minha pele é levemente amorenada.

Querida tia, tenho de terminar a minha carta, pois acabo de ser interrompida. A minha amiga, da qual já escrevi, acaba de vir aqui para se despedir. Amanhã cedo às 4 horas, parte o vapor, por isso as cartas têm de ser postadas ainda hoje. Em breve escreverei mais.

Dá lembranças à querida avozinha e a todos os conhecidos e parentes. Para ti mil lembranças e beijos da tua sobrinha que te ama,

Mathilde

Carta nº 25

Blumenau, 14 de novembro de 1883

Minha querida Anna!⁶

Tuas duas últimas cartas vieram parar em minhas mãos em perfeito estado e eu te agradeço de todo o coração. Guardarei as golas para as crianças usarem na festa de Natal. Já tive que dar a Mathilde as que eram destinadas a ela, para que ela pudesse responder tuas cartas. ... (ilegível) ... mas ela me disse que pusesse o peitilho (*Kravatte*) junto aos outros presentes sobre a mesa natalina. As golas mandadas por certo deverão ser alinhavadas sobre um cadarço ou fita costurada por dentro do decote?

Há bastante tempo não tenho notícias de Emil, mas recebi há oito dias um telegrama, pelo qual ele me comunicou que já haviam

⁶ Comentários dos tradutores Rolf e Renate Odebrecht:

Adolf Bichels: Em 1865 o irmão de Bertha comprou uma colônia (lote de terra) em Assunguy (hoje Cerro Azul), situada às margens do Rio Ribeira. Em 1868 despediu-se de Blumenau. No ano seguinte casou, na igreja evangélica de Curitiba. Teve 12 filhos. Mais informações e foto no Capítulo 3, subtítulo “casamento”.

chegado até o (rio) Paraná, mas que tiveram que voltar, que viria no mês que vem e que todos ainda estavam bem de saúde.

Este ano choveu muito e em consequência ...(ilegível)... nosso morro ...(*zugewachsen?*)(o inço tomou conta?) ... chuva.

No mês passado tive uma grande e inesperada alegria, pois depois de 15 anos revi meu irmão Adolf. O mesmo mora em Assunguy, uma colônia distante dois dias de Curitiba, para onde ele vai amiúde. Lá também Emil o encontrou, no ano passado. Ele é o melhor dos meus irmãos, não porque está tão longe, mas ele sempre o foi, embora, em sua mocidade, fosse um pouco irrefletido (*leichtsinnig*), do que agora não há mais nenhum vestígio. Nossos pais choraram de alegria e Mamãe disse “agora posso morrer em paz, pois tive esta grande alegria”. Os pais, graças a Deus, estão bem lúcidos mentalmente, mas fisicamente percebe-se a idade, principalmente meu pai está sofrendo muito. Não acredito que ele sobreviva este verão, queremos tanto ter todos nossos queridos conosco, mas a morte faz parte da vida.

No que se refere principalmente aos nossos pequenos, todos estão muito saudáveis, às vezes têm vida demais. Os quatro menores, que ainda não vão à aula, vão muitas vezes ao Jardim de Infância (*Kinderheim*). Helene e *Clärchen* (Clara) trabalham entusiasmadas preparando presentes de Natal - Helene tricotando coloridas meias de lã e *Clärchen*, que gosta tanto de costurar, fazendo uma camisola, portanto coisas bem práticas. *Clärchen* é a mais travessa das meninas e é a que mais rasga vestidos. Mas quando ela nos olha com aqueles olhos expressivos, meio se desculpendo e meio sorrindo, não se pode ficar zangada com ela.

Só vejo August raramente, em geral só por um quarto de hora. No ano que vem já temos que arranjar um mestre (*einen Lehrherren*) para Oswald - (um estágio de aprendiz).

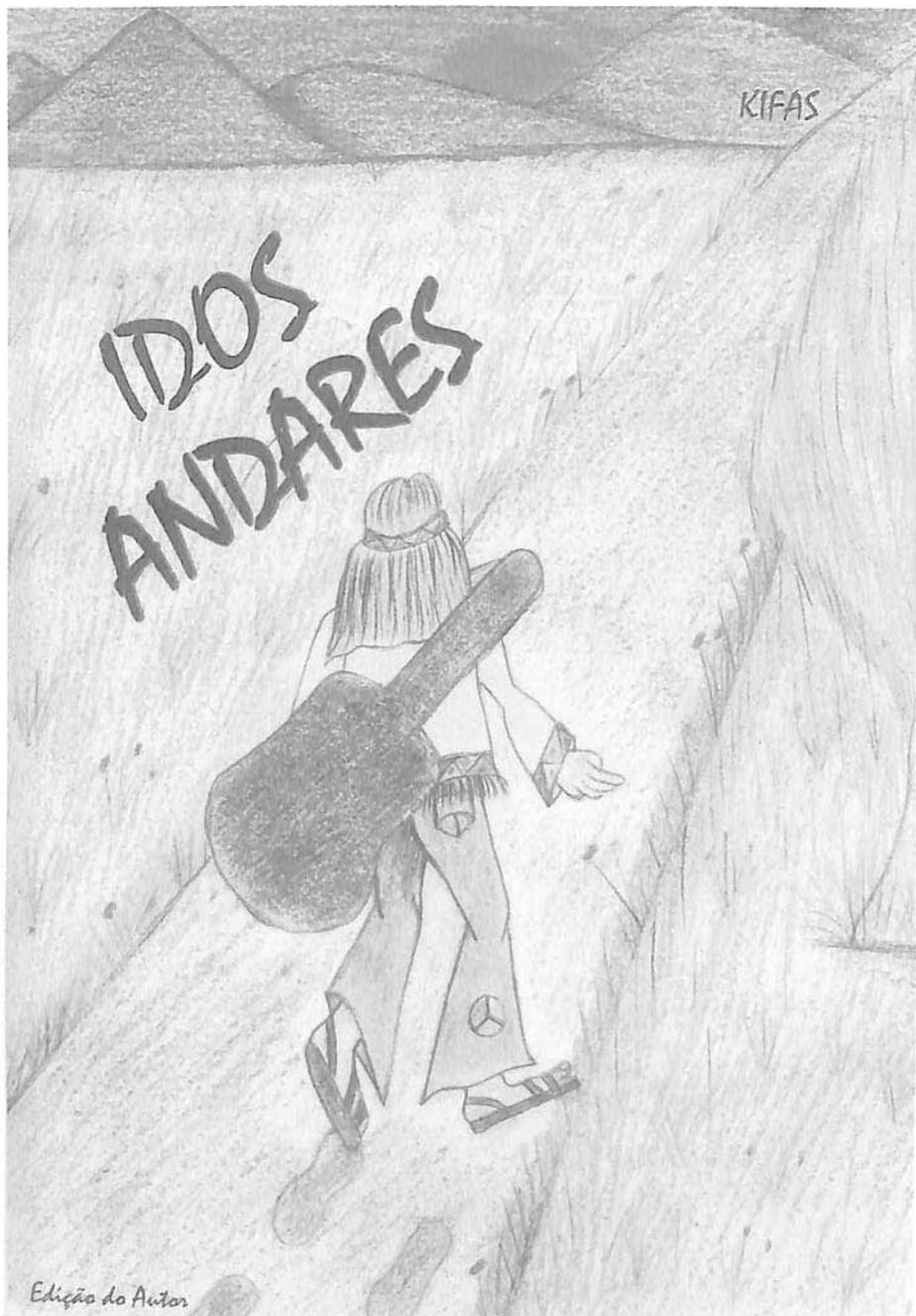
No ano que vem meu cunhado Otto Stutzer vai a Braunschweig,

às Bodas de Ouro de seus pais, que lhe mandam o dinheiro da passagem; eles mandam quase todo o ano o dinheiro para uma viagem e sempre conseguiram que o mesmo chegasse bem, sem terem que pagar imposto. Nós temos o ...(ilegível)... senão eu te pediria que me providenciasses e mandasses roupa pronta, roupa de mesa e de cama, mas certamente nos seria roubada a metade e sobre a outra metade teríamos que pagar alto imposto. Além disso o transporte daí de vocês até Hamburgo também seria um bocado caro.

Bem, por hoje um adeus, saúda e beija carinhosamente a Mãezinha por mim. As crianças te mandam um carinhoso abraço.

Tua irmã Bertha

Quando houver novidade lá no Rudolph, meus calorosos parabéns.



O passado não morre

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

O PASSADO NÃO MORRE

Enéas Athanázio

A reduzida estante sobre a terra natal, a briosa São João Baptista dos Campos Novos, acaba de receber considerável reforço. Trata-se do livro “Idos Andares”, de autoria de Derly Pedro Souza, mais conhecido como Kífas, e que assim assina a obra (Edição do Autor – 2009 – 640 págs.). É um livro de gênero indefinível. Tem muito de história contemporânea, mas não é um livro de história; tem relatos de viagens sem ser um livro de viagens e tem bastante de memórias, ainda que não seja apenas memorialístico. Na verdade é tudo isso e algo mais, revelando um autor inquieto, sempre em busca de novas experiências, viajando e lendo muito e, acima de tudo, observando com olhar arguto tudo que vê, ouve e sente para depois se recolher ao solitário ofício de colocar em palavras. No que se refere às viagens, é mais um exemplo de que viajar e escrever são continuidades, como já dizia Somerset Maugham.

O alentado volume contém um vasto panorama de Campos Novos e sua gente a partir dos anos 1930, ainda que o autor não se furte a frequentes incursões no passado, às vezes remoto, para bem esclarecer os fatos. Enfatiza os acontecimentos de que tomou conhecimento direto, observando, pesquisando e até mesmo participando. Entrelaça de forma hábil o que ocorre ao seu redor com o que vai pelo país e pelo mundo, situando o leitor num contexto geral, e nisso se mostra informado e atento. Sua vida pessoal vai merecendo registros, desde os estudos, os empregos, as diversões, os amigos, a família e, como seria de esperar, o grupo de amigos a que designa como Turma, ao qual dedica páginas de enlevo e saudade. Embora ainda não seja um homem encharcado de tempo, na definição do

crítico Harold Bloom, como costumam ser aqueles que escrevem memórias, sua vida tem sido intensa e repleta de eventos merecedores de destaque.

Partindo daquele ano em que o país viveu a mais importante revolução de sua história, e dos subsequentes, vai registrando os eventos mais significativos na vida da cidade e do município, sempre com comentários adequados à demonstração de sua importância e consequências. Na mesma trilha, vai pontilhando o texto com informações a respeito das personalidades que se destacaram em cada período, sem esquecer aquelas que se ausentaram mas conservaram seus liames com a cidade. É admirável a quantidade de fatos e pessoas que registrou, biografou e comentou, não desprezando detalhes tantas vezes esquecidos e que ele recuperou do ostracismo definitivo. É fácil imaginar o volume das pesquisas que realizou, revisitando papelada velha, interrogando pessoas, decifrando vetustos documentos, observando e anotando. E depois, numa labuta de relojoeiro, montando um quebra-cabeças de peças que cobrem cerca de oitenta anos da vida da cidade. Embora tal afirmação constitua um surrado lugar-comum, o livro de Fiskas será, daqui em diante, referência obrigatória e incontornável. Ele realizou um autêntico trabalho de arqueologia histórica de que Campos Novos tanto necessitava e fixou na perenidade da palavra escrita as épocas mais recentes, impedindo que se apaguem ou esfumem com o tempo.

As tintas desse painel variam de coloração conforme as variações da própria vida e vão desde as tonalidades vibrantes até o cinza e o preto. Há momentos de alegria, descontração, amor e paz; existem passagens melancólicas, tristes e trágicas. O cotidiano da cidade se equilibra entre os eventos festivos e radiosos e aqueles que soam amargos e fúnebres. Mas a vida continua, os camponovenses lutam e trabalham, a população cresce, os filhos da terra se espalham pelo país e muitos até pelo exterior, ainda que

sem perder jamais as características marcantes do campeiro de peito aberto e coração grande.

Para quem, como eu, tem raízes na velha cidade dos campos, chega a ser comovente o reencontro com tantas e tão variadas figuras conhecidas, algumas mais íntimas, outras mais afastadas, muitas já levadas pela Indesejada das Gentes de que falava o poeta.. E o prazer de relembrar de lugares e instituições tão familiares. revivendo momentos inesquecíveis do passado, todos reconstituídos com minúcia e precisão. Por tudo isso, arrisco-me a afirmar que p passado não morre quando encontra quem o registre para a posteridade como fez Derly Pedro Souza, o Kifas.

Endereço do Autor: Rua Beatriz Stefanis, 1 2 8 – Santo Antônio.
89620-000 – CAMPOS NOVOS – SC.

REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS

Política editorial

Blumenau em Cadernos é uma revista editada desde 1957, idealizada pelo pesquisador José Ferreira da Silva. Contempla a publicação de matérias da historiografia de Santa Catarina, em especial da região do Vale do Itajaí. Aborda temas relacionados a questões históricas, sociais, econômicas e culturais.

Registrado com o ISSN 0006-5218, é um periódico científico-cultural publicado bimestralmente pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e pela Editora Cultura em Movimento, unidades da Fundação Cultural de Blumenau.

Tem um Conselho Editorial constituído de historiadores, jornalistas, tradutores, escritores e pesquisadores.

É dividida em várias seções ou colunas:

Artigos

Os textos devem obedecer aos seguintes critérios: notas, citações, referências e bibliografias. Devem estar, preferencialmente de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As notas de conteúdo devem constar no rodapé e as referências e bibliografias no final do texto. Os artigos devem ter até 18 páginas (incluindo citações, referências, imagens e tabelas), apresentando, preferencialmente, resumo de até 10 linhas em português e 3 palavras-chave em português.

Autores Catarinenses

Com comentários, críticas de obras e resenhas de lançamentos de autores catarinenses.

Biografias

Seção dedicada ao registro de biografia de pessoas que fizeram e fazem parte da construção da História local e regional.

Burocracia & Governo

Para publicação de documentos oficiais que sejam de interesse da história regional.

Crônicas do cotidiano

Coluna que contempla autores que narram, sob a forma de crônicas, aspectos das vivências regionais.

Documentos Originais

Seção bilíngue, contendo textos em língua estrangeira e a respectiva tradução para o português.

Entrevistas

Coluna dedicada a depoimentos de história de vida e/ou temáticos.

Fragmentos da nossa história local

Artigos de antigos jornais de Blumenau, revelando aspectos do passado sob a ótica jornalística.

Memórias

Setor que contempla aspectos do cotidiano descritos por memorialistas, oportunizando a participação comunitária.

Transcrição de documentos

Transcrição de cartas e relatórios relacionados à história regional.

Para todas as seções recomendamos/solicitamos/comunicamos aos autores:

- a) Vínculo institucional do autor e da sua titulação, se houver;
- b) Endereço eletrônico para correspondência e telefone/fax para contato;
- c) Os textos devem ser encaminhados para o endereço eletrônico: arquivohistorico@fcblu.com.br, digitados no programa Microsoft Word for Windows, fonte Garamond, tamanho 12, com espaço 1,5cm;
- d) As imagens e tabelas, além de virem no corpo do texto, devem também ser enviadas em arquivo anexo com suas respectivas legendas e fontes;
- e) Os textos encaminhados à revista serão apreciados pelo Conselho Editorial. Este se reserva o direito de publicar ou não os textos encaminhados à sua apreciação, bem como de sugerir mudanças aos respectivos autores;
- f) Cada autor receberá cinco exemplares da revista, referentes ao número que contiver seu texto;
- g) Os textos publicados e a exatidão das referências citadas são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).
- h) O Conselho Editorial não se responsabiliza pela redação, nem pelos conceitos emitidos pelos autores.



Arquivo Histórico
José Ferreira da Silva
arquivohistorico@fcblu.com.br

Mausoléu
Dr. Blumenau

Museu
da Família Colonial
museudafamiliacolonial@fcblu.com.br

Centro Cultural
da Vila Itoupava

Casa da Memória da
Escola Nº 1

Biblioteca Municipal
Dr. Fritz Müller
biblioteca@fcblu.com.br

Museu de Arte
de Blumenau
mab@fcblu.com.br

Galeria
Municipal de Arte

Centro de Publicação
Documentação e
Referência em Leitura
editora@fcblu.com.br

www.fcblu.com.br



A indisfarçável favelização em Blumenau

Uma reflexão
sobre as áreas
de concentração
de pobreza
no município

Página 88

Conhecida pela
capacidade de geração de
empregos e por um dos
melhores Índices de
Desenvolvimento Humano
(IDH) do país,
considerando-se o
Produto Interno Bruto
(PIB) per capita do Estado,
Blumenau opõe a riqueza
gerada pela força da

indústria têxtil e do mercado do software à pobreza de miseráveis, desesperados por emprego. A cidade suscetível à pobreza e à indigência tem quase 20 mil rostos - entre os 300 mil moradores. Atrás dos morros, símbolos que consagraram o município nacionalmente, como o pólo industrial e tecnológico, o chope e a Vila Germânica, se desfazem. Distante da paisagem neo-enxaimel do Centro e do olhar dos turistas, configura-se uma realidade marcada pela desigualdade e exclusão. As precárias condições de moradia e infraestrutura somam pelo menos 47 áreas que formam um abismo social entre a periferia e a cidade estampada nos anúncios publicitários.

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense